

UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ

PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO

Mestrado em Desenvolvimento e Meio Ambiente

Sub-Área: Ecologia e Organização do Espaço

**NO SENTIDO DO VIVER, O LUTAR; NA LUTA, A
CONSTRUÇÃO DE UM LUGAR.**

Bairro Dias Macedo, Fortaleza, Ceará

DANIELE COSTA DA SILVA

**FORTALEZA – CEARÁ
2004**

DANIELE COSTA DA SILVA

**NO SENTIDO DO VIVER, O LUTAR; NA LUTA, A CONSTRUÇÃO DE
UM LUGAR.**

Bairro Dias Macedo, Fortaleza, Ceará

**Fortaleza – Ceará
2004**

DANIELE COSTA DA SILVA
UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ
MESTRADO EM DESENVOLVIMENTO E MEIO AMBIENTE
SUB-ÁREA: ECOLOGIA E ORGANIZAÇÃO DO ESPAÇO

**NO SENTIDO DO VIVER, O LUTAR; NA LUTA, A CONSTRUÇÃO DE
UM LUGAR.**

Bairro Dias Macedo, Fortaleza, Ceará

Dissertação apresentada à Coordenação do Curso de Mestrado em Desenvolvimento e Meio Ambiente da Universidade Federal do Ceará – UFC, como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre, sob orientação da Profa. Dra. Zenilde Baima Amora.

FORTALEZA - CEARÁ
2004

333.7
S586s

Silva, Daniele Costa da

No Sentido do Viver, o Lutar; na Luta, a Construção de um Lugar: bairro Dias Macedo, Fortaleza, Ceará / Daniele Costa da Silva.– Fortaleza: UFC, 2004.

153 p. : il.

Orientadora : Profa. Dra. Zenilde Baima Amora
Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Ceará, Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento e Meio Ambiente.

1. Fortaleza – Urbanização – Periferia. 2. Dias Macedo – Movimentos Sociais – Produção do Espaço. I. Título.

CDD – 333.7

Dissertação submetida à Coordenação do Curso de Mestrado em Desenvolvimento e Meio Ambiente da Universidade Federal do Ceará – UFC, como requisito parcial à obtenção do título de Mestre, outorgado pela referida instituição, encontrando-se à disposição dos interessados na Biblioteca de Ciências e Tecnologia do Campus do Pici.

A menção a qualquer parte desta dissertação é permitida, desde que seja feita de acordo com as normas da ética científica.

Daniele Costa da Silva

DISSERTAÇÃO APROVADA EM 20/08/2004

Banca Examinadora

Profª. Dra. Zenilde Baima Amora – Orientadora - UECE

Prof. Dr. José Borzacchiello da Silva - UFC

Dra. Eliana Costa Guerra – Membro - Laboratoire Theorie des Mutations Urbaines

O que pode valer a vida, se o primeiro ensaio da vida já é a própria vida? É isso que faz que a vida pareça sempre um esboço. No entanto, mesmo “esboço” não é a palavra certa porque um esboço é sempre um projeto de alguma coisa, a preparação de um quadro, ao passo que o esboço que é a nossa vida não é o esboço de nada, é um esboço sem quadro.

Milan Kundera

*In Memoriam da estimada e doce
Maria Pessoa, que em muitos
momentos de minha vida agiu
como uma verdadeira mãe e cujo
sorriso me tomava de extrema paz.*

Agradecimentos

Todo estudioso que se aventurou na realização de uma pesquisa acadêmica é conhecedor do quão solitária torna-se, em alguns momentos, esta campanha. Mas sabe que os momentos de solidão apenas são suportáveis pela presença de inúmeras pessoas, umas mais próximas, outras menos, cuja participação nos indica pistas e luzes no nosso caminhar, nos injetam ânimo, incentivam-nos, tranquilizam-nos para prosseguir. O carinho e o apoio moral são fundamentais. A paciência nos momentos de angústia, providencial. O amor, força capaz de nos fazer transpor limites. O saber, desejo de chegar não ao fim, palavra sem propósito na ciência, mas a um novo olhar dentre infinitas possibilidades de compreensão da realidade.

Este é o precioso espaço para demonstrarmos nossa gratidão a todos que conosco trilham esta estrada. Pessoas como meus pais, a quem devo muito do que sou, pois me ensinaram a importância de ser. Aos meus irmãos, generosos e pacientes nas minhas faltas de tempo e no choro incontido. Ao Pedro, amigo fraterno, que diante de tantas atribuições se prontificou gentil e espontaneamente a revisar o texto. Aos amigos queridos, especialmente, Sandra, grande amiga de tantos anos, sempre disposta a ajudar, e Edu, que delicadamente ajudou-me nos mapas. A Sheila, Cris e Wilma, afetuosas criaturas, que me surgiram como presentes durante as aulas do mestrado e permaneceram na vida e no coração. À Dra. Zenilde Baima Amora, por aceitar orientar-me neste estudo de forma dedicada e carinhosa, tendo a sensibilidade de compreender-me. Obrigada professora! À Mônica Dias Martins pelas contribuições ao longo das discussões em sala, por me ceder material imprescindível sobre o movimento popular em Fortaleza e pelo relato emocionado. Agradeço sinceramente, Mônica! A você minha gratidão e admiração! Ao professor Dr. José Borzacchiello da Silva e à Dra. Elina Costa Guerra por aceitarem solícitamente contribuir com meu estudo. À CAPES pela bolsa que me foi concedida. Ao PRODEMA pela experiência e a possibilidade de sonhar com a interdisciplinaridade. A todos os amigos do mestrado com quem pude compartilhar dúvidas e certezas, além de momentos de raro prazer. Aos alunos e professores do Núcleo de Estudos, Pesquisa e Extensão: Gestão Pública e Desenvolvimento Urbano da UECE, com quem iniciei o trabalho de campo. Ao Gilberto, que me apareceu no final do percurso e tornou-se animador incansável com sua delicada forma de amar. E a todos os entrevistados, por me permitirem invadir suas vidas, emocionando-se e emocionando-me, agradeço sinceramente e dedico meu pleno reconhecimento da grandeza de vida expressa em cada depoimento.

SUMÁRIO

Lista de Figuras	VIII
Lista de Siglas.....	IX
Resumo	XII
Résumé	XIII
Introdução.....	14
1. Movimentos Sociais e a Problemática Ambiental Urbana	21
1.1. Movimento Social: uma controvertida discussão.....	21
1.2. “Isso aqui é que é Fortaleza?”: formação do ambiente urbano periférico e luta pela cidade.....	29
2. Movimento Social no Bairro Dias Macedo	50
2.1. De Mata Galinha a Dias Macedo: itinerários de vidas e lutas.....	50
2.2. E a História não pára... Na descoberta dos livros, o sentido da luta.....	65
3. As Novas Configurações Socioambientais e Formas de Organização Coletiva	80
3.1. O bairro Dias Macedo nos dias atuais: o prazer e a peleja de viver	80
3.2. “Nada será como antes”: novos e velhos desafios.....	93
3.3 Dias Macedo e o entorno: o progresso passa ao lado	113
Considerações Finais	129
Bibliografia.....	134
Apêndice.....	143
ANEXOS.....	147

Lista de Figuras

Figura 1	Figura de Localização do Bairro Dias Macedo	18
Figura 2	Foto Aérea do Bairro Dias Macedo – Delimitação da Área de Estudo	19
Figura 3	Artesãos do bairro em atividade	61
Figura 4	Divisão Administrativa de Fortaleza em Regionais – Localização do Bairro Dias Macedo na Regional VI	81
Figura 5	Residencial Napoleão Viana	84
Figura 6	Paróquia São Francisco de Assis	85
Figura 7	Sr. Zezito, antigo carroceiro do bairro	88
Figura 8	Avenida Pedro Dantas. Esgotos escorrem a céu aberto	93
Figura 9	Praça do Conjunto Habitacional Renascer	97
Figura 10	Barração da Ocupação Aqui Fico	101
Figura 11	Ocupação Aqui Fico – Luta por Moradia	102
Figura 12	Conjunto Habitacional Terra Nossa – Conquista da casa	102
Figura 13	Ocupação Reviver	104
Figura 14	Painel do Movimento Casarte	108
Figura 15	Integrante do Bloco Mata Galinha	109
Figura 16	Extensão do Alagamento provocado pelo Rio Cocó	124
Figura 17	Alagamento na Avenida Alberto Craveiro. Na foto ainda aparece a velha barriguda	125

Lista de Siglas

AI – 5	– Ato Institucional Número 5
ARENA	– Aliança Libertadora Nacional
BID	– Banco Interamericano de Desenvolvimento
BNH	– Banco Nacional de Habitação
CAGECE	– Companhia de Água e Esgoto do Ceará
CAPES	– Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
CASARTE	– Movimento Casa de Arte na Periferia
CEARAH PERIFERIA	– Centro de Estudos, Articulação e Referência sobre Assentamentos Humanos.
CEBs	– Comunidades Eclesiais de Base
CEU	– Condomínio Espiritual Uirapuru
CHESF	– Companhia Hidroelétrica do São Francisco
CIC	– Centro Industrial Cearense
CIES	– Centro Integrado de Educação e Saúde
COHAB	– Companhia de Habitação Popular
CPDU	– Núcleo de Estudos, Pesquisa e Extensão: Gestão Pública e Desenvolvimento Urbano da UECE
DNOCS	– Departamento Nacional de Obras Contra as Secas
EIA	– Estudo de Impacto Ambiental
EREMES	– Encontros Regionais de Experiências Comunitárias de Saúde
FBFF	– Federação das Entidades de Bairros e Favelas de Fortaleza
FSSF	– Fundação do Serviço Social de Fortaleza
GT	– Grupo de Teatro
HABITAT	– Conferência das Nações Unidas sobre Assentamentos Humanos
IAB	– Instituto dos Arquitetos do Brasil
IBGE	– Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

IDH	– Índice de Desenvolvimento Humano
INFOCS	_ Inspeção Federal de Obras Contra as Secas
INFRAERO	– Empresa Brasileira de Infra-Estrutura Aeroportuária
IOCS	_ Inspeção de Obras Contra as Secas
MDB	– Movimento Democrático Brasileiro
MEB	– Movimento de Educação de Base
MNRU	– Movimento Nacional de Reforma Urbana
MP	– Teoria da Mobilização Política
MR	– Teoria da Mobilização de Recursos
MSU	– Movimento Social Urbano
OAB/CE	– Ordem dos Advogados do Brasil – Sessão Ceará
ONGs	– Organizações Não-Governamentais
PAZARTE	– Movimento Paz e Arte
PC do B	– Partido Comunista do Brasil
PMDB	– Partido do Movimento Democrático Brasileiro
PNUD	– Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
PROAFA	– Programa de Assistência às Favelas
PRODEMA	– Programa Regional de Pós-Graduação em Desenvolvimento e Meio Ambiente
PT	– Partido dos Trabalhadores
RIMA	– Relatório de Impacto Ambiental
RMF	– Região Metropolitana de Fortaleza
SEHAC	– Secretaria Especial de Habitação e Ação Comunitária
SEINF	– Secretaria de Obras e Infra-Estrutura Municipal de Fortaleza
SEMACE	– Secretaria de Meio Ambiente do Estado do Ceará
SEPLA	– Secretaria Municipal de Planejamento e Orçamento
SER	– Secretaria Executiva Regional
SETECO	– Secretaria de Transporte, Energia, Comunicação e Obras do Estado do Ceará
SFH	– Sistema Financeiro de Habitação
SINE	– Sistema Nacional de Emprego
SPC	– Serviço de Proteção ao Crédito

SUMOV	– Superintendência Municipal de Obras e Viação
UBASF	– Unidade Básica de Saúde da Família
UCGF	– União das Comunidades da Grande Fortaleza
UECE	– Universidade Estadual do Ceará
UFC	– Universidade Federal do Ceará
UNICEF	– Fundo das Nações Unidas para a Infância

Resumo

Este estudo trata da ação dos movimentos sociais na construção do Bairro Dias Macedo - situado na periferia pobre de Fortaleza (Nordeste do Brasil), marcado, sobretudo, pela carência e precariedade de serviços urbanos – figura como um dos pioneiros na emergência de formas de organização dos moradores, notadamente a partir dos anos 1960. A abordagem adotada possibilita analisar a interação entre lutas urbanas e a produção do espaço no contexto da urbanização de Fortaleza, a qual se caracteriza pela forte segregação sócio-espacial. A releitura crítica da história do bairro foi fundamental para a realização da pesquisa. Esta releitura põe em evidência o papel essencial dos moradores na luta pela sobrevivência no meio urbano, mas, igualmente, na reivindicação coletiva do direito à cidade; luta conduzida pelas organizações populares. A pesquisa empreendida levou à compreensão das relações entre mobilização dos habitantes e construção de laços identitários com o lugar. Permitiu, além do mais, apreender o sentimento de pertença originário das experiências coletivas e das formas de solidariedade para fazer face aos problemas do cotidiano. No início dos anos 1980, as mudanças políticas que marcaram a redemocratização do país abrem um período de redefinição da ação das organizações sociais. Neste período, observa-se novas dinâmicas sociais e territoriais no bairro Dias Macedo, especialmente com a intervenção de associações, de grupos de base, de militantes de esquerda, entre outros. Nos anos 1990, com a efervescência dos debates e dos movimentos em torno dos problemas ambientais, a agenda de reivindicações dos movimentos sociais se amplia: doravante ela leva em conta o meio ambiente e sua conservação no processo de discussão política da cidade. A análise da evolução urbana desse bairro e de sua história de lutas mostra a importância das organizações sociais na produção do espaço. A intervenção dos atores sociais, que vivem a cidade, desvela as contradições do espaço urbano e engendra uma nova maneira de pensar esse espaço, de vivê-lo e torna possível a construção de uma nova urbanidade.

Résumé

Cette recherche porte sur l'action des mouvements sociaux dans l'aménagement du quartier Dias Macêdo au long des trois dernières décennies du XX^{ème} siècle. Ce quartier – situé dans un environnement pauvre de la ville de Fortaleza (Nordeste du Brésil), marqué surtout par la carence et par la précarité des services urbains - figure comme l'un des pionniers dans l'émergence des formes d'organisation des habitants, notamment à partir des années 1960. L'approche adoptée permet d'analyser l'interaction entre luttes urbaines et aménagement dans le cadre de l'urbanisation de Fortaleza, laquelle se caractérise par la forte ségrégation socio-spatial. La relecture critique de l'histoire du quartier a été fondamentale pour mener à bien la recherche. Cette relecture met en évidence le rôle essentiel des habitants dans la lutte pour la survie en milieu urbain mais également dans la revendication collective du droit à la ville ; lutte conduite par les organisations populaires. La recherche entreprise amène à mieux comprendre les rapports entre mobilisation des habitants et construction des liens identitaires avec le « lieu ». Elle permet par ailleurs de saisir le sentiment d'appartenance originaire des expériences collectives et des formes de solidarité pour faire face aux problèmes du quotidien. Au début des années 1980, les changements politiques qui marquent la re-démocratisation du pays ouvrent une période de redéfinitions de l'action des organisations sociales. Dans cette période, on observe de nouvelles dynamiques sociales et territoriales dans le quartier Dias Macêdo, avec spécialement l'intervention des associations, de groupes de base, de militants de gauche parmi d'autres. Dans les années 1990, avec l'effervescence des débats et des mouvements autour des problèmes environnementaux, l'agenda de revendications des mouvements sociaux s'élargit : désormais, elle prend en compte l'environnement et sa conservation dans le processus de discussion politique de la ville. L'analyse de l'évolution urbaine de ce quartier et de son histoire de luttes montre l'importance des organisations sociales dans la production de l'espace. L'intervention des acteurs sociaux qui vivent la ville dévoile les contradictions de l'espace urbain et engendre une nouvelle manière de penser cet espace, d'y vivre et rend possible la construction d'une nouvelle urbanité.

Introdução

Minha lembrança mais antiga do bairro, onde nasci e resido até hoje, é o banho de chuva na rua. A água encarregava-se de formar diminutas poças, verdadeiras piscininhas para uma criança sedenta de diversão. Quando findavam as chuvas, recorria às árvores, às frutas abundantes nos inúmeros terrenos existentes. De lá para cá, muitas modificações. Mudamos o Dias Macedo e eu. Tornei-me socióloga e, ainda na escolha do tema monográfico, o bairro inquietava-me. Porém outros interesses atraíram-me. Estava fascinada pela discussão cultural e o bairro, naquele momento, tornou-se espera.

Os anos passaram-se e meu olhar de pesquisadora conduziu-me novamente ao bairro. Descobri, numa leitura, o seu pioneirismo nos movimentos sociais de Fortaleza. Como isso me inquietou! Ao mesmo tempo, continuava a observá-lo pela janela. Mas, veio o mestrado. Mestrado em Desenvolvimento e Meio Ambiente. Mais uma vez o Dias Macedo convidou-me. O desassossego retornou como aluvião. Como estariam os movimentos sociais num bairro pioneiro em formas de mobilização coletiva da cidade? Quais seriam seus desafios e conquistas diante de um novo cenário político? Essas eram as questões que me fizeram iniciar o estudo e, para minha surpresa, percebi que analisava os movimentos sociais do Dias Macedo sob o ângulo de visão de pesquisadores¹ que realizaram estudos sobre os movimentos enfocando suas características expressas nas décadas de 1970 e 1980.

Deparei-me com a chamada “crise dos movimentos sociais”. As alterações nas formas de interlocução com o Estado, em um contexto de redemocratização e na condução da política promoveram novos enfoques na análise dos movimentos sociais urbanos, modificaram sua conduta, suas demandas e formas de mobilização. Dificuldade de mobilizar o conjunto heterogêneo de moradores e seus mais distintos interesses, sobretudo o de sobreviver em tempos de desemprego estrutural, são alguns dos desafios postos, que, para alguns teóricos, em especial Gohn (2000), configuram um “refluxo” dos movimentos sociais urbanos.

¹ BARREIRA, 1992; CASTELLS, 1980; COSTA, 1988; GOHN, 1991; NASCIMENTO, 1993; SILVA, 1992.

Paralelamente, observava os aspectos socioambientais do bairro. Quão diferente estava! Aeroporto Internacional de um lado, Makro Atacadista de outro e o agravamento das enchentes e alagamentos na área. A modernidade passava à margem, na avenida. Ao mesmo tempo, no interior do bairro, novos moradores, ocupações de terrenos, conjuntos habitacionais, aumento da densidade populacional, demandas diversas. Os tempos eram outros, a complexidade, maior. O bairro sofrera profundas transformações e os movimentos sociais promovidos pelos moradores tiveram papel fundamental nesse processo.

Concomitantemente às leituras e discussões teóricas, realizava minhas primeiras incursões no trabalho de campo— as entrevistas de cunho exploratório com antigos moradores,. Nesse momento, meu interesse associou-se ao do Núcleo de Estudos, Pesquisa e Extensão: Gestão Pública e Desenvolvimento Urbano (GPDU) da UECE. Os alunos e professores integrantes do citado núcleo principiavam estudo sobre o Dias Macedo e nos unimos no levantamento das primeiras informações acerca da história do bairro. Percebi, assim como Diógenes,

que a construção metodológica se verifica mais ou menos assim: o caminhante sabe a direção que quer tomar, conhece os mapas, os obstáculos, a direção dos ventos, ouviu falar de certos atalhos que pode usar alternativamente, mas é fundamentalmente no caminho que, obviamente, *faz a sua própria trajetória* (DIÓGENES, 1998, p. 61).

Eu tinha um sentido, uma direção que me guiava à discussão dos movimentos sociais. Contudo, as entrevistas iniciais, as leituras e a observação da realidade fizeram-me perceber que a real contribuição do meu estudo não estaria circunscrita a corroborar ou contradizer a propalada “crise” dos movimentos sociais e seus efeitos no bairro, como me havia proposto realizar a princípio. Mais que afirmar ou negar “crises”, meu estudo objetiva analisar a atuação dos movimentos sociais no processo de configuração socioambiental do bairro Dias Macedo, o que levanta alguns questionamentos. Como se constituem e atuam esses movimentos no contexto do bairro? Que implicações essa atuação exerce na configuração dessa espacialidade? Quais os desafios postos e de que forma são enfrentados? O que se pode pensar sobre o papel dos movimentos sociais diante das novas configurações espaciais do bairro impostas com a instalação de equipamentos como o Aeroporto Internacional Pinto Martins?

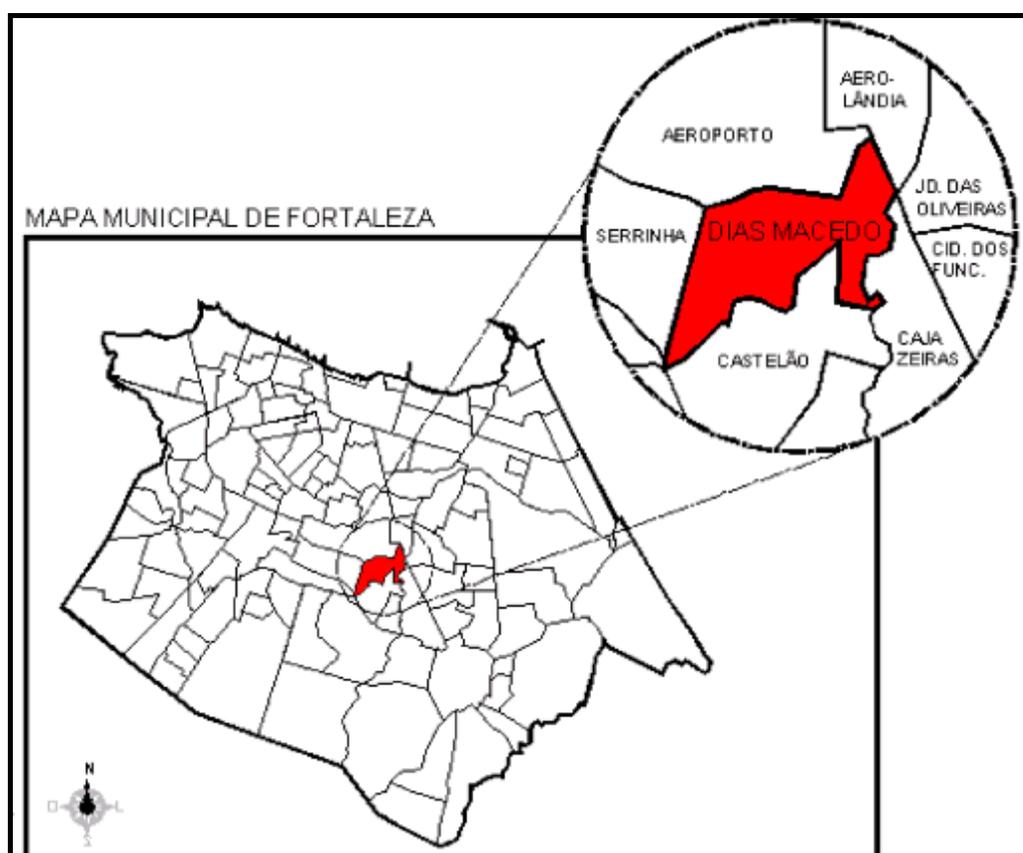
A princípio, um desafio apresentou-se a mim enquanto socióloga: a problemática ambiental, a qual apontava para as inter-relações sócio-espaciais. Resistências surgiram, mas foram vitais para que eu pudesse perceber o espaço não mais enquanto pano de fundo para as

relações sociais, mas como relação, espaço em sua multifuncionalidade, produto e produtor de relações, conforme nos apresenta Lefebvre (1978).

A relevância que a discussão ambiental assumiu nos últimos anos, em especial na compreensão do ambiente urbano, no qual se concentra a maior parcela da população do planeta, é evidente. Trata-se de um debate que transcende a cidade. Contudo, passa a compor um quadro complexo no ambiente urbano, pois a produção das cidades tem se processado por meio do banimento do ambiente natural. No caso brasileiro, a urbanização acelerada não se faz acompanhar de qualidade de vida e justiça social para a maioria da população; ao contrário, é nas cidades onde vive, segundo Rodrigues (1997), o maior contingente de pobres e indigentes do Brasil, para quem restam os resíduos dessa urbanização segregadora e conflituosa.

Nesse sentido, a abordagem dos movimentos sociais é aqui discutida sob um enfoque ambiental. Este possibilita percebermos as inter-relações entre esses movimentos e a própria constituição do bairro, como espaço que se tece também na luta em participar de uma urbanidade negada por um processo de segregação sócio-espacial induzido e marcante nas cidades brasileiras, dentre as quais Fortaleza. É essa luta pelo “direito à cidade”, a uma urbanidade de fato, que busco traduzir. Discuto o espaço sob uma dimensão política, espaço de luta.

A pesquisa aqui focalizada encontra uma realidade concreta, datada e situada espacialmente. Abordo o bairro Dias Macedo, localizado no ambiente urbano periférico de Fortaleza, mesmo estando a apenas 9 km do centro urbano (Ver figura 1). A compreensão de periferia que ora adoto, e que será tratada em análise subsequente, difere da clássica abordagem dos espaços relativos às franjas da cidade, distanciados do centro urbano. O ambiente periférico refere-se, na presente proposta, aos espaços não inseridos nas áreas de interesse do capital, mas que não deixam de se relacionar com as áreas bem assistidas da cidade, apresentando-se como contraponto, o outro lado de uma relação contraditória, dialética.

Figura 1 – Localização do Bairro Dias Macedo

Fonte: Aquino, Eduardo, 2004

O bairro do qual trato não corresponde ao espaço circunscrito pelos limites estabelecidos oficialmente, mas ao núcleo compreendido entre as Avenidas Marechal Bittencourt, Alberto Craveiro Carlos Jereissati e a Fazenda Uirapuru, ou melhor, Condomínio Espiritual Uirapuru. Delimitação esta definida pelos moradores a partir do “sentimento de pertença”, que cria uma identidade desse espaço como Dias Macedo, estando as comunidades de Boa Vista, Três Postes e Parque Sidrião numa posição de exterioridade, mesmo que nos limites oficiais integrem o bairro e com ele estabeleçam estreitas relações. Além disso, são comunidades com características sócio-ambientais distintas, que mereceriam maior nível de detalhamento e discussão (ver figura 2).

Figura 2 – Foto Aérea do Bairro Dias Macedo



Fonte: Prefeitura Municipal de Fortaleza - Secretaria de Obras e Infra-Estrutura Municipal de Fortaleza, 2001

Nossa análise está circunscrita às três últimas três décadas do século passado, ou seja, de 1970 ao ano 2000, por concentrarem a emergência de novos movimentos na cidade e no bairro, indo ao contexto no qual passariam a caracterizar, de acordo com análises realizadas por estudiosos² das questões sociais, momentos de refluxo ou crise dos movimentos. Contudo, fiz algumas incursões em momentos anteriores e mais recentes, buscando não adotar uma perspectiva histórica linear. Percebi a constituição de relevantes movimentos culturais nos últimos três anos, os quais considerei relevantes para a compreensão das novas formas de organização coletiva, a partir da emergência de temáticas e estratégias renovadas que me conduziram a um repensar das práticas e das demandas colocadas na contemporaneidade.

Privilegiei uma metodologia qualitativa, que me possibilitasse menos um conhecimento quantitativo de dados da realidade, mas um resgate qualitativo da trajetória de lutas trilhada pelos moradores do bairro Dias Macedo, ao longo da qual redefinem e constroem o espaço, contrapondo-se mesmo a um processo de desenvolvimento que relega seus interesses a um plano secundário. Os procedimentos metodológicos adotados consistem na aplicação de entrevistas diretas, com roteiro semi-estruturado, com antigos moradores, lideranças comunitárias, representantes de entidade congregativa das associações de bairro e técnicos da área de planejamento urbano da Prefeitura Municipal de Fortaleza, com o intuito de reconstituir a retrospectiva do bairro e dos movimentos sociais promovidos pelos moradores observando a temporalidade acima definida (ver apêndice).

Além disso, pesquisei em hemerotecas dos jornais locais O POVO e Diário do Nordeste, com vistas a subsidiar meu estudo com informações relevantes do período enfocado, tanto em relação ao bairro, quanto aos movimentos ocorridos no contexto da cidade, e os momentos de maior visibilidade pública. Examinei documentos primários elaborados pelas entidades associativas do bairro, nos quais procurei compreender o discurso, as demandas dos movimentos e a atuação dos atores sociais envolvidos. Vislumbrei, além disso, documentos oficiais, diagnósticos, bancos de dados e planos, nos quais procurei não apenas informações, mas compreender de que forma o Estado legitima ações que comprometem a vida dos moradores. Utilizei, ainda, a técnica da observação participante por ocasião de algumas reuniões e eventos promovidos pelas associações do bairro, e de minha própria vivência enquanto moradora, condição que muito me auxiliou no contato direto com

² Gohn, 2000; Kowarick, 2000; Souza, 2000; Doimo, 1995; Maricato, 2001.

as lideranças, antigos moradores e no percorrer o bairro e seus espaços, quando, em muitas ocasiões, me surpreendi com suas idiossincrasias e revelações.

O presente trabalho foi subdividido em três capítulos. No primeiro, discorro sobre o instrumental teórico acerca dos movimentos sociais e sua emergência em Fortaleza, a partir do processo de expansão urbana e da formação do ambiente urbano periférico, quando vão se constituindo formas inovadoras de organização coletiva dos moradores. Teço uma discussão da problemática ambiental urbana, definindo minha compreensão de periferia e os fatores interferem a expressão de movimentos sociais nesse espaço da cidade. Em seguida, debruço-me mais especificamente sobre o bairro, evidenciando sua constituição histórica e reconstruindo o caminhar das formas de organização dos moradores desde o Conselho de Bairro, nos anos 1960, ao contexto no qual os movimentos modificam-se e passam a enfrentar novos desafios, especialmente de mobilização política. No terceiro e último capítulo, discorro sobre o Dias Macedo em sua contemporaneidade, destacando aspectos administrativos, as formas de sociabilidade e as novas lutas e reivindicações, quando se destaca a problemática ambiental agravada, sobretudo, com a implantação de equipamentos urbanos de grande porte no entorno do bairro. Por fim, o que não representa uma conclusão, discorro sucintamente sobre os aspectos mais notáveis do estudo.

Esta pesquisa busca contribuir na tradução da cidade de Fortaleza, a partir do enfoque do ambiente urbano periférico, cuja constituição ainda não mereceu uma produção científica específica. Esta análise está representada no estudo de um bairro, pois, segundo Carlos (2001, p. 206),

É no bairro que se pode ler os itinerários a partir dos quais se localiza e se realiza a vida urbana. No bairro as relações se tecem, e a partir daí é possível pensar a metrópole como um todo em seu processo atual de reprodução espacial.

1. Movimentos Sociais e a Problemática Ambiental Urbana

1.1. Movimento Social: uma controversa discussão

Abordar as formas de organização e mobilização coletivas de moradores no contexto dos bairros é retomar um tema amplamente discutido – os Movimentos Sociais –, além de ser um intuito desafiador. Em estudo realizado sobre o tema, Doimo (1995, p. 37) já observara o quão “controvertida” é a categoria Movimento Social, por se situar entre as temáticas intrinsecamente imbricadas na realidade, nas práticas sociais. Conceito e evidência estão estreitamente relacionados, desafiando a reflexão. A autora refere-se, ainda, à “crise de um conceito”, o que não implica desconsiderar a relevância do tema para a compreensão dos processos sociopolíticos da sociedade brasileira.

O caráter dinâmico e diversificado das formas de organização e mobilização coletivas tem contribuído para uma multiplicidade de enfoques e interpretações. Não se verifica, na produção sobre o tema, um conceito único, universal; tampouco há consenso acerca da capacidade de mudança e limites de atuação dos Movimentos, sendo as interpretações função da perspectiva teórico-metodológica adotada e mesmo do contexto em que ocorrem. Percebe-se, do ponto de vista teórico, uma lacuna conceitual nos estudos elaborados sobre a realidade brasileira, prevalecendo abordagens empírico-descritivas sobre experiências organizacionais, oscilando entre o otimismo e a crítica arrebatadora. A deficiência teórica reflete-se na imprecisão sobre quais ações e formas de organização coletivas poderiam ser inseridas num conceito de Movimento Social. Sobre isso Scherer-Warren afirma:

Parece-me que o maior problema desta produção encontra-se no fato de que, ao se reduzir o fenômeno dos movimentos sociais a uma categoria empírica, fragmentou-se a produção e dificultou-se a construção de conceitos e de categorias teóricas (SCHERER-WARREN, 1999, p. 18).

O termo Movimento Social surge por volta de 1840, em referência ao movimento operário europeu, conforme estudo de Scherer-Warren (apud Doimo, op. cit., p. 37). Desde então, os movimentos sociais assumem, no desenrolar da História, características diversas, o que exige um permanente repensar das práticas sociais. As teorias explicativas dos

movimentos sociais da década de 1970, por exemplo, não respondem inteiramente aos questionamentos suscitados por movimentos ocorridos nos anos 1990. Tampouco a importação de análises realizadas sobre outros contextos, as quais são elaboradas muitas vezes sem as devidas mediações, dificultando a compreensão das especificidades características à dinâmica da realidade social. Os contextos latino-americano e, especialmente, brasileiro apresentam particularidades para as quais as abordagens efetuadas em outras realidades, como a norte-americana e a européia, não oferecem elementos suficientemente adequados à análise, tornando-a ainda mais desafiadora.

No Brasil, os Movimentos Sociais Urbanos destacam-se, sobretudo, a partir da década de 1970, acompanhados de um contexto social marcado pela repressão política imposta com a ditadura militar. Os estudos iniciais revelam um otimismo diante de formas inovadoras de mobilização que se distanciavam dos canais tradicionais de participação política. Esses movimentos apontam para os teóricos brasileiros, anteriormente citados, perspectivas reais de mudança social, de transformação da realidade. Entretanto, como será visto adiante, os anos seguintes ao processo de reabertura política denotam seus limites, bem como suas distinções. Novas estratégias de atuação e, principalmente, de interlocução com o Estado foram muitas vezes compreendidas como descaracterização da “luta popular”, perda de autonomia, crise dos movimentos. Essa crise propalada e perceptível na redução dos estudos sobre o tema, ou da mudança de enfoque das questões políticas, diz respeito a um despertar dos teóricos ao novo contexto político brasileiro, ao mesmo tempo em que sinaliza a problemática relação entre a teoria e a compreensão da complexa realidade social. Os Movimentos não respondem mecanicamente a contextos político-sociais nem às contradições urbanas.

Sem pretender realizar um exaustivo debate sobre as teorias e formulações conceituais até então elaboradas, levando em conta as reflexões de Gohn (2000) em seu estudo sobre os paradigmas dos Movimentos Sociais, considera-se indispensável abordá-las sucintamente, com o intuito de subsidiar o presente estudo. Sua obra sistematiza as principais contribuições teóricas sobre o tema, as quais são apresentadas como paradigmas de discussão. Dentre estas análises, destaca-se a norte-americana, de tendência funcionalista, tendo como fundamento a teoria da ação social de Max Weber, de cunho sociopsicológico. Aqui os movimentos constituem-se enquanto reação psicológica de “indivíduos desorientados pelo processo de mudança que a sociedade industrial gerava” (op. cit., p.24) – distúrbios ou disfunções em consequência de quebra da ordem social. Esta interpretação, que vigorou nos

anos 1950, começa a ser questionada na sociologia norte-americana na década seguinte, quando são elaborados novos esquemas explicativos, originando a Teoria da Mobilização de Recursos (MR).

Os teóricos da MR discutiam os movimentos sociais enquanto grupos de interesses, como organizações burocráticas. Tal pensamento confere aos movimentos uma lógica racional-econômica, caracterizando-os como organizações surgidas “quando se estruturam oportunidades políticas para ações coletivas, assim como quando facilidades e líderes estão em disponibilidade” (idem, p. 51). A sociedade é percebida de forma homogênea, formada por incluídos e excluídos. As ações coletivas são esforços dos grupos excluídos buscando sua integração à sociedade.

Nos anos 1970, outra construção analítica é elaborada. Nesse momento, uma nova postura política passa a estabelecer o comportamento americano “politicamente correto”, originando a Teoria da Mobilização Política (MP). Os estudos recuperam os aspectos psicossociais, pois consideram que as condições estruturais são necessárias, mas não suficientes, para explicar a ação humana, aproximando-se da teoria européia dos Novos Movimentos Sociais. Resgata-se o aspecto cultural como elemento imprescindível à explicação das ações coletivas, buscando na linguagem, nos símbolos, na ideologia e nas práticas dos indivíduos os fundamentos da ação coletiva.

Entretanto, o paradigma descrito apresentou reduzida influência nos estudos do contexto latino-americano. Segundo a perspectiva de Gohn (2000), um dos paradigmas muito presentes entre as análises dos teóricos latino-americanos e, em especial, dos brasileiros, foi o dos Novos Movimentos Sociais. Elaborado por teóricos europeus, dentre os quais destacam-se Melucci e Tourraine, demarca uma crítica ao paradigma marxista clássico, o qual consideram inadequado para a realidade dos movimentos ocorridos na Europa nos anos 1960. Esse é o contexto em que surgem demandas inovadoras, diferenciadas de questões estruturais, tendo como enfoque o prazer, o indivíduo, a sexualidade, a liberdade.

Para os pensadores desse paradigma, o marxismo, em sua versão ortodoxa, reduz toda a capacidade de mudança a um sujeito histórico pré-determinado pelas contradições do capitalismo e cuja consciência forma-se por uma vanguarda partidária. No enfoque aqui referido, os participantes de ações coletivas ligadas ao prazer, à sexualidade, às diferenças culturais, são definidos como “atores sociais”, para os quais a conceituação clássica de classe

social não favorecia o entendimento dos novos processos sociais. As análises tratam dos aspectos culturais e políticos, abarcando a dimensão da vida social e das práticas sociais cotidianas, destacando-se entre os pressupostos teórico-metodológicos a fenomenologia. Os atores sociais são percebidos por suas ações coletivas e pela identidade construída no processo. Identidade torna-se a categoria fundamental nesse paradigma.

Já o paradigma Marxista assume importância não apenas do ponto de vista teórico, mas no próprio fazer do movimento na América Latina. O marxismo representa uma teoria que fundamenta a práxis de muitos dos movimentos sociais, em especial os Movimentos Sociais Urbanos, ao lado dos princípios da Teologia da Libertação, propostos pela Igreja Católica progressista.

Gohn (op. cit.) destaca nesse paradigma abordagens ortodoxas e releituras dos clássicos, elaboradas para se analisar as transformações sociais e os novos contextos da práxis social e do papel do Estado. Nesses estudos, o Estado surge como elemento imprescindível, sendo consenso entre ortodoxos e não-ortodoxos uma compreensão dos movimentos sociais como processos que se efetivam num determinado contexto e em função das condições estruturais da sociedade. Não ocorrem por acaso, espontaneamente, mas tornam-se movimentos pelas ações dos homens na História.

Castells, Borja, Lojkin e Gramsci têm constituído a base teórica marxista freqüentemente utilizada nos estudos efetuados no Brasil, sobretudo nos anos 1970, momento de efervescência do Movimento Social Urbano (MSU). Castells destaca-se como um dos principais teóricos marxistas dos MSU, sendo um dos primeiros no marxismo a abordar a questão urbana, partindo de uma discussão sobre o que denomina “crise urbana”, ou seja, o produto da contradição estrutural do capitalismo que produz demandas por serviços coletivos não rentáveis ao capital e que são assumidas pelo Estado. Este, dado seu caráter classista, prioriza os serviços necessários à acumulação capitalista, gerando um déficit público. O urbano é visto como reprodução da força de trabalho, cujas contradições favorecem o surgimento de movimentos urbanos em luta pela aquisição dos serviços coletivos. Segundo Castells (1989, p 32), esses movimentos apresentam algumas características, tais como um caráter interclassista e um horizonte político anticapitalista.

Observa-se nos estudos marxistas uma compreensão dos movimentos sociais numa perspectiva de classe. Lojkin, por exemplo, assim os interpreta:

Um movimento social caracteriza-se primeiramente pela capacidade de um conjunto de agentes das classes dominadas diferenciar-se dos papéis e funções através dos quais a classe (ou fração de classe) dominante garante a subordinação e dependência dessas classes dominadas com relação ao sistema sócio-econômico em vigor (LOJKINE, 1997, p.314).

Por outro lado, a abordagem de Gramsci, fonte em que o próprio Lojkine busca subsídios, representa uma fundamentação relevante com relação ao Estado. Gramsci percebe o Estado não apenas como sociedade política, mas também como sociedade civil, conferindo aos movimentos sociais a construção de uma contra-hegemonia à dominação burguesa. O Estado, longe de compor um comitê para gerir os interesses da burguesia, é permeado por relações de poder e luta política de classes. Daí ser utilizado como pressuposto teórico em muitos estudos realizados no Brasil, sobretudo após o início do processo de democratização, na década de 1980. Gramsci aborda a superestrutura político-ideológica como elemento fundamental na conservação e elaboração da hegemonia de classe, sendo o Estado aspecto imprescindível para manter a dominação de classe.

Outra contribuição nesse paradigma corresponde aos historiadores ingleses, dentre eles Hobsbawm e Thompson. Numa releitura do marxismo, os autores recuperam categorias deixadas de lado por grande parte dos estudiosos marxistas, tais como valores, cultura e experiência, sem cair no campo específico da fenomenologia. Compreendendo as classes como processo em formação e não como sujeito, de antemão, determinado, “Thompson retoma a idéia marxista da classe como sujeito, da classe como categoria histórica, ampliando seu significado, enquanto relação. A consciência vai sendo gerada na luta. Não há um projeto político previamente demarcado, ele se constrói na práxis” (GOHN, op. cit., p. 205).

Inúmeras são as perspectivas de análise. Não existe um conceito universal capaz de envolver uma gama tão diversificada de ações e práticas coletivas, mas interpretações e formas de pensar os movimentos sociais. Para Gohn, os Movimentos Sociais são compreendidos como

Ações sociopolíticas construídas por atores sociais coletivos pertencentes a diferentes classes e camadas sociais, articuladas em certos cenários da conjuntura socioeconômica e política de um país, criando um campo político de força social na sociedade civil. As ações se estruturam a partir de repertórios criados sobre temas e problemas em conflitos, litígios e disputas vivenciados pelo grupo na sociedade. As ações desenvolvem um processo social e político-cultural que cria uma identidade coletiva para o movimento, a partir dos interesses em comum [...] (idem, p. 251).

A conceituação acima, dada sua amplitude apresenta uma conjunção de elementos necessários à discussão do tema, sendo uma das referências do presente estudo, o qual compreende, como na análise marxista, que os movimentos sociais não surgem por acaso nem se processam mecanicamente. Nem sempre as contradições e desigualdades vividas no cotidiano das cidades resultam em movimentos sociais, pois não são ações mecânicas. Sua atuação não obedece a uma linearidade, mas apresenta momentos de intensa mobilização e outros de refluxo, dada sua dinâmica, seu “movimento”.

Os movimentos sociais urbanos dizem respeito “à luta pelo acesso à cidade e à cidadania” (SILVA K., 2002, p. 31). Referem-se à luta por uma melhoria de vida coletiva, cujas demandas e reivindicações direcionam-se ao Estado. Apresentam uma problemática urbana, relativa ao uso, distribuição e apropriação do espaço urbano e aos serviços coletivos de consumo. Referem-se ao Direito à Cidade, ou seja, a uma verdadeira urbanidade, haja vista o solapamento da qualidade de vida e degradação ambiental que acompanham o processo de urbanização das cidades brasileiras, o qual tem se dado a partir do banimento do ambiente natural, gerando uma problemática ambiental urbana (RODRIGUES, 1997, p. 141).

Longe da perspectiva de um otimismo teórico, segundo o qual os movimentos sociais seriam motores de profundas transformações sociais, ou de uma compreensão destes enquanto meros ativismos de bairro que não constituiriam a base de um movimento político, percebe-se que os movimentos se caracterizam como ações muitas vezes fragmentárias e localizadas, apresentando um caráter diverso. Contudo, representam experiências fundamentais na constituição urbana da realidade brasileira, como movimentos promovidos, no caso dos Movimentos Sociais Urbanos, por moradores de baixa renda, trabalhadores habitantes das periferias, locais onde passam a habitar sem uma infra-estrutura urbana digna.

Diferentemente dos canais tradicionais de participação, como os partidos políticos e sindicatos, as novas formas de expressão política, surgidas nos anos 1970, apresentavam distintos espaços de disputa, bem como novos questionamentos, que aos olhos dos estudiosos das temáticas sociais eram acolhidas com entusiasmo. Eram, sobretudo, os movimentos nos locais de moradia, apoiados por partidos de esquerda – então na clandestinidade –, por intelectuais e pela ação da igreja católica progressista, por meio da atuação das Comunidades Eclesiais de Base (CEBs).

Estes atores sociais redefiniram o cenário político brasileiro, diferenciando-se do que até então se compreendia como Movimento Social, mesmo porque, na década anterior, o movimento operário correspondia à referência maior em termos de organização política. Somou-se a isso a emergência de um novo sindicalismo, cujas greves promovidas por metalúrgicos influenciaram novas organizações e anunciaram, paralelamente, mudanças no processo político.

Destacava-se, nesse contexto, a mobilização nos espaços de moradia – os bairros das principais cidades brasileiras, em plena expansão urbana – encaminhada por moradores - homens e, principalmente, mulheres, que viviam as contradições e dificuldades de uma urbanização complexa, excludente e desigual. Os intensos fluxos migratórios para as cidades, caracterizadas pela segregação espacial, contribuíram para a concentração de amplos contingentes populacionais em áreas sem infra-estrutura adequada, ocupando áreas livres ou construindo suas casas em terrenos e lotes mais acessíveis. Acrescentava-se a isso o fato de o país vivenciar um modelo de desenvolvimento pautado em elevadas taxas de crescimento econômico, alimentadas por um forte arrocho salarial e, conseqüentemente, pela pauperização da classe trabalhadora, configurando brutal concentração de renda, tão marcante na História brasileira, vindo a comprometer o padrão de vida de trabalhadores e demais setores que não se locupletaram nesse processo. Sobre isso, diz Vêras:

Assim, além de uma rede desigual de cidades no país, a desigualdade em cada cidade era patente: uma cidade legal, bem equipada, e uma cidade real, clandestina ou irregular, miserável, das favelas, loteamentos clandestinos, das habitações precárias de aluguel, de cortiços, das periferias. A presença dessa clandestinidade não deve ser vista como uma etapa transitória, mas como efeitos estruturais do modelo de desenvolvimento econômico brasileiro (VÉRAS in WANDERLEY, L.E.W; BÓGUS, L. M. M., 1992, p.83).

O processo de modernização da economia se fez acompanhar politicamente de violenta repressão imposta com a deflagração do Golpe Militar, em 1964, silenciando os espaços tradicionais de ação política. Partidos de esquerda entraram na clandestinidade, sindicatos foram fechados. Imperava o autoritarismo e a centralização político-econômica. Grandes obras de infra-estrutura contrastavam com os investimentos em políticas urbanas, estando estas circunscritas à questão da moradia, sem, contudo, atender às demandas da moradia popular, o que veio contribuir para a proliferação de favelas, autoconstruções e loteamentos clandestinos, sob os olhos complacentes do Estado.

Esse era o momento em que afluía, na realidade brasileira, uma diversidade de ações coletivas. Sindicalistas, militantes de partidos de esquerda, religiosos e leigos da igreja católica progressista, membros de entidades de defesa dos direitos humanos, buscavam novos espaços de participação, encontrando-os no cotidiano dos bairros, onde ressurgiam ou germinavam formas de organização marcadas pelo caráter de novidade na cena política. Segundo Gohn (1991, p. 09), os movimentos populares na década de 1970 eram lutas isoladas, por água, luz, transportes, creches”. Logo, diferenciavam-se de movimentos surgidos na Europa, onde as demandas materiais básicas já haviam sido satisfeitas. No Brasil, e em geral no contexto latino-americano, prevaleceram, inicialmente, reivindicações por infraestrutura básica para a sobrevivência na cidade.

Não se pode pensar na emergência dos Movimentos Sociais Urbanos em função exclusivamente de momentos críticos da conjuntura, como o ditatorial, nem analisá-los, como o foram pela grande parte dos estudos sobre o tema, apenas em oposição ao Estado, partindo-se da clássica dicotomia *autonomia x institucionalização*. Suas nuances e configurações diferem no desenrolar histórico. Em contextos de crise não surgem, necessariamente, embriões de Movimentos Sociais. De acordo com Barreira (1992, p. 30), as formas de apreensão e politização dos atores sociais não obedecem a maniqueísmos, mas respondem dialeticamente às condições objetivas.

As práticas reivindicativas dos moradores da periferia apontavam para uma nova percepção da cidadania, relativa aos direitos sociais para além da legalidade. Essas práticas fundamentaram-se numa valoração ética e humanitária, que passava a legitimar, junto aos moradores, ações em torno da luta por condições dignas de vida. As contradições econômicas expressam-se em desigualdades urbanas e só se transformam em conflito quando entram novos valores éticos e uma intensa politização do urbano³, transformado em lugar de protesto político. As críticas reconheciam que as desigualdades não se relacionavam apenas ao mundo do trabalho, mas ao ter onde morar, por exemplo (BARREIRA, 1992, p. 31).

Os anos 1980 vislumbraram transformações nos Movimentos e no próprio Estado. Assistiu-se a um processo de redemocratização da política e os Movimentos Sociais fortaleceram-se, saindo do isolamento das primeiras iniciativas, estabelecendo articulações e

³ O conceito “politização do urbano” é aqui compreendido, de acordo com Barreira (1992, p. 31), como a “situação em que a crítica à gestão e distribuição dos bens de consumo coletivos ganham um lugar de expressão social. A politização do urbano ocorre no plano institucional mais amplo no qual forças sociais de oposição produzem a crítica ao urbano e no plano particular das relações cotidianas entre moradores da periferia”.

unificando demandas. As interlocuções com o Estado sofreram alterações significativas em vista da nova postura que este assume com o processo de democratização. O Estado, anteriormente encarado como “inimigo comum”, iniciava um processo de abertura política; o pluripartidarismo voltava à cena, a definição de políticas públicas em parceria com os Movimentos acenava-se. Já em 1984, um importante movimento político espalhou-se pelo país em torno da luta pelas Diretas. Mesmo no cotidiano dos bairros, moradores discutiam a redemocratização, num momento em que outros significativos movimentos, de referência nacional, mostravam um novo contexto, no qual participação e cidadania passaram a fazer parte do vocabulário.

Movimentos contra o elevado custo de vida, de moradia, de luta contra o desemprego, por melhoria nos setores de saúde, transporte coletivo, pela reforma urbana, são alguns desses novas modalidades de ação, de grande efervescência nas décadas de 70 e 80. Em comum, apresentavam a ação direta, distinta de Partidos, Sindicatos e Estado, bem como linguagem e conteúdos ético-políticos que conferiam aos participantes uma identidade compartilhada. Para tanto, a Igreja Católica, em sua ala progressista, através das Comunidades Eclesiais de Base (CEBs), e segundo os princípios da Teologia da Libertação, assumiu papel fundamental. Acreditava-se, então, na capacidade criadora e transformadora do “saber popular” e na perspectiva de que o “povo faz sua própria História”. Essas experiências espalharam-se pelo país e foram se definindo em função das peculiaridades dos espaços onde ocorreram, tal como se verá no caso da cidade de Fortaleza.

1.2. “Isso aqui é que é Fortaleza?”: formação do ambiente urbano periférico e luta pela cidade.

Em Fortaleza, experiências isoladas de organização de moradores com foco nas melhorias urbanas fizeram-se notar, desde as décadas de 1950 e 1960, nos bairros Pirambu e Dias Macedo. Caracterizavam-se como movimentos “episódicos” e apresentavam isolamento das ações, com exceção do bairro Pirambu, cujos moradores empreenderam dura resistência às tentativas de expulsão da área ocupada majoritariamente por trabalhadores, cuja experiência associativa em sindicatos favoreceu o alvorecer e a permanência da mobilização.

O Pirambu, bairro localizado numa área litorânea da zona oeste de Fortaleza, enfrentou, sob a coordenação de seu Conselho de Moradores e com o apoio da Igreja Católica, na figura do Padre Hélio Campos, as tentativas de expulsão dos moradores, organizando, em 1962, uma passeata, então denominada Marcha do Pirambu, que percorreu as ruas do Centro cantando hinos e gritando palavras de ordem, quando asseguraram o direito a permanecer na área (BARREIRA, 1992, p. 56).

O bairro Dias Macedo, como será visto adiante, representa a mobilização de moradores num contexto de articulação entre a política assistencialista e paternalista do Estado e as ações filantrópicas de cunho assistencial, que demarcaram diferenças em relação ao Pirambu, conquanto formasse, juntamente com este, os bairros pioneiros em formas de organização associativas, desenvolvendo importantes ações em âmbito interno ao bairro.

A emergência dos Movimentos Sociais Urbanos em Fortaleza acompanhou o próprio processo de urbanização da cidade, aqui entendida, conforme a abordagem de Lefebvre (1978), enquanto relações social, transcendendo a mera configuração física de ruas e edificações, sendo produzida pelos diversos atores sociais ao longo do processo histórico, adquirindo feições específicas. Seus espaços heterogêneos são produto e produtor de relações sociais marcadas, no capitalismo, pela existência conflituosa de classes sociais antagônicas. Objeto de desejo, lugar de encontros, de confrontos, “a cidade é, visivelmente, uma coisa complicada”, afirma Harvey (1980, p. 13), referindo-se à desafiadora realidade urbana em sua interdependência de aspectos sociais e ambientais. São as inter-relações societárias com a natureza, mediadas por relações sociais marcadamente conflitantes e desiguais, que vão definir a cidade, configurando o que, na presente abordagem, denominar-se-á meio ambiente urbano.

Na cidade, as contradições se tecem e se revelam. É também a cidade espaço onde se produzem alternativas, fissuras que geram transformações e renhidas ações de luta por direitos, igualdade, ou mesmo pela cidade, pelo direito à cidade na ação de movimentos sociais organizados pelos próprios cidadãos, na condição de cidadãos. O viver a cidade, seus conflitos e contradições, faz aflorar sentimentos de pertença ou rejeição, inclusão ou exclusão. Fortaleza, capital do Estado cearense, é esse misto, uma dialética de espaços e representações. “Capital do Sol”, decantada em anúncios pelo país, e “cidade desumana” para lideranças em luta por melhorias. “A cidade é elemento efetivo na formação do elo identitário, que faz com que seus habitantes percebam na fisionomia urbana sua própria identidade” (SILVA, in

CABANES, 2002, p. 12). Confronto e desejo, certezas e improvisos, a cidade implica complexidade, visões distintas, modos de vida e de morte, exigindo uma análise abrangente. Desumana e, ao mesmo tempo, lugar de humanidade, solidariedade, ação, seus espaços múltiplos implicam formas de vivê-la, senti-la, compreendê-la, seja no periférico bairro ou nas áreas turísticas e bem assistidas. Assim são as metrópoles, Fortaleza não difere.

Discutir a cidade a partir da compreensão do ambiente urbano transcende uma descrição simplista ou tecnicista dos aspectos físicos ou do substrato material da vida. Tampouco representa estar em consonância com modismos, diante da notória problemática ambiental. Segundo Rodrigues (1998, p. 104), o “meio ambiente urbano” diz respeito às relações sociais definidoras das formas de intervenção na natureza. Sobre isso expõe a autora:

Compreende o meio ambiente urbano o conjunto das edificações, com suas características construtivas, sua história e memória, seus espaços segregados, a infraestrutura e os equipamentos de consumo coletivos [...] Ao mesmo tempo significa imagens, símbolos e representações subjetivas e/ou objetivas [...]. Compreende, também, o conjunto de normas jurídicas [...] (idem).

Portanto, pensar a constituição do ambiente urbano refere-se à própria produção do espaço urbano como processo sócio-espacial, o qual assume diferentes conotações e especificidades pautadas na relação sociedade-natureza. Logo, o ambiente urbano compreende, fundamentalmente, uma discussão do espaço. Lefebvre (2002, *passim*), distanciando-se de abordagens dualísticas e economicistas do espaço, revela a natureza multifacetada que este assume. O espaço prescinde de uma análise dialética capaz de captá-lo na sua complexidade; não é um mero receptáculo onde as relações se tecem, nem tampouco apenas localização geográfica. Para o autor, o espaço corresponde a uma construção social, com base física, porém não restrita aos limites físicos. O espaço é também possibilidade de ação, de confrontos, de utopia revolucionária. No capitalismo, transforma-se, por outro lado, em mercadoria comercializável, fragmentado; espaço revelador das profundas desigualdades e exclusões, onde se tece a vida, formas de viver e de lutar, reagir, transformar.

Na produção do espaço, na constituição do ambiente urbano, especialmente o ambiente urbano periférico, está a gestação dos Movimentos Sociais Urbanos. A ação dos atores sociais, que vivem e produzem a cidade e seus espaços, modifica-se ao longo do caminhar histórico, assumindo diversas versões e formas de ser, bem como diferencia-se a cidade, sua fisionomia, sua paisagem. O processo de expansão e desenvolvimento urbano de Fortaleza e das demais cidades brasileiras executa-se por essa imbricação.

Esse processo – a própria produção das cidades – tem ocorrido de forma predatória, destruindo o ambiente natural. Cada vez mais as formas de intervenção no espaço eliminam da paisagem urbana seus atributos naturais. Aterrramento dos mananciais, desmatamento, impermeabilização do solo urbano, produção imensurável de resíduos e esgotamento dos recursos hídricos denotam profundas alterações no espaço, pondo em risco a capacidade de renovação desses recursos, indicando uma problemática ambiental que transcende o urbano, mas que nele se revela com mais evidência. Tal problemática se expressa, ao mesmo tempo, no comprometimento da qualidade de vida dos habitantes. Os problemas de uma urbanização degradante e desigual dão conta de que é necessário um repensar a forma como o processo de desenvolvimento urbano tem se dado (RODRIGUES, 1997, p. 141).

Partindo-se dessas premissas, percebe-se a complexidade pertinente à análise do ambiente urbano: produção e reprodução desigual do espaço dando margem à opulência, ao mesmo tempo em que se produz a miséria. De acordo com Rodrigues (1998, p. 110) “o meio ambiente urbano mostra, com toda clareza, a diversidade da riqueza e da pobreza, da produção e reprodução de objetos, de cultura, de vida cotidiana enfim”. O viver cotidiano da cidade e o pulsar da vida na ação dos atores sociais que vivem na (ou a) cidade, exprimem formas diversas de reações, identidades, rejeições. A complexidade do ambiente urbano revela-se, além disso, na luta pela sobrevivência, na tomada de consciência dos direitos e na crítica dessas contradições expressas em modos de vida diferenciados, desiguais. Essas contradições originam ações geradoras de mudanças, de movimentos, de Movimentos Sociais, remetendo à atuação dos atores sociais nesse mesmo espaço, modificando-o e sofrendo suas implicações. Logo, a abordagem preterida toma a discussão do espaço no sentido de se compreender a atuação dos Movimentos Sociais na própria constituição da cidade, do espaço urbano, visto enquanto inter-relação.

Esses aspectos são reveladores ao se tomar uma realidade concreta, em especial uma cidade como Fortaleza. Discutir seu processo de formação e expansão é inserir-se em torno de um debate sobre o espaço, aqui compreendido sob o enfoque do meio ambiente urbano, necessário para se perceber o contexto de formação da periferia urbana, ambiente no qual se localiza o bairro Dias Macedo.

Entender a consolidação da cidade de Fortaleza e o sentido de sua expansão urbana é fazer alusão ao processo de em que conquista sua hegemonia político-econômica.

Verifica-se, na História da cidade, sua insignificância como núcleo urbano até o final do século XVIII, quando não passava de uma acanhada vila sem relevância econômica, estando, na hierarquia urbana cearense, aquém de cidades como Aracati, Icó, Sobral e Camocim.

A partir da cultura do algodão, Fortaleza assume condição hegemônica, em vista do declínio da pecuária e da desvinculação da província cearense de Pernambuco. Já no início do século XIX, esta atividade expandiu-se por todo o interior da província, alcançando, nos anos 1860, o mercado europeu, sobretudo após a deflagração da Guerra de Secessão norte-americana, responsável por fazer do Ceará um dos maiores exportadores de algodão no período, inserindo-o na divisão internacional do trabalho. A produção escoava para Fortaleza, de onde era exportada através do porto. A construção de linhas férreas favoreceu a supremacia da cidade como pólo comercial e entreposto importante no contexto cearense, em detrimento de outros núcleos urbanos.

A Fortaleza da segunda metade do século XIX surgiu como o principal entreposto comercial do Ceará. O crescimento urbano se fez acompanhar da emergência de novos atores sociais – profissionais liberais constituintes de uma classe média, além de um contingente crescente de trabalhadores. A cidade tornou-se alvo de profundas transformações, intensificando-se seu processo de urbanização e modernização. A instalação de equipamentos urbanos, como transporte coletivo feito por bondes, o serviço telefônico e a construção do Passeio Público ocorreram paralelamente ao “processo de reajustamento social da população” (PONTE, 2001, p. 24). As transformações urbanas se deram sob o signo do “progresso e da civilização”, tendo como modelo Paris. A busca de civilidade se fez observar no disciplinamento de espaços e comportamentos sociais. O intuito de aformosear a cidade transcendeu a remodelação urbana de praças, ruas, clubes, cinemas, indo de encontro às formas de sociabilidade, sendo expulsos do espaço urbano “civilizado” os “vadios”, “viciosos”, “perigosos” e “ociosos”. Nos arrabaldes, ou subúrbios, localizavam-se os asilos para onde eram encaminhados os indivíduos considerados loucos, além dos matadouros e cemitérios, de forma a manter salutar e ordeiro o espaço urabano da cidade.

O final do Séc. XIX representou um período de graves conflitos sociais na área urbana. As secas a partir de 1877 contribuíram para um processo migratório da população rural para Fortaleza, surgindo os então denominados “retirantes”⁴. A cidade foi tomada por

4 Figura que viria a compor, no imaginário nordestino e na produção literária brasileira ligada ao fenômeno da seca, uma personagem destacada, como na obra “Vidas Secas”, de Graciliano Ramos.

levas de famílias pobres, maltrapilhas e famintas que perambulavam pelas ruas do centro urbano, contrastando com o ideal de civilidade da burguesia local. Nem mesmo a construção de “campos de concentração”⁵, onde morriam vitimados por doenças e pela fome, reduziu o fluxo migratório (NEVES, 2002. p. 91).

O crescimento populacional verificado com a expansão econômica de Fortaleza dirigiu-se para oeste, opondo-se ao litoral. Conforme salienta Dantas, “a cidade foi construída no sentido do sertão”, tendo em vista o imaginário dominante que compreendia o espaço litorâneo exclusivamente em sua função de exportação e importação de produtos. A cidade nasceu de costas para o mar (DANTAS, 2002, p. 33). Acreditava-se, então, que o mar, território estranho e envolto em mistérios, não se prestava a edificações. Nesse sentido, mesmo com a expulsão da população pobre do centro urbano da cidade, as burguesias comercial e agrária de lá se retiraram e passaram a ocupar a Jacarecanga, a oeste da cidade, edificando casarões, bem como um importante estabelecimento de ensino, o Liceu do Ceará.

No começo do século passado Fortaleza acusava um crescimento demográfico acentuado, verificado com mais ênfase a partir de 1930. De acordo com Silva,

Esse ‘crescimento’ de forma espontânea e desordenada deu lugar a aglomerações de edificações precárias na periferia da cidade. Data do início da década de 30 a origem desses aglomerados com características de favelas. Entre 1930-1955 surgiram as seguintes favelas na cidade: Cercado do Zé Padre (1930), Mucuripe (1933), Lagamar (1933), Morro do Ouro (1940), Varjota (1945), Meireles (1950), Papouquinho (1950)⁶, Estrada de Ferro (1954) (SILVA, 1992, p.29).

Eis, portanto, as origens do ambiente urbano periférico de Fortaleza, no qual se sobressai a favelização das áreas mais distantes do centro urbano, de onde eram expulsos não apenas os migrantes sertanejos, mas os trabalhadores cuja mísera renda era insuficiente para sua permanência na área central. A expansão do centro em função da concentração das atividades comerciais encareceu o solo urbano, afugentando a população pobre para a periferia. O Código de Posturas do Município de 1932, comentado por Souza (1995, p. 55), acenava a preocupação do poder público em disciplinar o espaço da cidade. Esta foi dividida em quatro zonas: central, urbana, suburbana e rural. Segundo a autora, “esta divisão de uso e

⁵ Os “campos de concentração” existiram no Ceará em meados de 1915, em Fortaleza, e, posteriormente, por volta de 1932, nas cidades de Crato, Cariús, Quixeramobim, Ipu e Senador Pompeu. Consistiam em locais afastados e cercados, para onde eram levadas as famílias retirantes da seca, numa tentativa de coibir o fluxo migratório para a capital, Fortaleza. Nos anos 30, caracterizados por intensos períodos de estiagem, sobretudo em 1932, essas famílias eram envolvidas em atividades associadas ao combate à seca, principalmente a construção de grandes reservatórios d’água (NEVES, op. cit., p. 76-102).

⁶ A Favela Papouquinho foi a primeira favela a surgir no Bairro Dias Macedo, tendo origem num processo de invasão de terreno por famílias providas, em sua maioria, do interior do Ceará.

ocupação dos espaços evidencia em Fortaleza a existência de uma periferia, cinturão urbano onde se localizam os bairros para moradia dos setores mais pobres da cidade” (idem).

No início do século XX vislumbrou-se a implantação dos bondes elétricos, automóveis e ônibus, o que exigiu dos poderes públicos a ampliação, reforma e abertura de novas vias, facilitando a expansão da malha urbana, diante da possibilidade de tráfego em locais mais distantes da área central. Todavia, o sistema de transporte, ainda incipiente e precário, não alcançava as áreas mais distantes, onde os moradores eram obrigados a caminhar por longos percursos ou improvisar uma outra forma de locomoção até o Centro.

Já em 1929, a crise do capitalismo alterou a divisão internacional do trabalho, promovendo uma reorganização do espaço brasileiro. O país passa de exportador de matéria-prima a pólo industrial. No Ceará, a industrialização principiava e se concentrava na capital, mesmo sem alcançar grande vulto. A concentração de indústrias em Fortaleza, juntamente com a problemática agrária no campo cearense, agravada com a crise na produção algodoeira, colaboraram para a ampliação dos fluxos de migrantes do interior para a capital, principalmente após a seca de 1932 (COSTA, 1988, p. 78).

Levas de famílias provindas do interior do Estado chegavam a Fortaleza. O processo migratório acentuado estava intimamente vinculado à problemática do campo, à concentração de terras, constante na História cearense. Sem terra para plantar, sem apoio na produção familiar de subsistência, enfrentando intensos períodos de estiagem e vislumbrando na cidade uma vida melhor, muitos sertanejos deixaram seus locais de origem e dirigiram-se para a capital. Ao chegarem, seguiam para as periferias distantes, ou, quando muito, passavam a residir precariamente nas proximidades dos locais de trabalho, em favelas ou loteamentos clandestinos, enfrentando dificuldades de locomoção, precarização de serviços, falta d’água. Foram estes migrantes os principais mentores e participantes dos Movimentos Sociais Urbanos. A história desses Movimentos é, em muitos casos, a história de vida desses migrantes em busca de sobrevivência na cidade (COSTA, op cit, p. 12).

Desse modo, as áreas periféricas caracterizaram-se desde sua origem como espaços nos quais as normas urbanísticas eram mais fluídas, seja em função das parcas condições financeiras das famílias, insuficientes para atender o que estabelecia a legislação urbana, seja pela forma desordenada como se dava a ocupação dessas áreas.

O acréscimo populacional, a partir da década de 1940, conforme destaca Souza (1978, p. 65), atesta o crescimento desordenado da cidade, tendo esta aumentado sua população, entre 1950 e 1960, em 90% e, entre 1960/70, em 66%. O aumento da população não se fez acompanhar da oferta de empregos e condições infra-estruturais condizentes, gerando uma defasagem crescente entre as demandas e o atendimento por parte da municipalidade, sobretudo em termos de moradia. Esses fatores favoreceram o surgimento de favelas por toda a área da cidade, bem como as primeiras iniciativas de mobilização popular nos bairros anteriormente citados – Pirambu e Dias Macedo.

Estabeleceu-se assim um processo de segregação sócio-espacial, no qual a distribuição populacional no espaço urbano se constituiu em função dos níveis de renda ou de classe social. Na periferia, marcada pela carência de serviços e infra-estrutura e, conseqüentemente, por terrenos de valores imobiliários mais baixos, localizam-se os bairros onde passaram a habitar os segmentos mais pobres da população, tornando-se palco e processo de formas de organização coletiva dos moradores. Enquanto as áreas próximas ao Centro e, posteriormente, à zona litorânea apresentaram, paulatinamente, uma valorização crescente de seus lotes, concentrando a burguesia local, pois passaram a oferecer melhores serviços e infra-estrutura, mesmo que se observasse a existência de algumas favelas.

Esquadrinhada por loteamentos, Fortaleza foi desordenadamente ocupada. Contribuiu, para tanto, a atuação de especuladores imobiliários que incorporaram novas áreas, apropriando-se, inclusive, de terrenos situados na periferia urbana, loteando antigos sítios existentes, os quais dedicavam-se especialmente à atividades rurais. Iam assim se constituindo vazios urbanos nas faixas de terra contidas entre os loteamentos e áreas realmente ocupadas, à espera de valorização (COSTA, op. cit, p.84).

Esse processo de loteamento do solo urbano sofreu alterações, nos anos 1960, em virtude da nova conjuntura política do país, com a decretação do Golpe Militar, em 1964, que redirecionou a política de desenvolvimento urbano. Criou-se o Sistema Financeiro de Habitação – SFH – e nele o BNH – Banco Nacional de Habitação –, numa política habitacional que objetivava minimizar os focos de tensão gerados pelo agravamento das condições de vida da população urbana, dado o acelerado processo de crescimento populacional nas principais cidades brasileiras. Contudo, a habitação popular foi subjugada pelos interesses de uma classe média alta, “ficando claro que sua prioridade não eram os ‘sem teto’ ou quem vivia em casas precárias, mas aquela população cuja inserção econômica

permitia a relação investimento-retorno das prestações financeiras (BRAGA, in BRAGA e BARREIRA org, 1995, p.79).

A expansão urbana da cidade foi reforçada, na verdade, com a ampliação do número de favelas e com a construção de conjuntos habitacionais nas áreas mais longínquas do centro urbano. De acordo com Costa (op cit, p.19),

As famílias de baixa renda são obrigadas a residirem em locais insalubres e sem condições de infra-estrutura, mesmo em áreas onde o preço da terra é mais elevado. Ocupam "vazios urbanos", em terrenos públicos e privados mais próximos do seu local de trabalho, áreas que aos poucos se transformam em favelas. Instalam-se também em lotes nas periferias distantes, onde, nos fins de semana, com a ajuda de familiares e amigos constroem suas próprias habitações. Ou ainda, quando estão inseridos no mercado formal de trabalho adquirem suas moradias em conjuntos habitacionais distantes, inclusive em outros municípios da RMF, financiados pelo Sistema Financeiro de Habitação (idem).

São as favelas, os loteamentos clandestinos, a compra de lotes em áreas distantes e a formação dos conjuntos habitacionais que vão configurar a produção do ambiente urbano periférico. Periferia que comumente é relacionada aos espaços distantes do centro urbano das cidades. Essa compreensão tem origens históricas remotas, na formação dos subúrbios. Segundo Fernandes (1996, p. 11), subúrbios eram as áreas que correspondiam aos espaços situados nas franjas da cidade, no extra-muros, existindo como fenômeno desde a cidade antiga, quando seu caráter de contigüidade à cidade atestava sua importância. Caracterizavam-se como áreas burlescas distantes da cidade, dedicadas à fruição da natureza, ao prazer das classes abastadas. A cidade moderna, industrial, marca um processo no qual a expansão urbana se faz acompanhar da periferia, tendo em vista a ampliação da malha urbana e da demanda de novos espaços.

Contudo, compreender o processo de periferização implica ir além da aceitação tácita da periferia como espaço distante do centro urbano. No Brasil, tem sido caracterizada como lugar da pobreza, processo que, segundo o perspicaz estudo de Fernandes (1996) sobre o subúrbio no Rio de Janeiro, não implica uma aceitação acrítica de modelos que discutem sem questionamentos conceitos sobre o subúrbio, muitas vezes reiterando aspectos ideológicos. De acordo com o autor, os subúrbios apresentavam uma polissemia. Eram as periferias distantes da cidade, marcadas por abrigarem as classes abastadas, a indústria iniciante e os operários. A ocupação do subúrbio pelo proletariado deu-se por sua expulsão do centro da cidade, como se pôde perceber na realidade de Fortaleza (FERNANDES, op. cit, p11)

Periferia significa mais que espaços distantes do Centro. Além dos aspectos relativos à carência de serviços e infra-estrutura condizentes, implica relação. Nesse sentido, a periferia não pode ser compreendida em função apenas da localização geográfica, sendo marcada, no contexto brasileiro, por uma conotação depreciativa, como espaços da pobreza e da marginalidade. Contudo, diz respeito a relações contraditórias que definem a coexistência conflituosa de centros e periferias num mesmo espaço. Não é a homogeneidade que demarca o espaço urbano, mas os níveis díspares de renda e de acesso aos serviços, a distribuição desigual do solo urbano. Assim, a periferia está presente em toda a cidade e não apenas na zona oeste.

Mesmo sendo predominantemente marcado pela carência de serviços e pela pobreza, observam-se contradições no interior do ambiente periférico, confirmadas pela presença de padrões distintos de renda e de formas de edificações. Num outro estudo sobre o ambiente periférico, Ferrara (1999, p. 26) já distinguia na periferia paulistana esse processo, ao qual refere-se enquanto “periferias da periferia”, ou seja, descompassos, fragmentações e contradições marcam o interior dos espaços periféricos e não a homogeneidade da pobreza, mesmo sendo esta dominante.

Em Fortaleza, a zona leste foi se configurando pela instalação de melhores glebas, com edificações luxuosas, onde habitam, em sua maioria, as famílias mais abastadas. A zona litorânea, antes desprezada como área residencial, valorizou-se paulatinamente e configura-se como “área nobre” da cidade. Bairros como Aldeota (antigo Outeiro), Meireles, Praia de Iracema e Papicu passam a concentrar melhor infra-estrutura e mais variados serviços urbanos, tais como bancos, hospitais, clínicas, shoppings, saneamento básico etc., consolidando-se como subcentros de comércio e serviços. Isso não significa assegurar que nessas áreas inexista a periferia, pois se observam incrustadas entre edifícios ou dissimuladas por muros algumas favelas ou espaços onde se manifestam estilos de vida e nível de renda que destoam do conjunto.

Nos anos 70 do século passado, inicia-se um acentuado processo de verticalização da zona leste, passando a dividir o espaço sofisticados edifícios de apartamentos e hotéis e algumas favelas surgidas pouco a pouco, dando visibilidade às profundas diferenciações sócio-espaciais de uma metrópole como Fortaleza, reforçadas pela ação institucionalizada do Estado, cujos investimentos no espaço da cidade privilegia as áreas melhor assistidas,

enquanto nos espaços periféricos sua ação é mais circunstancial, pois, como afirma Fernandes,

Em termos espaciais, a ação institucional ao longo dos anos tem contribuído pra (sic) o acirramento das desigualdades nesse espaço. São as demandas do processo econômico-político que historicamente fundamentaram a ordenação física da cidade, imprimindo, portanto, a marca da desigualdade que nas formações capitalistas dependentes expressam de forma mais intensa os desníveis de renda entre as classes (FERNANDES, in BRAGA e BARREIRA, 1991, p. 55)

Na realidade, são dois lados de uma urbanização que se desenvolve de forma antagônica, dialética, constituindo uma totalidade. Não são duas cidades, mas uma única, cujos espaços são socialmente segregados. Essa heterogeneidade dos espaços faz-se notar mesmo no interior dos bairros, nos desníveis de renda e características das construções, conforme discussão anterior. Discorrer sobre esse processo tendo-se em vista exclusivamente a dicotomia área leste (rica) e oeste (pobre) mostra-se insuficiente diante da complexidade sócio-espacial urbana, conferindo ao espaço um caráter revelador e revelado das relações sociais.

A expansão de Fortaleza ocorre a partir de sua periferização/favelização e se evidencia na década de 1970. Áreas longínquas, localizadas principalmente na zona oeste, vão sendo incorporadas à malha urbana da cidade, mesmo sem oferecer mínimas condições de moradia. Consolida-se pela transferência paulatina da população pobre para os espaços inóspitos, insalubres, seja por meio da constituição de conjuntos habitacionais, como o Prefeito José Walter ou o Conjunto Ceará, seja por loteamentos afastados, ou ainda na formação de inúmeras favelas em toda sua área. Essas áreas são caracterizadas pela carência de equipamentos urbanos, tais como hospitais, escolas, transporte coletivo e mesmo de uma infra-estrutura básica, como sistema de abastecimento d'água. O migrante recém-chegado assusta-se com a tão sonhada cidade. Sobre isso o depoimento de Iolanda Bizerra, líder comunitária do Bairro Dias Macedo, é revelador:

Quando voltei, no fim do ano de 1976, minha família decidiu ir para Fortaleza, todos nós. A gente viajou e chegamos de noite. De manhã, quando a gente acordou, a minha irmã Cláudia, a caçula, disse assim, olhando para o bairro Dias Macedo: “isso aqui é que é Fortaleza?”. A casa que a mãe havia comprado, juntando todo o dinheiro, era pequena e o bairro, em 1976, era uma porcaria. A Cláudia achava que Fortaleza havia de ser a Fortaleza que ela tinha imaginado, bonita [...] (apud CABANES, 2002, p. 215).

A política urbana definida pelo Estado com a criação do BNH e do SFH, juntamente com as Companhias de Habitação Popular (Cohabs), conforme discussão anterior, privilegiou setores da classe média, reservando às classes populares a alternativa dos

conjuntos habitacionais, situados em áreas remotas, favelas ou loteamentos, alguns clandestinos, muitos dos quais, no desenrolar das histórias de luta de seus moradores, tornaram-se bairros, a exemplo dos acima citados.

Em termos de diretrizes para a problemática habitacional no âmbito do município, observa-se, já na década de 1960, as primeiras iniciativas, com a implantação do Conjunto Ajuda Mútua, no Pirambu, de caráter popular. No entanto, a partir de 1978, assume amplitude metropolitana, alcançando os municípios de Caucaia, Maracanaú e Pacatuba, acompanhando, principalmente, a instalação da área industrial. Apenas em Maracanaú, município onde se situa o Distrito Industrial, foram construídos nove conjuntos habitacionais (SOUZA, 1978, p. 86).

O primeiro conjunto habitacional de grande porte da cidade de Fortaleza surgiu no ano de 1970, sob administração do então prefeito José Walter Barbosa Cavalcante, que lhe dá nome. Distante 14km do centro da cidade, o Conjunto Prefeito José Walter situa-se na zona sul, contribuindo para a expansão da cidade nessa direção. Sua implementação ocorreu sem apresentar condições satisfatórias de moradia, transporte, abastecimento de água e energia elétrica, e mesmo com materiais de construção de qualidade duvidosa. Inseriu-se numa política urbana em busca de enfrentamento do déficit habitacional alarmante na cidade, ou seja, 33 mil habitações populares, segundo Hélio Rodrigues. O estudioso também destaca:

Convém mencionar que na grande maioria das vezes os programas habitacionais implementados desde seu início, ou seja, já em fins dos anos 60 em Fortaleza, distanciavam bastante do seu centro histórico. Em sua maioria estavam todos situados fora ou nas proximidades do perímetro urbano definido pelo Plano Diretor da cidade. Pois como afirma o então prefeito daquele período – José Walter Barbosa Cavalcante, ‘os terrenos eram mais baratos (RODRIGUES, 2000, p. 76).

Segundo Souza (op cit, p. 86), entre 1957 e 1976 foram construídos, na Região Metropolitana de Fortaleza, 29 conjuntos habitacionais, destacando-se como os maiores o Conjunto Prefeito José Walter (4.742 habitações), a Cidade 2000 (1.936) e o Marechal Rondon (1.280). Logo, a expansão da cidade acompanha-se de uma política habitacional excludente e segregacionista. São os moradores dos lugares distantes os sujeitos da formação dos bairros, seja nas lutas cotidianas em torno da água, do transporte, da energia elétrica, seja na promoção de atividades lúdicas, a exemplo do Bairro Prefeito José Walter, conjunto transformado em bairro. As peculiaridades fazem-se notar numa análise pormenorizada, tal qual será encampada sobre o bairro Dias Macedo, objeto deste estudo.

Os anos 1970, quando Fortaleza agregava 48% da população urbana do Estado, por força das migrações, representaram um momento de expansão de novas áreas. Segundo Souza (op cit, 85),

Também salientam-se como de expansão recente, áreas de localização dispersa e afastada da convivência urbana, como os bairros novos de Quintino Cunha, Henrique Jorge, Granja Portugal, Parque Bom Jardim, Parque São José, Itaperi, Dias Macedo, e nos loteamentos dos distritos de Antônio Bezerra, Mondubim e Messejana. Estas áreas precariamente servidas pelos serviços urbanos, de saneamento básico, transporte, etc., entram em processo de relativa marginalização. Os índices de densidades são inferiores a 50hab/ha, dificultando o atendimento da população pelos serviços básicos (grifos da autora desta pesquisa).

Esse processo de expansão da cidade gerou profundas disparidades no acesso aos bens de consumo coletivos, sob a tutela do Estado. Nos jornais do período, observava-se uma constância de assuntos relativos à política de promoção social, especialmente no tocante às doações realizadas pela então primeira dama do Estado, Luíza Távora. As favelas, a pobreza e o êxodo rural eram então discutidos e tratados como problemas normais e naturais de uma cidade em expansão, jamais como aspectos de um processo de urbanização desigual e segregador, contra o qual começaram a surgir críticas advindas dos moradores das áreas periféricas da cidade.

Barreira (1992, p. 37) desenvolve interessante abordagem dos aspectos relativos à política desenvolvida no Ceará, pautada no assistencialismo e paternalismo das ações. A política era então compreendida como espaço privado, onde eram preservados os interesses de grupos econômicos ligados ao capital comercial e imobiliário, conforme discussão anteriormente tratada. A pobreza era concebida como algo natural, digna de complacência, e o cidadão, longe da clássica abordagem aristotélica⁷, era compreendido como mero beneficiário, aquele a quem se deveria ajudar, cuidar. Nesse contexto, o Estado oscilava entre garantidor das condições de reprodução do capital e defensor dos interesses de classe, adotando práticas clientelistas.

Em Fortaleza, predominava, em termos econômicos, o capital comercial e não o industrial, dado seu insipiente processo de industrialização, favorecendo menos a mobilização nos locais de trabalho, destacando-se os espaços de moradia, em função de demandas surgidas de uma urbanização acelerada e conflituosa.

⁷ Para Aristóteles (2002, p.79), o cidadão é “o que possui participação legal na autoridade deliberativa e na autoridade judiciária”.

Sobre isso Barreira reflete:

Os movimentos urbanos são expressão de uma metrópole em fase de expansão, consubstanciando transformações na esfera do poder político, a partir da visibilidade da moradia e pobreza urbana como questões sociais. Os moradores da periferia urbana são, assim, uma categoria símbolo do fenômeno das diferenciações que, pondo em questão a modernidade expansiva da cidade, apresenta o reverso das vitrines (op. cit., p. 13).

As ações coletivas promovidas por moradores assumiram nuances e facetas variadas nos diversificados contextos. Observaram-se, a partir de meados dos anos 1970, configurações inovadoras, diferenciadas das iniciativas pioneiras. Os movimentos passaram a se caracterizar por ações promovidas no contexto do cotidiano dos bairros nos quais os próprios moradores buscavam alternativas às condições adversas em que viviam. Foram os problemas que os afligiam no dia-a-dia do bairro que os encaminharam à organização coletiva em busca de soluções, direcionando as ações e as reivindicações ao Estado.

Nesse desenrolar de lutas cotidianas nos locais de moradia, atores ligados à Igreja Católica, militantes de partidos de esquerda, sindicalistas, estudantes, constituíram os elementos fundamentais de reflexão da realidade de vida na cidade. Não se pode utilizar a assertiva segundo a qual o regime ditatorial imposto foi imprescindível para a emergência de movimentos sociais, mas estes ganharam novos significados no momento em que o espaço de moradia passou a ser o único em que se podia discutir a questão política sob outro enfoque, contando com a experiência, as idéias e as ideologias de grupos então silenciados. A própria concepção de direito sofrera alterações. A idéia de ter direito além do direito, vigorando princípios cristãos de igualdade, dignidade e justiça, assumia contornos inéditos.

O espaço da cidade passou a ser alvo de questionamentos e críticas e gerou uma identificação entre moradores que, mesmo com perfis e histórias de vida diferenciados, viviam os mesmos problemas nos bairros da periferia da cidade. Barreira (op. cit., p. 48) observava esse processo: “A identidade de classe passa mais pelo morador como usuário dos serviços coletivos urbanos, do que como trabalhador”. As experiências cotidianas acabavam por apresentar uma crítica às formas tradicionais de poder, desnaturalizando-as. Se antes os pobres adentravam na cena política como dignos de compaixão e piedade, agora se percebiam como pessoas merecedoras, dignas de respeito e portadores de direitos além da legalidade.

Nesse contexto, os movimentos adquiriram novas configurações, saindo do isolamento inicial, enfocando questões que transcendiam o interior do bairro e estabelecendo,

então, articulações, unificando demandas. O Movimento Social Urbano ganhou as ruas da cidade e, com elas, visibilidade pública. Um momento revelador desse processo refere-se ao dia 7 de setembro de 1977, quando ocorreu na cidade um encontro denominado *Interbairros*, que, segundo depoimento de Mônica Martins, presidente da Federação das Entidades de Bairros e Favelas de Fortaleza – FBFF (apud ROCHA, 1996, p. 17) –, teve um caráter de unificação das lutas em torno da questão da moradia, cuja abordagem por parte do poder público dava-se de “forma isolada e sem expressão na sociedade”.

O Interbairros veio a ser o embrião da FBFF, criada em novembro de 1981. Esta surgiu, pois, de seu primeiro congresso, no qual reuniram-se 29 entidades. Segundo documento da própria Federação, elaborado por Mônica Dias Martins, então presidente da entidade,

O processo de criação de uma entidade geral que reunificasse o movimento começa a ser discutido nos encontros regionais de experiência comunitária de saúde (EREMES) e após inúmeras tentativas onze bairros assumem a tarefa de realizar um congresso de entidades de moradores que tinha como objetivos: encaminhar as diversas propostas de maneira democrática, elaborar e escolher uma comissão provisória que coordenasse o movimento em Fortaleza (documento da FBFF).

O percurso trilhado pelos movimentos sociais na cidade de Fortaleza ostenta como marco importante a luta dos moradores da Favela da José Bastos⁸, em 1978, ocasião que demarcou a visibilidade da mobilização dos moradores da periferia da cidade. Esse movimento tornou-se uma referência na discussão política relativa ao urbano e aos problemas atinentes a uma cidade em expansão. Os ocupantes, mesmo não permanecendo no terreno pelo qual lutaram, originaram o movimento que representou um avanço para os movimentos sociais da cidade, no sentido de abrir precedente para futuras ações.

A luta da Favela da José Bastos tornou-se relevante inclusive em termos da elaboração de uma política voltada para a questão habitacional, a partir da criação do PROAFA – Programa de Assistência às Favelas –. Esse órgão foi responsável pela mediação entre o poder público e os moradores durante os momentos de litígios e disputas, por meio da

⁸ A favela surgiu de um rápido processo de ocupação de uma área localizada nas proximidades do Centro de Fortaleza, ao lado da Avenida José Bastos, desencadeando uma ampla, conflituosa e relevante resistência às tentativas de reapropriação da área ocupada, assumindo uma posição de embate com o Estado. O protesto daí advindo contou com o apoio da Igreja Católica - representada pelo cardeal de Fortaleza, D. Aloísio Lorscheider – e de setores da sociedade civil, tais como o Instituto dos Arquitetos do Brasil, Ordem dos Advogados do Brasil, Igreja Católica, políticos, estudantes, representantes de várias entidades comunitárias e do próprio Movimento Interbairros, que apoiaram a luta dos moradores da favela, impulsionado em um contexto de intensa politização do urbano, da problemática habitacional da cidade, adquirindo visibilidade e destaque na imprensa.

atuação de assistentes sociais provenientes da Fundação do Serviço Social de Fortaleza – SSF –, cuja função era persuadir a população favelada sobre os benefícios a serem adquiridos com o programa, gerando enormes conflitos entre os moradores.

Paralelamente, as mobilizações aconteciam na periferia, onde as carências por equipamentos de consumo coletivo se faziam notar com evidência. Barreira (1992, p.33) destaca a constituição dos bairros enquanto momentos reveladores do processo de mobilização e organização dos movimentos. Local e nacionalmente explodiam manifestações de categorias trabalhistas, sobretudo dos metalúrgicos em São Paulo, que viriam a compor o Partido dos Trabalhadores. No contexto da cidade, despontavam movimentos pela anistia, contra o aumento do custo de vida, por saúde comunitária, encampados por moradores organizados em associações, “instrumento de luta do povo”, conforme destaca a presidente da FBFF em documento anteriormente mencionado. Explodiam abaixo-assinados, passeatas, manifestações em praça pública, adquirindo ampla divulgação na imprensa local. A visibilidade pública demarcava uma diferenciação da natureza dos movimentos, distinguindo-os dos momentos iniciais, quando se restringiam à área dos próprios bairros.

Observavam-se, por outro lado, divergências na condução das lutas. Não havia consenso, mas uma prática de discussão, debate, em que tendências políticas distintas confrontavam-se diante das formas de condução da luta comunitária, do autodenominado Movimento Popular ou Movimento de Bairro. Nesse sentido, a congregação de entidades comunitárias numa Federação, cuja postura política apresentava ligações com o Partido Comunista do Brasil – PC do B –, ainda hoje força predominante na entidade, reforçava encaminhamentos pautados na negociação, no debate, na institucionalidade. Essa postura na condução das lutas difere quando se pensa na origem da União das Comunidades da Grande Fortaleza - UCGF-, em 1978, cuja atuação privilegiava o enfrentamento e a busca de autonomia das bases. Segundo Barreira (idem, p. 120), “a luta por hegemonia ao lado da segmentação das forças sociais são processos que caminham juntos e passam a expressar distintas formas de conceber e atuar junto aos movimentos”.

Não se deve perder de vista que a emergência dos movimentos ocorreu num contexto de expansão urbana da cidade, acompanhada de um extenso processo de favelização, conforme discussão precedente. De acordo com Silva (1992, p. 94), “a urbanização em Fortaleza não consegue acompanhar o ritmo do crescimento demográfico, o que vai aguçar o surgimento de movimentos sociais especialmente nos espaços suburbanos”. Afastando-se de

uma visão mecanicista da relação contradições e desigualdades sociais e surgimentos de ações organizadas e movimentos sociais, pode-se perceber que a emergência dos movimentos e seu desenrolar histórico aconteceram num momento de intensa transformação da cidade, local privilegiado nas escolhas de migrantes em busca de melhores condições de vida. Foi no espaço da cidade onde afloraram iniciativas de moradores em busca de viver a cidade, locomover-se, estabelecer-se, participar das decisões que interferiam em suas vidas.

As reivindicações, protestos, passeatas, ofícios, abaixo-assinados – as estratégias de luta – dirigiam-se ao Estado. Os anos 1980 viram surgir uma variedade de mobilizações e, especialmente, uma busca das lideranças por qualificar sua atuação, compreender a legislação que vigorava na cidade, bem como o papel do Estado na produção do espaço urbano. Nesse sentido, o Ciclo de Debates promovido pela FBFF junto ao Instituto dos Arquitetos do Brasil, Associação dos Geógrafos do Brasil – sessão Ceará, OAB - Ce e Universidade Federal do Ceará, em 1985, foi revelador dessa busca de qualificação política das lideranças, à procura de um discurso competente, respaldado no conhecimento da realidade, de forma a agilizar a atuação, o encaminhamento das demandas.

Os anos posteriores a 1986 correspondem a uma conjuntura política diferenciada. Em Fortaleza, uma reviravolta política ocorreu com a vitória surpreendente da candidata do Partido dos Trabalhadores nas eleições municipais de 1985. Maria Luiza Fontenele assumiu a prefeitura num momento de intensa mobilização política, tendo mesmo participado como militante de muitos movimentos ocorridos em Fortaleza. Com uma proposta de administração popular, intensificou o debate com os Movimentos Sociais, com a formação de canais de participação, e se deparou com uma realidade complexa, seja do ponto de vista de implementar a participação popular, seja em agir num contexto em que os governos municipais estavam sensivelmente marcados por uma política centralizadora, dependente de recursos de âmbito federal, o que veio a comprometer a gestão petista. Ademais, o intento de implementar a participação movimentalista, “administrar com o povo” mostrava suas dificuldades. Divergências acentuavam-se e se confundiam entre “ser movimento e ser governo”. Como administrar conflitos de uma cidade extremamente desigual como Fortaleza, apoiando ocupações de terrenos, com poucos recursos e diante de uma pesada crítica dos grupos da situação, eram questões complexas. Braga reflete sobre esse momento:

A eleição da prefeita Maria Luíza Fontenele pelo PT também teve repercussões no movimento de bairros. A disputa entre a FBFF e UCGF se aprofundou. Havia de um lado, a interferência da prefeita de Fortaleza nas associações vinculadas à UCGF e, de outro, a atitude crítica e de enfrentamento direto da FBFF, que chegava até a manifestar intolerância política. A incapacidade demonstrada pela prefeita, em criar canais de participação com o conjunto do movimento de moradores foi objeto de crítica, inclusive, de parte de pessoas ligadas ao PT (1995, p. 150).

Concomitantemente, mudanças relevantes fizeram-se notar no quadro político e econômico a partir da eleição do empresário Tasso Jereissati para governador do Ceará, em 1986. Sua ascensão ao poder configurou-se por meio de um projeto de modernização do Estado, para o qual contribuíram tanto a produção de uma nova imagem do Ceará e especialmente de Fortaleza, como uma proposta de renovação na forma de governar. Saído do Centro Industrial Cearense (CIC), Tasso apresentava-se como alternativa aos “coronéis” que dominavam a cena política do Ceará há mais de vinte anos. Essa recusa à tradicional política clientelista e paternalista levada a cabo por governos que estiveram à frente do Estado no período ditatorial, pautava-se num discurso modernizante fundamentado na racionalização da máquina administrativa e dos recursos públicos.

Além disso, o Ceará passou a ser projetado em toda a mídia nacional como exemplo de administração eficiente e destino turístico paradisíaco, distanciando-se da imagem de “flagelo da seca”. A política econômica passou a priorizar o turismo como vetor de crescimento. O Estado, em especial a capital, sofreu profundas transformações em sua infraestrutura, de forma a se implementar um modelo de desenvolvimento que não rompeu com os níveis de miséria e de desigualdade imperantes mesmo no “tempo dos coronéis”. Fortaleza atingiu em 1995, após dez anos do autodenominado “Governo das Mudanças”, um processo de favelização crescente, que chega a representar 36% de sua população, ou seja, 720 mil favelados (BARREIRA, in ARRUDA e PARENTE, 2002, p. 79).

Ressalte-se uma postura diferenciada em relação à participação da sociedade civil, incluindo-se os Movimentos Sociais, que foram convidados a parcerias em programas e projetos do governo. O governo “mudancista” apresentava um discurso de participação democrática e combate à miséria, estabelecendo canais de participação com os vários setores e segmentos sociais, inclusive o Movimento Social Urbano e os intelectuais. De acordo com

os preceitos modernos, o governo deveria gerir o Estado em parceria com a sociedade. Segundo Barreira (idem, p. 79-80), a relação entre Estado e Movimentos Sociais Urbanos trouxe novas formas de conflito, diante da defasagem entre demandas crescentes e atendimento insuficiente. Sobre isso diz a autora:

o reconhecimento de espaços associativos organizados em entidades criou uma comunicação anteriormente inexistente entre governo e movimentos sociais. Essa dinâmica de relacionamento reconhece a legitimidade de processos associativos, mas restringe as demandas aos princípios de aplicação contidos nos programas (idem).

Nessa nova conjuntura, os movimentos sociais passaram a enfrentar dificuldades de mobilização e refluxo. Evidenciou-se o que Doimo (op. cit, p. 201) denomina “erosão de um campo ético-político”, cujos suportes sofreram mudanças substanciais. A Igreja Católica recuou em sua ala progressista, deixando à mostra a expansão de uma nova concepção do ser Igreja, a Renovação Carismática, centralizada em ações internas a grupos litúrgicos e de oração e grandes encontros com veiculação maciça na mídia. Paralelamente, as CEBs fragilizaram-se com conflitos internos. Os partidos consolidaram-se, os espaços de disputa passaram a ser institucionalizados e o Estado colocou-se enquanto “parceiro”, contribuindo, por outro lado, para a constituição de entidades comunitárias, como associações de bairro, com o intuito de gerenciar políticas e programas sociais. A intelectualidade tomou como temas de pesquisa a transição democrática, os partidos políticos, o Estado. Setores de esquerda adentraram à cena pública, compondo quadro de assessores políticos e mesmo assumindo cargos eletivos. Mesmo as ONGs modificaram-se diante do novo contexto e reelaboram estratégias, temas, reivindicando e atuando na definição de políticas públicas, cogestão de projetos, novas fontes de recursos, fatores que foram considerados, por muitos estudiosos, significantes de uma crise dos movimentos sociais.

Essa crise não se refere meramente a um contexto, mas a um conjunto de processos que redefiniram o que até então se compreendia e efetivava enquanto movimento social. Nesse sentido, a postura inicialmente defendida de se manter uma autonomia política dos movimentos ante o Estado, sofreu mudanças. Na relação Estado-movimentos sociais, apresentou-se um aspecto relevante, ou seja, os movimentos assumiam, em algumas circunstâncias, uma aproximação com o Estado, mesmo que no discurso permanesse uma postura de crítica e busca de autonomia. Essa discussão reflete-se na própria identidade dos atores. Segundo Diógenes,

A identidade política constituída no seio dos Movimentos é relacional, mas é anteriormente processual, recortada por um imaginário que ora “rejeita” o Estado ora o “incorpora” na relação; ora se inscreve no campo institucional, ora se retira, entrecruzando-se entre o “fora” e o “dentro” do plano institucional (1989, p. 03).

Iniciaram-se, na verdade, novas formas de interlocução com o Estado. A participação dos setores populares passou a ser estimulada, compondo elemento do discurso oficial do Estado. As modificações se fizeram sentir num duplo aspecto, isto é, modificava-se a atuação do Estado e essa modificação era percebida diferentemente pelos movimentos, ao mesmo tempo em que promovia efeitos diversos sobre estes. É o que Diógenes (in BRAGA e BARREIRA, 1991. p. 128) chama de “uma via de mão dupla”. A idéia de cooptação de lideranças como resultado das políticas estatais mostrou-se débil na explicitação das formas de interlocução assumidas desde então. Isso não significa que não ocorriam, tampouco que não promoviam mudanças significativas na condução das lutas, demandas e reivindicações. Contudo, os movimentos encontraram formas de atuação novas e o Estado modificou, em muitas instâncias, suas políticas em função das reações esboçadas pelos movimentos.

A última década do Séc. XX assinalou experiências participativas relevantes no contexto dos Movimentos Sociais – constituição de conselhos, experiências de orçamento participativo, participação propositiva em bases negociadas. A Constituição de 1988 garantiu a possibilidade de iniciativas populares na elaboração de leis. Campanhas nacionais como o Combate à Fome, mobilizaram milhares de pessoas e trouxeram para o debate político a produção da miséria de milhares de cidadãos.

O que dizer dos Movimentos Sociais Urbanos? Evitando-se uma postura romântica ou ingênua percebe-se que muita coisa mudou. Muitos se envolveram nas discussões mais gerais da participação, inserindo-se em conselhos, debatendo em espaços múltiplos as definições relevantes para a questão urbana. Em Fortaleza, as mobilizações no contexto dos bairros arrefeceram-se. Muitas se fragmentaram em pequenos grupos, enfrentando dificuldades de articulação, com demandas específicas definidas pelo Estado, tendo de gerir programas, encontrar formas de captar recursos. Algumas lideranças viram-se divididas entre a militância e a necessidade de sobreviver em tempos de escassez de oportunidades de trabalho.

Gohn (2000, p. 247) refere-se aos movimentos sociais como processos dinâmicos que apresentam momentos de fluxo, mas também de refluxo. Isso define uma processualidade complexa e reveladora da realidade social e política, pois assumem sempre novas conotações,

diferentes estratégias, outros atores nas diversas conjunturas. Não revelam linearidade, nem atuam com respostas mecânicas a contextos de crise, seja política, social ou econômica, seja mesmo num espaço conflituoso e extremante desigual como o de uma cidade como Fortaleza.

Seguindo-se o itinerário deixado pelas diversas formas associativas, pelos Movimentos promovidos na cidade, os quais, como se viu, não se restringem à realidade de Fortaleza, mas apresentam conotações nacionais, percebe-se o quanto se modificam no decorrer das ações, momento em que se estabelecem processos de identificação, laços de solidariedade de quem vivencia um cotidiano comum. Não é à toa que os movimentos ocorrem onde existem carências, onde se expressam mais profundamente as contradições e os conflitos da realidade urbana. São os bairros periféricos, as favelas, as ocupações de terrenos, os palcos e processos dessas relações. Bairros como o Dias Macedo, cuja trajetória de luta dos moradores, pioneira em Fortaleza, será doravante discutida.

2. Movimento Social no Bairro Dias Macedo

2.1. De Mata Galinha a Dias Macedo: itinerários de vidas e lutas.

A retrospectiva histórica dos movimentos sociais no Dias Macedo remete ao processo de constituição do bairro, com o qual está intimamente relacionada. Esse processo conduz à intensa incorporação de novas áreas ao espaço da cidade, que se concretiza, inicialmente, seguindo os antigos caminhos de Arronches (atual Parangaba), Mecejana (Messejana), Soure (Caucaia), Jacarecanga, Mucuripe e Precabura. À medida que a cidade se expande, observa-se a formação de outros espaços dando origem a novos bairros, cada um com suas características. Na periferia, em especial, a ocupação efetiva-se de forma precária e espontânea, sendo marcada pela ausência de infra-estrutura básica, dando muitas vezes lugar a favelas, ali residindo predominantemente famílias oriundas de cidades do interior.

Constituem-se, assim, núcleos dispersos e de baixas densidades populacionais, muitos dos quais formados por sítios caracteristicamente rurais. Áreas antes distantes e isoladas são mesmo que “abraçadas” e reunidas à cidade, sem, no entanto, deixar de produzir enormes vazios urbanos e expressar uma visível segregação sócio-espacial. Ponte (2001, p. 94) já observava esse construir da cidade. Segundo ele, “o atual Hospital Psiquiátrico São Vicente de Paula está onde sempre esteve desde 1886 quando se chamava *Asilo de Alienados*, exatamente na entrada do distrito de Parangaba, ontem tão distante, hoje praticamente um bairro a mais de Fortaleza”.

A cidade cresceu, conforme se discutiu no capítulo anterior, partindo do centro histórico em direção à zona oeste, inicialmente, com a Jacarecanga. Esse processo vai, paulatinamente, adentrando para outras áreas, como a leste, e as áreas ao sul, dando origem aos bairros São João do Tauape e Alto da Balança, onde então se verifica um entrave gerado pelo complexo aeroportuário⁹, provocando uma ocupação descontínua, com conseqüências marcantes na constituição do bairro Dias Macedo. Observa-se na descontinuidade provocada

⁹ Formado pelo Aeroporto, o Aero Clube e a Base Aérea de Fortaleza

pelas áreas relacionadas à aviação na cidade o emergir de vários bairros, sobressaindo-se das barreiras então dispostas. Dentre eles o Bairro Dias Macedo.

Abordar e resgatar as origens do bairro Dias Macedo é também tratar do percurso de moradores que ali passaram a viver. É, como se viu, refletir sobre o lugar que, juntamente ao bairro Pirambu, inaugurou formas diversificadas de mobilização na cidade de Fortaleza. Logo, é falar de Fortaleza, como tem sido realizado desde o princípio deste estudo. Pois, de acordo com Carlos (1994, p. 39) “o estudo de um fenômeno específico reproduz, em diferentes escalas, as mesmas determinações da totalidade, sem com isso eliminar-se as particularidades históricas”.

Contudo, a Fortaleza da qual se trata refere-se à que praticamente se autoconstruiu na resistência de quem nem ao menos possuía água ou energia elétrica, uma cidade em construção. Não se quer afirmar com isso sua conclusão enquanto construto humano; a cidade se constrói e destrói constantemente, suas diversas paisagens e usos alteram-se, pois é movimento, frenesi, transformação, mas é discorrer sobre o fazer a cidade em sua dimensão política, ou seja, tratá-la a partir da luta pela direito à cidade conduzida por seus cidadãos.

O resgate das formas de mobilização e organização associativa do Dias Macedo remete, inicialmente, às origens do lugar, nos anos 1930. É período do surgimento de um pequeno vilarejo, situado no distrito de Parangaba, que veio a ser denominado Dias Macedo, periférico lugar situado a apenas 9 km do centro da cidade. Observando-se sua localização na carta de Fortaleza, apresentada na introdução deste estudo, vislumbra-se sua centralidade geográfica, mas não sua condição de bairro central. Como outros tantos bairros, não passava de esparsos sítios de propriedade das suas famílias mais antigas, dentre as quais Oliveira, Nogueira, Sidrião, Mota, Macedo, Chagas, além dos proprietários Antonio Ribeiro Gomes de Lima, José Santiago e “Terras de S. Francisco”, pertencentes à Igreja Católica. Muitos de seus descendentes ainda hoje habitam o lugar e contam, por meio de suas histórias, a história do velho Mata Galinha.

Pouco a pouco, alguns desses proprietários foram vendendo suas terras ou dividindo-as entre os parentes. Data de 7 de outubro de 1936¹⁰ o primeiro registro de compra e venda de imóvel na área, efetuado pela família Oliveira à Edith dos Santos Monteiro e

¹⁰ Transcrição das Transmissões 3-J, às fls. 174, sob o número de ordem 18.023 de 10 de outubro de 1936, arquivado no 1º Ofício de Registro de Imóveis de Fortaleza (VER ANEXO).

Maria Stella Ferreira Studart, respectivas esposas de José Monteiro Filho e Oswaldo Studart Filho, cujo loteamento foi designado Parque Olinda, que viria a ser o segundo nome do lugar.

Não existem documentos precisos sobre o processo de constituição do ambiente urbano periférico da cidade; são os relatos dos moradores mais antigos a fonte preciosa desse construir. Indagados sobre as origens do Dias Macedo, os moradores são unânimes em declarar que este não passava de uma extensa área composta de vários sítios, cuja exuberância refletia-se na presença de muitas e frondosas árvores e na fauna ali encontrada. Sobre isso, diz um morador nascido no bairro em 1935 e que, nos dias atuais, continua desenvolvendo a atividade de carroceiro:

Aqui era só mata, viu, só tinha mato, só aquelas varedinha no meio, aquele caminhozim. Era só mato mesmo: untora, guabiraba (...). As varedinha que a gente andava entre um mato e outro só via era preá, cobra, quivaçu, quitibu, era só o que a gente via. Sõim tinha muito aí nesse mangueiral. Tinha muita mangueira, muita mesmo (entrevista 02).

Seu relato enfoca a localidade antes mesmo do loteamento se efetivar, quando ainda era conhecido como Mata Galinha¹¹. A procedência do nome remete à venda de galinhas, atividade comum na área. Seguindo as trilhas da memória coletiva, as entrevistas com antigos moradores mencionam um vendedor de galinhas que, na tentativa de atravessar a pé o rio Cocó, às margens do bairro, com um carregamento das aves, teria sido arrastado pela correnteza, perdendo todo o carregamento. Revoltado com a perda, o vendedor teria dito, segundo os moradores: “Fica-te aí, mata galinha!”. No entanto, rebuscando documentos antigos descobriu-se um estudo sobre o bairro realizado em 1966 por uma estagiária da Escola de Serviço Social do Ceará. Complementando o relato dos moradores, a autora descreve:

Era comum, e quase que diário, o deslocamento de pessoas daquele recanto para os bairros mais próximos do centro da cidade, a fim de venderem galinha ou outras aves. Decorre que, àquela época a estrada de acesso ao Centro se desenvolvia às margens do leito do Rio Cocó. Desta maneira, quando aquele rio recebia um maior volume d'água, teriam os vendedores das aves que atravessá-lo a nado conduzindo-as como podiam. E como era freqüente morrerem as galinhas ao serem assim transportadas, surgiu então o nome “Mata Galinha” dado ao lugar. Posteriormente veio a chamar-se “Auto da Boa Vista” (sic) por motivo da regular elevação de seu terreno, proporcionando aos que ali moram um agradável panorama (OLIVEIRA, 1966, p. 02).

¹¹ A denominação Mata Galinha guarda um cunho ambiental notório e presente em toda a sua trajetória, qual seja, os alagamentos e enchentes. Localizado numa área abundante em recursos hídricos e, sobretudo, dada sua proximidade com um dos afluentes do rio Cocó, o bairro sofre com os períodos invernosos, quando as enchentes tornam-se freqüentes, desabrigando muitos moradores (Cf. capítulo 3, item 3.3)

Uma das famílias mais antigas e, sem dúvida, mais populares e importantes do bairro é a família Dantas, cujo patriarca, Pedro Dantas, dá hoje o nome à principal avenida do bairro. Ao contrário do que se escuta no Dias Macedo, esta família não era proprietária de terras, mas sim moradora de um grande sítio de propriedade da família Oliveira e que veio a ser doado para São Francisco de Assis, santo da Igreja Católica e padroeiro do lugar, sendo denominado “Terras de São Francisco”. Havia uma fazenda nesse terreno, chamada Fazenda Nova Esperança, que tinha como moradores os Dantas. Além da casa da fazenda, esta família edificou, para a realização das missas, uma pequena capela, ao lado de uma árvore da espécie Ceiba pentrada ou, simplesmente, Barriguda, carinhosamente denominada pelos moradores “árvore do amor”¹², dado o diâmetro de seu tronco, onde um buraco resguardava os enamorados de olhares curiosos. No entorno da fazenda surge o bairro Dias Macedo.

A popularidade da família Dantas advém do fato de ser a animadora cultural e religiosa da localidade. Quinca Dantas, um dos descendentes de Pedro Dantas, era um destacado poeta, músico e teatrólogo. Promovia Bumba-meu-boi, fandangos, pastoril e um teatro na capelinha, um dos primeiros de Fortaleza, sobretudo quando das comemorações em homenagem a São Francisco¹³. Nesse momento, músicos, poetas e teatrólogos famosos da cidade vinham realizar apresentações culturais, animando a festa e atraindo moradores de toda a circunvizinhança.

A Festa de São Francisco de Assis é a mais famosa do bairro e lembrada sempre com saudosismo pelos primeiros moradores, mesmo que ainda hoje aconteça no mês de outubro. Estes narram os festejos com entusiasmo, recordando a extensão da festa e que esta

¹²A “barriguda” foi derrubada em outubro de 2002, sob o olhar tristonho e surpreso dos moradores que cresceram junto a ela. Segundo técnico da Prefeitura Municipal de Fortaleza a velha árvore estava ameaçando ruir sobre as residências próximas.

¹³ De acordo com Cascudo (1979), Bumba-meu-boi, Fandangos e Pastoril são expressões da cultura popular brasileira e apresentam estreita ligação com as festas da Natividade. O Bumba-meu-Boi representa um auto de origens portuguesas, mas que no Brasil adquiriu feições bem peculiares. Um dos participantes veste-se de boi e inicia movimentos que visam espalhar o povo folião. Segundo Cascudo (idem, p.150), “o boi dança, com os vaqueiros, dois ou três, e é morto por motivos variados e até sem razão. Ressuscita, comum e tradicionalmente, por uma ajuda”. Já os Fandangos dizem respeito a um bailado dos marujos ou Marujada. É uma expressão cultural típica do ciclo natalino. Cascudo relata o festejo da seguinte forma: “os personagens vestindo fardas de oficiais da Marinha e marinheiros, cantando e dançando ao som de instrumentos de corda. No fandango ocorre, nalguns estados (Ceará, Bahia, Paraíba, onde o chamam ‘Barca’), a presença de mouros que atacavam a nau e são vencidos e batizados, episódios que constituem a chegada” (ibidem, p. 319). O Pastoril, muito apreciado no Dias Macedo, simboliza as comemorações e os preparativos para a noite de Natal. De acordo com o pesquisador, “representavam a visita dos pastores ao estábulo de Belém, ofertas, e ocorria a presença de elementos pra uma nota de comicidade (...). O pastoril nasceu dos dramas litúrgicos da Natividade, representados nas igrejas, nos quais se assistia ao nascimento de Jesus, ao aviso dos pastores, à adoração dos magos e à oferenda de incenso, mirra e ouro, e, por fim, à mensagem do anjo aos reis, para não irem ao palácio de Herodes.” (ibidem, p. 588)

congregava moradores vindos a pé ou a cavalo de outros bairros para participar do evento. Sua localização permanece a mesma, ou seja, às margens da atual Avenida Alberto Craveiro, que constituía, à época, uma veredinha, ficando o espaço livre para as barracas, quermesse e passeios. Além disso, a Festa de Reis¹⁴, o Pastoril e as Novenas eram celebrados e festejados com ampla participação dos moradores, de religiosidade arraigada. A religiosidade fervorosa presente no bairro é comum à cidade. Os hábitos culturais trazidos do sertão tornam-se presentes no cotidiano dos lugares e os qualificam, permanecendo na história local e na vida dos moradores, como será discutido posteriormente.

Muitos descendentes da família Dantas permanecem no bairro e preservam a herança cultural de Quincas Dantas. Um de seus sobrinhos conserva ainda hoje uma relíquia não apenas para a história do bairro, mas para a cidade de Fortaleza – um livro dos anos 1950, no qual Quinca registrava letras de canções, poemas e peças de teatro, na maioria de sua autoria ou co-autoria com poetas famosos como Otacílio Azevedo. A obra representa um registro importante das representações e relações sociais da época, expressas nas personagens urbanas com traços sertanejos, inspirando diversas apresentações culturais no bairro e comunidades vizinhas. Hoje, o Dias Macedo pode ser considerado como um importante celeiro cultural, cuja história mescla-se às primeiras manifestações culturais de Fortaleza.

Por volta dos anos 1950, o Mata Galinha, curioso nome e interessante lugar, caracterizava-se como uma área rural onde vieram habitar não apenas pessoas nascidas em Fortaleza, mas predominantemente famílias oriundas de municípios próximos. As residências existentes eram raras, construídas de taipa em chão batido, todas muitas limpas¹⁵. Muitas famílias cultivavam roçados nos quintais ou mesmo nas áreas hoje institucionalizadas do Exército e da Aeronáutica, bem como em áreas privadas cedidas por algum tempo para esse fim. Um dos principais produtos cultivados era a mandioca, cuja produção servia para as farinhadas realizadas nas casas de farinha existentes. Famílias inteiras participavam desses momentos. Além disso, plantava-se batata-doce, que era comercializada juntamente com as frutas abundantes na área.

¹⁴ A Festa de Reis originaram-se na Europa e se dedicavam aos três Reis Magos em sua visita ao “Deus Menino”. No Brasil, o dia de Reis, comemorado na noite do dia 5 de janeiro, madrugada do dia 6, marca o final do ciclo de Natal, quando se desfazem os presépios e se retiram os enfeites natalinos. A festa é comemorada com a passagem em algumas casas de grupos entoando canções, dançando ou recitando versos alusivos à data e solicitando alimentos ou dinheiro. Sobre a festa ver Cascudo (1979, p. 668).

¹⁵ Descrição veementemente relatada pela maioria dos moradores antigos durante as entrevistas concedidas, gentilmente, à autora.

Uma outra marca que atesta o caráter rural do lugar em seus primórdios está representada pelo criatório de animais, ainda existente em alguns locais do bairro. A abundância de área livre favorecia a atividade nos currais ou vacarias¹⁶, que por muitos anos abasteceram de leite o lugar. Vindas de áreas rurais, as famílias preservavam os seus hábitos. Percebe-se, em Fortaleza, na sua constituição histórica, como visto na discussão precedente, uma profunda imbricação com os costumes rurais. A cidade vislumbra o sertão, possui uma alma sertaneja, expressa nas tradições culturais, produtivas, religiosas e, mesmo politicamente, guarda traços de um coronelismo clientelista e paternalista que configura uma privatização do público (BARREIRA, 1992; DANTAS, 2002).

O lugarejo ficou por algum tempo com duas denominações, uma mais antiga, o Mata Galinha, e outra, Parque Olinda. A área do Mata Galinha, de acordo com a fala dos moradores, correspondia ao espaço mais próximo do afluente esquerdo do Rio Cocó, na estrada que ligava Fortaleza a Messejana, e o Parque Olinda alcançava todo o restante, mesmo que, independentemente dessa divisão, fosse conhecido, por longo tempo, como Mata Galinha. Apenas em 1959 foi oficialmente transformado em bairro, pela Lei n.º 1.418, de 30 de setembro deste ano, sob a administração do prefeito Manuel Cordeiro Neto, em homenagem ao falecimento do Deputado Federal Antonio Dias Macedo, cuja família possuía e possui muitas propriedades no lugar (VER ANEXO). A indicação do nome foi iniciativa do candidato a vereador e morador do bairro José de Arimatéia Palhano. No entanto, ainda se observa em escritura de terreno, datada de 1962, o nome Parque Olinda.

Após o loteamento, sobretudo nos anos 1940, algumas famílias foram adquirindo os terrenos disponibilizados à venda. Na sua maioria provinham do interior e pouco a pouco foram chegando à cidade, passando a buscar terrenos de baixo custo, haja vista serem famílias de trabalhadores rurais à procura de melhores condições de vida. Vislumbravam na sua vinda à capital a possibilidade de emprego e moradia definitiva. Esse é, por outro lado, o momento de deflagração da Segunda Grande Guerra, que vai favorecer a criação de bases militares, dentre as quais a Base Aérea de Fortaleza, localizada no entorno do bairro, a qual, por exigência de espaço, reduz significativamente o Loteamento Parque Olinda. Para sua construção, muitos migrantes foram utilizados como mão-de-obra, alguns dos quais

¹⁶ As “vacarias” situavam-se, sobretudo, na comunidade do Parque Sidrião e ainda se fazem presente nesta comunidade, o que lhe confere marcas profundamente relacionadas a uma zona rural. O leiteiro comercializa o leite em bules e os clientes acorrem em sua direção portando vasilhames, nos quais depositam o produto, como uma alternativa econômica ao leite industrializado.

permanecem até hoje no Dias Macedo. Dentre estes, algumas mulheres vieram do interior para trabalhar para os oficiais americanos como lavadeiras e cozinheiras.

Nas proximidades da obra, hoje Avenida Marechal Bittencourt, surgiram vários barracos onde passaram a habitar famílias inteiras em busca de trabalho, algumas dessas acabando por se estabelecer no bairro. Sobre isso, narra uma antiga moradora de 90 anos de idade:

Eu trabalhava lavando roupa pros americano, botando lata d'água na cabeça de lá da Dedé Brasil pras barraqueira fazer o comer dos americano, e venda pra vender pra dentro dos barraquim, dos botequim, pra comprar um lápi, um caderno pra Zuila, pra Orlandi e pro Agenor e o Jaime (seus filhos). Quando eu lavava roupa, que engomava, recebia aquele dinheiro e ajudava. Até ferro de carvão eu aluguei, que eu não tinha, alugava de dois reais e lavava e engomava pros americano (entrevista 10).

Além disso, o DNOCS¹⁷ – Departamento Nacional de Obras Contra as Secas – construiu um posto no bairro, no qual foram também empregados vários moradores chamados, à época, de “cassacos”, lidando com trabalhos de limpeza da área, ainda inexplorada. A saída do DNOCS deu lugar à atual 10ª Região Militar de Subsistência do Exército. Nessa área, hoje pertencente ao Exército Brasileiro, situa-se um açude, conhecido como Riachinho, onde nos anos 1970 as crianças do bairro costumavam tomar banho e pescar no período das férias escolares. Sobre o Riachinho apenas uma pequena ponte, construída com ripas de carnaúba, permitia o acesso dos moradores.

Àquela época, o transporte era uma grande dificuldade no bairro, como nos demais bairros periféricos de Fortaleza. O Bairro, praticamente isolado do restante da cidade, dispunha de poucas vias que não permitiam o tráfego de carros. A estrada mais antiga era a do velho Curtume, por onde os moradores iam a pé até o Alto da Balança, onde podiam ter acesso ao transporte coletivo. O passar do tempo trouxe uma caminhonete que os conduzia ao Centro. Essa realidade é comum à urbanização de Fortaleza, na qual o sistema viário, de tão precário, dificultava a locomoção dos moradores ao centro. Não existiam vias interligando todos os bairros e as linhas de ônibus eram limitadas. De acordo com Ribeiro (1995, p. 69), até o final da década de 1950 a pavimentação da cidade compreendia somente a área central, ligando-a ao Benfica, Jacarecanga e José Bonifácio.

¹⁷ O DNOCS surgiu no ano de 1909 como Inspetoria de Obras Contra as Secas (IOCS) o qual se tornou INFOCS – Inspetoria Feferal de Obras Contra as Secas, em 1919. Foi denominado DNOCS em 1945 pelo decreto-lei de 28 de dezembro de 1945 e transformado em autarquia federal em 1963. No Dias Macedo, o DNOCS atuou de 1962 a 1963, quando foi então transferido para o centro da cidade.

Os anos 1950 caracterizaram-se como um período de secas vividas no semi-árido cearense. Muitas famílias do interior próximo migraram para Fortaleza e o bairro Dias Macedo, dada sua proximidade à atual BR-116, propiciou a permanência de muitas delas em sua área¹⁸, como ocorre em outros lugares da cidade. É desse período, de acordo com discussão anterior, a constituição da Favela Papoquinho. Essa favela surgiu da ocupação de um terreno existente entre a área da Fazenda Uirapuru e os lotes estabelecidos para a venda, por famílias pobres vindas do interior. A causa do nome refere-se, segundo depoimento de uma antiga moradora do lugar, aos constantes desentendimentos entre os moradores, cujos conflitos eram então nomeados “papôcos”. Como na vizinha área do Alto da Balança havia também um lugar com esse nome, a favela passou a ser denominada Papoquinho. No presente, o Papoquinho corresponde a uma das áreas mais conhecidas do bairro, onde residem famílias que no passado produziam potes, além das rezadeiras famosas do lugar.

As áreas de favelas do bairro surgiram espontaneamente. Os terrenos vazios foram ocupados por famílias pobres que, não tendo outra alternativa e tendo em vista a disponibilidade de terrenos, construíram suas casas de taipa e estabeleceram-se por vários anos no local. Algumas já não mais existem, como as conhecidas favelas Cemitério dos Cachorros e Nova Esperança¹⁹.

Uma outra característica bastante presente nas falas dos moradores pioneiros do bairro é a dificuldade no acesso à água potável, fato, aliás, fundamental nas primeiras iniciativas de mobilização do bairro e da cidade, como será visto adiante. Apesar da existência de vários baixios, como chamam os moradores, bem como a presença de açude, lagoa e a proximidade com a bacia do rio Cocó, que conferiam ao bairro um aspecto de área alagada, com generosos recursos hídricos, os moradores só dispunham de algumas cacimbas²⁰ para a

¹⁸ Conforme o Plano de Diretrizes Urbanísticas do Dias Macedo. Fortaleza-Ce, 1999. Documento elaborado em parceria com técnicos da ONG Cearah Periferia e moradores do bairro. O Plano foi fruto de uma parceria da Associação de Moradores do Bairro Dias Macedo e a referida ONG, a qual desenvolveu este plano como parte integrante do Projeto Nosso Bairro, realizado pelo Cearah Periferia com apoio do Homeles International e Universidade Estadual do Ceará. A proposta do citado projeto consistiu em “organizar nas entidades comunitárias espaços físicos para elaboração e realização de projetos de desenvolvimento local, articulando os bairros em rede, via internet, para intercâmbio de experiências e reforço de propostas populares”. O Plano conta com informações acerca da história do bairro, bem como dados demográficos e urbanísticos.

¹⁹ Essas favelas se constituíram ao longo do muro que limitava a área institucional da Base Aérea. Com a construção da avenida Carlos Jereissati, que dá acesso ao Aeroporto Internacional Pinto Martins, já nos anos 90, os moradores foram retirados do lugar. Os moradores da favela Nova Esperança foram indenizados em processo a ser discutido no decorrer da redação.

²⁰ A construção de cacimbas e poços é um fato marcante na história da cidade, favorecida pelo lençol freático de pouca profundidade, em virtude de seu relevo plano (COSTA, op. cit, p 32). No Dias Macedo, as chamadas “cacimbinhas” eram muito comuns. Grupos de mulheres se organizavam para a lavagem de roupa nos locais

retirada de água potável, as quais secavam nos períodos de estiagem. Muitos caminhavam com latas na cabeça, pois residiam longe desses locais. Daí a presença de alguns carroceiros que faziam o cotidiano do bairro como moradores antigos e respeitados, dentre estes Seu Zezito e Seu Zaú. Passavam por todas as ruas vendendo latas d'água, que, segundo Seu Zezito, “era um brinco e gostosa”.

As características socioambientais do Bairro na década de 1960 retratam uma área cujos limites eram: ao Norte, a Rua Joaquim Barroso; distrito de Messejana ao Leste; a Estrada do Mata Galinha (atual Alberto Craveiro), ao Sul; e a cerca da Base Aérea, a Oeste. O terreno era, segundo Oliveira (op. cit., p. 1), “arenoso e fértil”, com vegetação rasteira e “frondosas árvores”. Seu relevo apresentava salientes depressões, “acarretando, na quadra invernososa, sérios problemas com a acumulação de água em diversos trechos de circulação obrigatória de seus moradores”.

Nesse período, a área do bairro correspondia a 7 km², onde residiam 5.000 habitantes. A forma de habitação predominante era a taipa ou “sopapo”, porém havia residências de alvenaria de propriedade das famílias tradicionais. O arruamento, mesmo nas zonas de favelas, era ordenado, sendo 15 ruas, das quais apenas duas pavimentadas com pedras irregulares. Inexistia, então, qualquer forma de saneamento básico, nem logradouro público. A energia elétrica era de baixa potência e atendia apenas às Avenidas Pedro Dantas e Alberto Craveiro; todas as demais residências utilizavam lamparinas.

É também mencionado por Oliveira (idem) a presença de um “grande sítio”, nos anos 1960, no qual existiam um açude e uma lagoa de propriedade particular e uso exclusivo dos proprietários, denominado Fazenda Uirapuru. Essa fazenda, segundo informações obtidas no local, foi doada pela família Macedo, então proprietária, para a Igreja Católica e atualmente concentra o Condomínio Espiritual Uirapuru²¹ – CEU, constituído por uma série de entidades e instituições, nas quais profissionais e religiosos desenvolvem atividades sociais, esportivas e religiosas com crianças, adolescentes e mesmo com os moradores²².

mais úmidos, formando pequenos buracos no solo. Bastava cavar um pouco e o raso lençol favorecia o brotar da água.

²¹ Entidade jurídica sem fins lucrativos que desenvolve projetos nas áreas espiritual, social, educacional e cultural, conforme descrição do site www.ceufortaleza.com.br. De acordo com as informações coletadas no site, o público atendido corresponde aos portadores do vírus HIV, dependentes químicos, crianças de rua e deficientes físicos, prioritariamente. Ocupa uma área de 112 há.

²² Destacam-se a Casa do Menor São Miguel Arcanjo, Congregação das Irmãs de Santa Dorotéia, Carmelo Santa Teresinha, Mosteiro da Visitação, Obra Social Nossa Senhora da Glória – Fazenda Esperança, Casa Sol Nascente, dentre outros.

A fazenda e seu açude constam nos depoimentos de quem cresceu no bairro e lá vivenciou momentos de prazer e alegria nos banhos no açude, no sabor adocicado das frutas, mesmo que fossem, anos atrás, atividades proibidas pelos proprietários. Compreende atualmente, além das capelas, os mosteiros e um conjunto de entidades. Com relação ao envolvimento inicial dos moradores com essa área do bairro, o depoimento seguinte é ilustrativo:

Então a gente ia por dentro, pelo seu Cirano, Dona Éster, pra tomar banho no açude. Pra cá era lotado, tinha o mangueiral. Ia tomar banho lá no açude, porque o bom era o açude, que tinha muito peixe, era fundo. Então, a gente ia tomar banho no açude. E vez ou outra aparecia o vigia com a espingarda de pau. Aí era menino correndo pra todo lado. Ai lá vem, lá vem, lá vem. Ele vinha a cavalo e já vinha com a arma. Na realidade, ele brincava muito né. Mas vez ou outra ele prendia uma criança só pra assustar (...). A Fazenda era um espaço muito bonito pra você olhar. O pessoal que morava lá, eles na época de férias tinha lancha, tinha ski aquático. Pra você imaginar a riqueza da natureza ao redor da nossa comunidade, como era bonito aqui. Então ali no açude eles andavam de lancha. E hoje virou um esgoto né (entrevista 07).

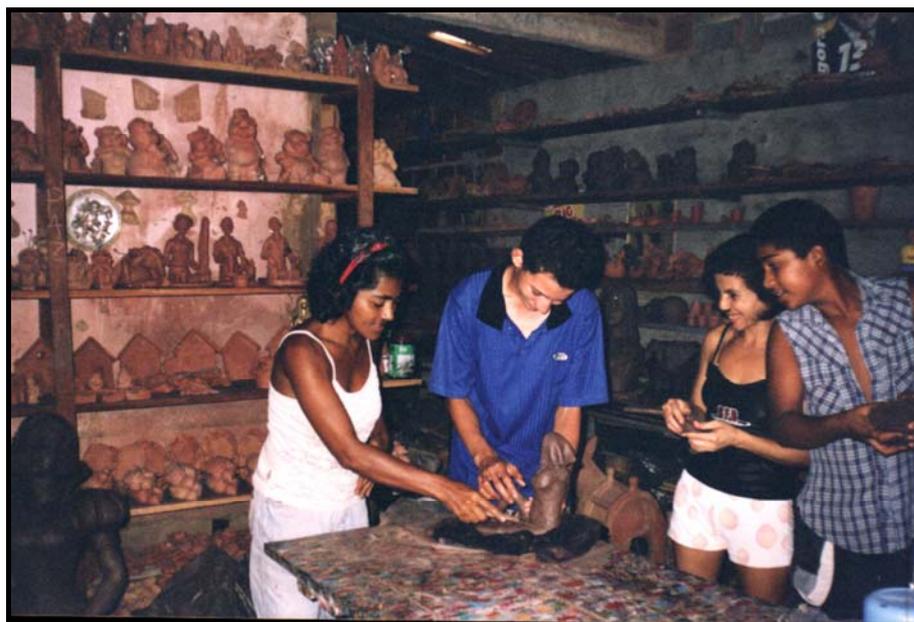
A Fazenda Uirapuru confere algumas peculiaridades ao bairro. Sua extensa área impõe-se como um território contínuo, exibindo particularidades paisagísticas que se assemelham a uma área de reserva ecológica, com muitas árvores e o açude Uirapuru. Por longos anos, foi utilizada como área de produção agropecuária. Entretanto, essa enorme área verde esteve invariavelmente isolada do bairro, delimitada por muros e cercas, assumindo mesmo a conotação de território. A mudança do uso, de produtivo para religioso, com a implantação do Condomínio Espiritual, alterou as relações dos moradores com esse espaço. Atualmente, alguns são beneficiários dos projetos sociais desenvolvidos no seu interior, ou participam das várias atividades religiosas realizadas nas instituições que integram o Condomínio, porém mantém-se como território e sua delimitação espacial é visivelmente estabelecida.

Retornando-se aos anos 1960, outro aspecto relevante na história do bairro refere-se à produção manufatureira, destacando-se os ceramistas e artesãos. As poucas oportunidades de trabalho na cidade esbarravam na precária escolaridade dos habitantes, sobretudo os vindos do interior. Desemprego, subemprego e o fazer artesanal conduziram a formas tradicionais de produção, dentre as quais destacavam-se as louceiras²³. No interior do Bairro, observava-se comumente a compra dos potes, dada a permanente dificuldade de água. Essa atividade tornou-se tradicional e base de sustento de muitas famílias do lugar, persistindo sua

²³ Nome como eram conhecidas as mulheres que trabalhavam com a atividade de cerâmica, produzindo potes vendidos no centro da cidade.

importância até a instalação do abastecimento d'água pela Companhia de Água e Esgoto do Ceará – CAGECE. Vale ressaltar a permanência no bairro, nos dias atuais, de talentosos artesãos, cuja arte é repassada de geração a geração (ver figura 3).

Figura 3 – Artesãos do bairro em atividade



Fonte: Silva, Daniele Costa da, 2003

Segundo informa um antigo morador, integrante da Associação de Moradores,

A base de sustentação da família era o artesanato, o pote, que era um dos pólos muito rico nessa área do artesanato, fazer pote, panela, aguidá. Ai tinha outra atividade também, que era muito corriqueira, que era outra base de sustentação das famílias que era as tapioqueiras né. Naquela época não tinha padaria no Dias Macedo, então era na base da tapioca mesmo. Como era gostoso, que saudade dá! (entrevista 20)

Além das atividades à base de argila, havia produção de vassouras e espanadores feitos com as palhas de carnaúba, de tapiocas, bordadeiras e olarias, cujos tijolos eram produzidos com barro retirado da margem do Rio Cocó, da Lagoa do Opaia e mesmo de “barreiros”²⁴ existentes no próprio bairro. A venda de tijolos, de barro e areia foi, por longo período, muito praticada, em função da própria expansão da cidade e, conseqüentemente, da

²⁴ Um dos “barreiros” mais conhecidos situava-se no lugar onde hoje está instalado o Colégio de Ensino Fundamental e Médio Padre Guilherme Waessen

demanda de material por parte do setor de construção civil. Segundo informam os moradores, foram retiradas “carradas e carradas de barro e areia” das margens do Rio Cocó para a produção das olarias. Sobre esse fato, narra Seu Zezito:

Nós saía daqui, ia aqui por dentro, papai amassava barro na Lagoa do Opaia, fazia tijolo. Num era só ele, era muitos, tinha olaria. Raimundo Nogueira tinha olaria e o pessoal do Cazuzza tinha olaria também. Aquela Lagoa do Opaia era rodeada só de olaria. Hoje tá acabada, viu, a Lagoa acabou-se, tem só aquele pedacim. Mas ali era Lagoa que dava de tudo. O papai fazia tijolo acolá. Aqui mesmo, nesse terreno que hoje é do Benedito Macedo, papai também fazia tijolo, amassava barro ali, amassava barro pro Raimundo Nogueira. Porque tijolo nesse tempo era uma atração muito grande, viu. Vendia. Todo mundo comprava. Essa Base aí foi feita à custa de tijolo e areia do Rio (entrevista 02).

O comércio local restringia-se, até a década de 1970, a algumas mercearias, sendo a mais famosa a do “Chico Mota”, que praticamente abastecia toda a comunidade e que se faz presente nos dias atuais. Este comércio, alimentado por mercearias, é uma típica característica dos bairros periféricos da cidade. Os pequenos comércios, ou mesmo os atuais mercadinhos, findam por se tornar espaços de encontros, de sociabilidade e revelam as relações entre as pessoas no bairro. Mesmo no Dias Macedo é ainda muito corriqueiro as anotações nos cadernos ou cadernetas. Para tanto, o reconhecimento, as relações de amizade e vizinhança tornam-se aspectos relevantes no momento de se contraírem dívidas assumidas sob o peso da palavra empenhada. São relações pautadas na confiança mútua, distintas do comércio formal estabelecido nas lojas de departamento da cidade e supermercados, onde o número de inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas compõe elemento indispensável.

Por meio da compra de lotes e construção das pequenas casas de taipa e chão batido, ou mesmo da ocupação de áreas públicas e privadas, o bairro Dias Macedo paulatinamente foi se constituindo enquanto espaço de moradia de famílias majoritariamente pobres, cuja regularização fundiária de suas residências ainda não se efetivou. As atividades iniciais revelavam a busca de sobrevivência de uma população com baixa instrução e o espaço foi sendo construído com as marcas do espírito interiorano. Em muitos casos, um membro da família chegava à cidade, buscava um espaço, aos poucos os demais migravam à procura de “melhorias” e o Bairro cresceu com o aumento populacional, apesar de não dispor de mínimas condições de infra-estrutura e dos serviços indispensáveis, fato comum ao processo de urbanização das cidades brasileiras.

Retornando ao final da década de 1950 e, sobretudo, aos anos 1960, num período anterior ao Golpe Militar, o bairro, então, acabava de ser oficializado, perdendo, para os

órgãos oficiais, as antigas denominações de Mata Galinha e Parque Olinda, passando a ser denominado em função de um dos membros da Família Macedo. Esta família exerce um papel importante na consolidação do bairro, por meio da atuação da Fundação Dias Macedo²⁵, a qual elege o bairro como um dos lugares onde seria desenvolvida uma ação de cunho assistencial e filantrópico com as famílias ali residentes. A presença de favelas, os problemas de desnutrição infantil, a precarização das condições de vida da maioria dos moradores e as poucas oportunidades de trabalho conduziram a um trabalho assistencial promovido pela Fundação.

Entretanto, existia no velho Parque Olinda uma forma inicial de organização dos moradores. O bairro então não passava, como se viu anteriormente, de extensos sítios, cujos proprietários juntamente a outras pessoas que vieram residir na área promoviam algumas reuniões em suas residências, onde se discutiam formas de buscar melhorias para o local e mesmo fontes alternativas de trabalho e renda para as famílias. As carências de água, luz, transporte e escolas conduziram alguns dos moradores à mobilização. Esse grupo veio a se articular com o pároco que atendia à comunidade, Monsenhor Gerardo, vinculado à paróquia da Igreja de Fátima, o qual tinha ligações com o Pirambu e o Padre Hélio Campos.

Aliado a isso, a Fundação Dias Macedo propicia o início de um trabalho assistencial junto às famílias, financiando o campo de estágio da Escola de Serviço Social. As assistentes sociais principiam sua atuação na articulação com os grupos formados na comunidade, unindo-se e incentivando o trabalho coletivo que já vinha se dando. Dessa articulação surgiu o Conselho de Bairro do Dias Macedo, em 1960, com a mesma estrutura e organização do Conselho de Bairro do Pirambu. Ambos atuavam de forma conjunta e a idéia inicial dos padres seria dar vez e voz à problemática fundiária imperante, em que muitas famílias não possuíam título de propriedade da terra. Entretanto, no Dias Macedo, houve especificidades. O grupo findou por constituir subgrupos produtivos, sociais e esportivos. Foram formados doze grupos, os quais eram compostos por homens, mulheres e jovens; desses grupos saíram atividades ligadas a granjas, fábricas de vassouras, bordados, produção de cestarias e de enxovais para bebês, religiosos, grupos de esporte, de mães solteiras, de gestantes, de senhores e de artesanato. As reuniões, que antes ocorriam sob um “pé de

²⁵ A Fundação Dias Macedo foi criada pela família Macedo, antiga proprietária de extensas faixas de terra no bairro. Seu surgimento ocorreu, segundo Rocha (1996, p. 26), num contexto em que o empresariado local aderiu à ideologia desenvolvimentista dos anos 1950, quando foram engendradas diversas organizações filantrópicas com o objetivo de estimular a urbanização das cidades onde vinha se verificando a implementação dos parques industriais.

maracujá” ou nas residências, passaram a ser realizadas no que veio a se tornar o Centro Comunitário Paroquial Nossa Vivenda, construído em terreno doado pela Família Macedo e que abrigou por vários anos a Escola Padre Guilherme Waessen. O Conselho de Bairro era um dos componentes do Centro Comunitário, estando oficialmente ligado a ele.

Durante sua existência, o Conselho realizou importantes conquistas no bairro, como a formação dos grupos de produção, de forma associativa. Conseguiu também constituir a primeira escola do bairro, então chamada Grupo Escolar Dias Macedo²⁶, bem como atuou decisivamente na construção da Paróquia São Francisco de Assis, dado que a capelinha não mais comportava o número de fiéis. A construção da nova igreja é relatada por um descendente da família Dantas, uma das mais fervorosas na tradição católica e cultural do bairro:

A capelinha de São Francisco tornou-se pequena para os fiéis. À tarde, as pessoas ficavam no sol. O Apostolado da Oração pediu ao Monsenhor Gerardo que construísse a igreja, que obteve a promessa de ajudar, contando com a contribuição dos moradores. O mestre da obra foi confiado ao Chico Mota. Com leilões, bingos e festas o povo ia contribuindo como podia. O terreno da igreja pertencia ao Sr. Francisco Oliveira e no dito terreno era a casa do Sr. Pedro Dantas e de dona Terezinha Nogueira Dantas. [...] A madeira da cobertura o Sr. Afonso Cavalcante, tio do Sr. Raimundo Nogueira, dono de uma madeireira, vendeu à comunidade à prestação, assim como a olaria que forneceu as telhas. Depois de pronta faltou as portas e numa reunião que acontecia embaixo de uma latada de maracujá na casa do Sr. Moacir Marinho, Dona Argentina fez um pedido para a assistente social que falasse com o Sr. Benedito Macedo para ajudar e o mesmo doou as portas, os bancos e o altar (bisneto de Pedro Dantas).

Havia uma escolinha, Escola São José, na casa de um dos membros do Conselho, o respeitado e famoso Seu Zequinha, pioneiro na luta pela educação no bairro e diretor da atual Escola de Ensino Fundamental e Médio Antonio Dias Macedo, originada do antigo Grupo Escolar mencionado. Seu Zequinha fundou em sua casa essa escolinha, pois, segundo seu depoimento, era a pessoa na comunidade com melhor grau de escolaridade. A escola foi, sem dúvida, a maior conquista do Conselho de Bairro, o qual teve suas atividades comprometidas com a instalação do Golpe Militar, momento em que o Estado assume uma postura autoritária e no qual o Conselho mostra sua fragilidade e dependência tanto da Fundação Dias Macedo quanto do próprio Estado e sua política assistencialista.

Sobre o surgimento do Conselho, o relato a seguir é esclarecedor:

²⁶ Este estabelecimento de ensino, atualmente Escola de Ensino Fundamental e Médio Antonio Dias Macedo, surgiu em 1964, por meio da luta do Conselho de Bairro o qual conseguiu estabelecer um convênio entre a Secretaria de Educação do Estado, Arcebispado de Fortaleza e a Fundação Antonio Dias Macedo. Hoje, é mantida pela Secretaria de Educação e a referida Fundação.

Nós não tínhamos água, calçamento, energia... Não tinha escola. E aí começou. Até porque nesse trabalho começou também com a paróquia da 13 de Maio, porque nós éramos capela dela, né. Aí, o padre entrou na história e a gente começou o trabalho. O Conselho funcionava como órgão reivindicador da comunidade, ou seja, à procura de órgãos do governo para a melhoria, construção de escola... Técnicos da Escola de Serviço Social, que teve uma presença muito forte, também. Então, a luta era pela melhoria da comunidade... calçamento, água, luz, telefone e assim por diante (entrevista 12).

As reivindicações eram encaminhadas por meio de ofícios, abaixo-assinados, comissões, sendo direcionadas aos diversos órgãos dos governos municipal e estadual. Algumas dessas lutas foram exitosas, outras viriam a compor o rol de reivindicações e demandas dos anos seguintes. Vale destacar a imbricação dessas iniciativas iniciais à política assistencialista e filantrópica. Nos depoimentos, surgem expressões tais como “pedir ao governo”. Contudo, o Conselho foi embrião de formas de organização, de sentido de grupo, de comunidade.

O grupo de jovens do Conselho, ligado ao esporte, prioritariamente ao futebol, deu origem a importantes agremiações esportivas, tais como o Sport Clube Social, o Colorado Sport Clube e o Clube Novo Olinda, cujos eventos esportivos foram fundamentais nas formas de socialização, estabelecendo laços de amizade, vizinhança e organização, seja em busca de locais de lazer, seja na mobilização para a compra do uniforme, seja na promoção de festas. Aliás, os clubes esportivos são marca cultural arraigada na história do bairro, comparecendo em outros contextos da cidade. Em jornal encontrado na Associação de Moradores do Dias Macedo, narra-se o surgimento do Sport Clube Social:

O clube nasceu de uma turma de amigos que se reuniam debaixo de um pé de maracujá, onde discutiam o dia a dia (sic) do bairro. Daí surgiu a idéia de fundar um clube de futebol. O nome “Social” é justamente pelo modo como foi comprado o material, na base da vaquinha, com cada um dando um pouco. Como todos colaboraram em sociedade, não foi difícil arranjar um nome (ex-presidente do Sport Clube Social em entrevista ao Jornal Boca Livre, 1987).

O Conselho atuou com certa autonomia até 1963, quando o governo assumiu o Centro Comunitário, transformou os funcionários do Centro em funcionários públicos e a Fundação Dias Macedo saiu de cena. Esse momento marca uma nova articulação interna e o trabalho do Conselho passou a ser definido em função dos interesses do Estado, em pleno período ditatorial, arrefecendo a organização inicial do Conselho, dando então origem ao Centro Social Padre Guilherme Waessen. Aos poucos, o Conselho se desfez, permanecendo apenas o grupo de jovens, cujo percurso revela transformações na organização e mobilização comunitária, e constitui tema da próxima discussão.

2.2. E a História não pára... Na descoberta dos livros, o sentido da luta.

Dentre as atividades desenvolvidas pelo Conselho de Bairro e encampadas pelo Centro Comunitário, destaca-se a constituição de uma biblioteca comunitária, no início dos anos 1970, que veio a se tornar fundamental no processo associativo do bairro, como espaço de socialização e discussão política. Denominada Biblioteca Comunitária do Dias Macedo, era então coordenada por um grupo de jovens moradores, na maioria adolescentes, que se revejavam nas funções de empréstimo e catalogação de livros para a comunidade. Entretanto, não se restringia a esses objetivos. Os jovens participavam, concomitantemente, de uma série de atividades, tais como cursos de dramatização e de inglês, além de jogo de xadrez, prática de esportes²⁷ e realização de festas, as quais eram verdadeiros acontecimentos no bairro e tinham o intuito de angariar fundos para a biblioteca.

A coordenação do grupo foi substituída por volta de 1974. A nova direção engendrou um cunho marcadamente político às discussões e atividades, sendo então estimulada pelo pároco local, um francês de idéias progressistas, conhecido no bairro como Padre Raimundo, e por novos moradores que chegam ao lugar com um acúmulo de experiências em movimentos políticos contrários ao regime ditatorial. Esse grupo de jovens principiou então um debate em torno dos problemas do bairro na biblioteca, desdobrando-o para outros espaços e situações, desde os momentos de lazer nos jogos de futebol, às conversas sob o velho pé de maracujá. A política tornou-se a tônica e os diálogos findaram por originar a Associação de Moradores do Bairro Dias Macedo, em 1981. O papel desempenhado pela biblioteca é assim narrado por um dos seus integrantes:

Lá dentro da biblioteca, com o andar... porque a biblioteca era o nosso mundo! Na biblioteca existia de tudo. Era jogos, era xadrez, aprendi a jogar xadrez, de ler, de gostar de ler, ajeitar livro, quer dizer, era um mundo completamente diferente do que um garoto de... que até chegar aos 14 anos tinha encontrado lá onde eu morava, no Papoquim (...) Na biblioteca, eu sempre digo, que foi onde começou o movimento político do Bairro Dias Macedo, talvez até de Fortaleza, juntamente com o Pirambu. No Pirambu já existiam grupos organizados e aqui no Dias Macedo tava começando com a biblioteca. Só que a gente, eu por exemplo com 16 anos, não tinha noção do que seria isso, sabe, dessa coisa política. (...) A Associação de Moradores é fruto desse grupo de jovem da biblioteca comunitária do Dias Macedo, do qual o Inácio foi o primeiro coordenador né (entrevista 20)

²⁷ Foram eles os responsáveis pela criação dos clubes esportivos do bairro, os quais foram comentados previamente.

Após a expulsão do Centro Comunitário, com a efetivação do AI-5, o grupo pertencente à biblioteca e mais alguns moradores preocupados com as dificuldades enfrentadas no bairro, sobretudo em relação à problemática da água, sentiu a necessidade de organizar-se. A esse respeito relata um morador:

Na verdade, eu acho que na cabeça de cada um já tava embutido aquele sentido social da coisa, do movimento mesmo, porque nós precisamos tomar uma atitude em relação ao nosso bairro, das coisas que tão precisando. Nós não temos energia, nós não temos água, nós não temos calçamento, num temos saneamento, então ta na hora da gente começar a mudar, digamos assim de atitude, parar de ficar nessa coisa de só mesmo jogar e partir mais pro agir. Começar a enxergar a nossa própria situação num sentido diferente, ver as nossas próprias necessidades. E temos um número enorme de pessoas que começaram: a Mônica, a Rosa Bizerra... Se tem uma pessoa que eu possa considerar como sendo a fundadora, a criadora, a incentivadora, chama-se Rosa Bizerra e o Padre Raimundo (entrevista 20).

Nota-se uma perspectiva distinta diante da realidade: a necessidade de agir no sentido de mudar, de buscar melhores condições de vida no bairro, na cidade. Essa postura, geradora de formas inovadoras de atuação política, assumiu um papel de tomar a frente e agir, ou seja, não esperar que acontecesse, e ocorreu não como um fato isolado e restrito ao bairro ou à cidade. Como se discutiu em capítulo precedente, a emergência dos Movimentos Sociais Urbanos se fez notar por uma série de condições históricas, políticas, e mesmo por se deparar com o processo de expansão urbana das cidades, marcadamente desigual, excludente. Os moradores tomaram a iniciativa e a sua luta originou mudanças, transformações no espaço do bairro, num período de fortes pressões sociais e políticas impostas com a ditadura militar, que apresentava seu momento mais crítico. Toda e qualquer movimentação com mais de quatro pessoas era rapidamente taxada de “atividade subversiva”, fato, aliás, responsável pela expulsão do grupo de jovens do Centro Comunitário.

No caso do Bairro Dias Macedo, a organização de grupos pré-existentes facilitou a congregação dos moradores em torno de questões maiores. Reunindo-se nos quintais, nas residências ou mesmo em plena rua, as pessoas discutiam os problemas que afligiam a vida, os quais não se limitavam a carências de equipamentos de consumo coletivo ou de serviços públicos, mas diziam respeito ao compartilhar dificuldades comuns, tais como o desemprego, a fome, o não ter moradia. Dessas reuniões participavam, sobretudo, as mulheres, donas de casa, professoras, que questionavam e criticavam a realidade vivida no cotidiano do bairro. Dentre estas se destaca Dona Rosa Bizerra, migrante determinada a mudar de vida na cidade grande e que principia um trabalho com famílias carentes na vizinha comunidade Boa Vista. Uma moradora que vivenciou esse momento juntamente a Dona Rosa relata:

Eu iniciei mesmo na época com a Dona Rosa né. A gente começou um trabalho primeiro de igreja né. Um trabalho, porque nós fazíamos parte né das CEBs né, que era da igreja. A gente trabalhava com o pessoal que morava em área de risco, pegando ali a Boa Vista e a gente fazia esse trabalho com eles. Quando a gente visitava, a gente via a necessidade porque o pessoal não queria só rezar. Queriam, a reza só pra eles não dava, só ler. Eles queriam que resolvesse as questões de moradia deles. (entrevista 21).

O bairro, nesse momento, era ainda bem diminuto e todos os moradores se conheciam, fato dinamizador dos encontros e reuniões, que facilmente se articulavam, bastando o boca a boca. Aos poucos foi se constituindo um “sentimento de pertença” entre os moradores e o bairro, o qual passou a compor elemento identitário. Os vínculos estabelecidos a partir da realização de atividades diárias, como caminhar, trabalhar, participar das festividades religiosas ou o lazer nos campos de futebol estendiam-se no debate sobre os problemas do bairro. Essas ações costumeiras contribuíram para apropriação do lugar, tornando-o familiar. Apropriação, de acordo com Pol e Valera (1994, p. 05), não no sentido de posse legal, mas de identidade, de proximidade, fazendo do lugar parte da vida do morador. O sentimento de pertencer ao lugar e de dividir suas agruras e venturas favoreceu a organização dos moradores em iniciativas associativas.

Acrescente-se a isso o fato de que algumas pessoas vieram a residir no bairro trazendo uma experiência incorporada de outras lutas e contextos políticos, sobretudo ligados ao MEB – Movimento de Educação de Base. Atuavam, então, em comunidades rurais, organizando os moradores e promovendo um processo pedagógico e de discussão política, tecendo aguda crítica à repressão imposta pela ditadura militar e mesmo à problemática dos latifúndios, lutando por reforma agrária.

Em suma, muitas são as relações tecidas na construção do Movimento; este não surge do vácuo, mas vai sendo tecido por meio de variadas relações que envolvem experiências de vida distintas, as quais se somam, encontram-se e originam formas de mobilização entre os antigos e novos moradores que em comum possuem a vivência do bairro, incluindo todos os problemas já abordados. Uma dessas moradoras, Mônica Martins, participante do MEB nacional, exerceu papel fundamental na constituição e politização do grupo de jovens que atuava no Centro Social. Mônica, que veio a ser presidente da Federação das Entidades de Bairros e Favelas de Fortaleza, iniciou um trabalho com crianças e, em seguida, com suas famílias, sendo, juntamente a Dona Rosa, uma das fundadoras da Associação de Moradores.

Uma das primeiras e, sem dúvida, mais significativas ações implementadas enfocou o problema da água, que obrigava os moradores a enfrentar enormes filas nos parques chafarizes desde a madrugada. Nesse sentido, como forma de pressionar os órgãos competentes, promoveram a famosa e significativa Passeata da Lata Vazia, no dia 17 de janeiro de 1981, ano em que seria constituída legalmente a Associação de Moradores do Dias Macedo. A Passeata da Lata Vazia representa a um marco no movimento do bairro, quando as ações passaram a adquirir uma feição pública, ganhando as ruas, sendo noticiadas na imprensa. O Jornal O Povo noticiou a manifestação com o texto que segue:

[...] Líderes comunitários organizaram a passeata, na esperança de que os ecos chegassem até as autoridades que podem resolver o problema. Faixas e cartazes abriam o cortejo enquanto os organizadores, em um Fiat com alto-falante, lideravam o movimento com slogans, ladainhas e frases de efeito. Aproveitando a ocasião, voluntários vendiam exemplares do jornal Tribuna Operária e cuja manchete, coincidentemente, trazia em tipos grandes “Feijão, só para os ricos”. Na passeata, o custo de vida foi também denunciado como intolerável. ‘Queremos chafarizes. Basta de promessa’, era o apelo geral. A crise é uniforme no bairro. Praticamente ninguém possui água em casa. Poucos são os que podem cavar poços profundos e os poços artesanais de há muito secaram. As donas-de-casa já não agüentam atravessar as noites ‘na beira da cacimba, esperando que crie um pouco de água barrenta para lavar os pratos’, como se queixaram [...] (Jornal O Povo, 18.01.1981, p. 06)

A Passeata da Lata Vazia saiu da favela Papoquinho e contribuiu para um ânimo redobrado dos moradores. As ações eram planejadas em função das necessidades do bairro e, pouco a pouco, integraram comunidades vizinhas, unificando as lutas. Uma das primeiras consistiu, além da Passeata, no aluguel de uma pequena casa, onde puderam realizar as reuniões que então se davam nas residências, nos quintais. Lá se iniciou um trabalho na área de saúde, atendimento ambulatorial. Duas médicas vinham voluntariamente atender os moradores do bairro. Dessa organização primeira decorreu a conquista do posto de saúde do bairro, em 1982. Assim, o trabalho começou a tomar corpo, adquirindo feições novas e a idéia de associação foi se fortalecendo.

Paralelamente, alguns integrantes desse grupo que principiou as ações passaram a compor os quadros do Partido Comunista do Brasil – PC do B –, o qual mantinha-se na clandestinidade, como os demais partidos de esquerda. Inácio Arruda, atual deputado federal pelo PC do B, antigo morador do bairro, integrante e incentivador do grupo de jovens e dos grupos esportivos, foi um dos recrutados nesse momento, também compondo o grupo que veio a originar a associação e, posteriormente, a Federação das Entidades de Bairros e Favelas de Fortaleza - FBFF. O trabalho foi introduzido na comunidade da Boa Vista, assolada ano a ano pelas cheias do Cocó; contudo, não ficou circunscrito aos limites do bairro, realizando,

desde 1977, articulação com outros locais, como a Bela Vista e Jardim Nova Esperança, na promoção do Movimento Interbairros (Cf. capítulo 1, item 1.2). O bairro Dias Macedo concentrava pessoas-chave do Movimento Interbairros que veio a formar a FBFF, em 1982. Desde as primeiras ações, o caráter de articulação se fez presente. Com relação a esse aspecto, narra um ex-diretor da Associação de moradores:

Participamos do Movimento contra a Carestia. Fizemos também a Passeata da Panela Vazia lá no Dias Macedo. Porque o Dias Macedo, naquela época, principalmente depois que a Mônica foi pra lá... eu, a Mônica, o Raimundo, o Inácio, a gente deu muita vida no trabalho comunitário e em Fortaleza existia um trabalho semelhante na Bela Vista e isolado num e noutro bairro. O trabalho nosso do Dias Macedo era um trabalho de referência pela organização, pela combatividade. Teve o Movimento Contra a Carestia, o Encontro Nacional, nós mandamos Dona Rosa. Dona Rosa foi pra Brasília participar do Encontro Contra a Carestia. Quer dizer, todos esses movimentos a gente participava. Aí, depois, nós formamos o Movimento Interbairros (entrevista 14).

A articulação segue no apoio a outros movimentos promovidos na cidade, inclusive na luta contra a expulsão dos moradores da favela da José Bastos e junto aos moradores da Favela das Placas, no Papicu. Vê-se, a partir dos anos 1980, um aspecto de unificação e integração de demandas comuns entre os moradores dos vários bairros da cidade. As lideranças estabeleceram redes, articulações, no intuito de promover não apenas trocas, mas, sobretudo, o fortalecimento das ações e da força de pressão diante do poder público. As demandas eram direcionadas ao Estado e o discurso da cidadania, do direito, adquiriu destaque entre as lideranças e os moradores da cidade.

No Dias Macedo, o trabalho de saúde realizado já na casa alugada como sede provisória, bem como a Passeata da Lata Vazia, foram fundamentais na congregação dos moradores, no estabelecimento de laços de solidariedade. Foi possível manter contato mais direto entre os moradores e suas necessidades mais prementes. O fortalecimento e o amadurecimento das ações deram sentido ao surgimento da Associação de Moradores do Bairro Dias Macedo, no dia 9 de junho de 1981.

Como a casa havia sido alugada, os líderes locais promoviam uma série de eventos com o intuito de obter recursos para cobrir as despesas com a Associação. Dentre os eventos, destacaram-se as “Feiras do Cacareco”, ou seja, feira de objetos usados, organizadas nas esquinas das ruas do bairro, bem como a promoção de bingos e festas.

Fundada a Associação, realizaram-se importantes mobilizações no bairro e nas comunidades vizinhas. Uma das mais relevantes foi a Passeata das Lamparinas, organizada na

comunidade da Boa Vista pelos diretores e sócios da entidade. Esta comunidade enfrentava há anos a inexistência da energia elétrica, o que tornara comum o uso de lamparinas nas residências. Com o intuito de reivindicar esse serviço público essencial, os moradores percorreram a Boa Vista em direção à igreja matriz do Dias Macedo, portando lamparinas acesas e exigindo do poder público a solução do problema. A passeata aconteceu no dia 11 de março de 1984, segundo o Jornal Diário do Nordeste. De acordo com o depoimento de uma das organizadoras da passeata e integrante da Associação dos Moradores, “essa Passeata da Lamparina foi linda, linda, linda, linda, linda”.

Ressalte-se ainda o apoio da igreja católica, na pessoa do Padre Raimundo, um grande incentivador nas mobilizações dos moradores. Padre Raimundo disponibilizou o espaço da igreja, bem como apoiou todas as principais lutas travadas no bairro e nas comunidades vizinhas, incentivando mesmo o ingresso das lideranças em partidos políticos de esquerda. Sua participação favoreceu o engajamento de muitas donas de casa e moradores cuja experiência política foi sendo construída no próprio movimento do bairro, envolvendo-se, em alguns casos, em pastorais e nas CEBs. Sobre o Padre Raimundo, diz uma das lideranças locais:

Ele, juntamente com Dona Rosa, ele talvez tenha sido o maior incentivador, porque já vinha de um país com tradição social grande, né, e inculuiu realmente na cabeça da gente. A partir daí, desse momento, foi que a gente foi começando a enxergar essa coisa do socialismo, do comunismo, porque até então só se ouvia falar em comunista matando criança, era a besta fera, essa coisa toda... comia criançinha (entrevista 20).

De acordo com discussão anterior, a Igreja Católica assumiu papel preponderante no incentivo, apoio e mesmo organização dos Movimentos ocorridos nas décadas de 1970 e 1980. Constituiu um verdadeiro discurso pedagógico na condução das lutas, a partir dos princípios da Teologia da Libertação e mesmo da elaboração de documentos nos quais se refletiam os grandes problemas existentes na cidade e que subsidiaram discussões nas entidades comunitárias. Barreira (1992, p. 62) destaca a existência de diferentes facções religiosas no interior da Igreja, com discursos e práticas diferenciados, tornando-se mais expressivos em momentos de confronto direto com o Estado, a exemplo da luta travada pelos moradores da Favela José Bastos, em 1978. Nesse momento, a instituição, de certa forma, recua ante as investidas de negociação com o Estado. Todavia, é inegável sua atuação não somente como impulsionadora de movimentos, mas enquanto suporte discursivo, contribuindo para a construção de um discurso do “povo como sujeito da História”, capaz de lutar e transformar sua realidade.

As primeiras ações da Associação de Moradores enfocaram não apenas a luta pela água, por energia, mas vislumbraram a política numa perspectiva mais ampla, trazendo para o cotidiano do bairro a discussão das eleições diretas. De forma pioneira, promoveram, em março de 1984, um plebiscito sobre o Movimento das Diretas Já, quando todo o país envolvia-se com a luta contra a ditadura. Promovido pelo Comitê Pró-Diretas do bairro, o plebiscito contou com ampla participação dos moradores, revelando um movimento que, mesmo localizado no âmbito do bairro e da cidade, conseguia articular a política localizada e relacionada às carências do lugar, a um movimento de caráter geral, coletivo. Segundo documento produzido pelos moradores no período, 99,1% dos moradores que participaram do evento político demonstraram ser favoráveis às eleições diretas. De acordo com o mencionado documento,

O acampamento na pracinha foi animado e funcionou dia e noite, orientando o povo, distribuindo material, fazendo pequenos comícios. Outra urna estava na Farmácia Santa Rita e quando foram apurados os votos contamos com a presença dos suplentes de deputados estadual e federal do PMDB Benedito Bizerril e Tarcísio Leitão. Bola pra frente! Diretas Já!

Ao mesmo tempo, havia toda uma preocupação no sentido de se capacitar a atuação das lideranças. Sentia-se a necessidade de uma atuação competente, qualificada, capaz de elaborar propostas passíveis de execução. Conhecer a problemática urbana e refletir criticamente sobre os problemas que afetavam a vida dos moradores, tais como o desemprego, a política habitacional, as condições de saneamento, saúde, educação, bem como a própria legislação urbana constituiu o que se denominou Ciclo de Debates – Fortaleza: Problemas e Soluções, conforme se discutiu no capítulo anterior, promovido pela FBFF, cuja diretoria era então composta pelas principais lideranças do bairro Dias Macedo. Conhecer como se administra a cidade, a competência dos poderes municipais e estaduais, o papel de um vereador, de um deputado, a segregação sócio-espacial de Fortaleza foram questões imprescindíveis para a condução das lutas, no desvelar a cidade.

Ao mesmo tempo, outras lutas e conquistas se fizeram notar. A sede definitiva da Associação de Moradores veio junto a um projeto da FBFF, em 1984, então denominado Frentes de Serviço nos Bairros e Favelas de Fortaleza, como enfrentamento ao problema do desemprego crescente na periferia da cidade. O projeto efetivou-se a partir de uma parceria entre a Federação e Secretaria da Indústria e Comércio/SINE, a qual veio após intensa mobilização dos moradores em passeatas e discussões. Envolvia a construção de uma infraestrutura nos bairros, utilizando a mão-de-obra desempregada, pois, segundo Mônica Martins,

“no Dias Macedo tinha gente comendo rato, comendo cachorro, comendo gato! Era uma brabeza”. O Ministério do Trabalho financiou a construção de uma obra social em dez bairros de Fortaleza, ficando a critério de cada bairro a escolha da obra a ser construída. O bairro Dias Macedo optou por uma creche comunitária, a qual passou a ser utilizada como sede da associação no período noturno. Os recursos financeiros eram geridos pelas próprias associações e os resultados foram, segundo Mônica, extraordinários.

Nesse mesmo período, o bairro ainda enfrentava problemas cruciais, como a falta de água e a precária coleta de lixo, cujo caminhão passava em apenas três ruas, acumulando lixo e ratos pelas vias do bairro. A fedentina nas ruas tornara-se insuportável e os moradores dividiam o espaço dos pontos de ônibus com os vazadouros de lixo e lama que corria a céu aberto. O bairro chegou aos anos 1980 enfrentando todos os problemas relativos à periferia de uma cidade em expansão extremamente desigual e excludente. No entanto, as reivindicações enfocam, conforme se abordou, uma discussão política ampliada. Extrapolaram os aspectos específicos e pontuais, tocando em pontos da própria política urbana e econômica, como a luta travada contra a carestia e contra os aumentos nas passagens de ônibus. “Abaixo a carestia que a panela está vazia” era um dos lemas repetidos pelos moradores nas passeatas e manifestações e encontrado em documentos produzidos por estes ao longo das lutas.

Importante lembrar as divergências nas formas de se conduzir a organização entre antigas e novas lideranças. Alguns moradores, integrantes do Conselho de Bairro, discordavam da forma de dirigir o movimento. As posturas políticas diferiam acentuadamente, estando as antigas lideranças ligadas à veterana ARENA²⁸, ao passo que os moradores que vieram a constituir a Associação identificavam-se com uma linha política de oposição ao regime ditatorial, aproximando-se dos princípios do PC do B. De acordo com Rocha,

No bairro Dias Macedo essas duas correntes indutoras do movimento popular são perfeitamente explícitas, quando inicia-se um certo ‘confronto’ entre os antigos participantes do Conselho de Moradores, que, embora já extinto, ainda detinham representatividade e poder no bairro e os grupos de jovens que apoiaram os candidatos a cargos eletivos do MDB mesmo sem que ainda tenham se definido se filiaram a algum partido político. (ROCHA, op. cit. p. 75).

²⁸ A Aliança Renovadora Nacional – ARENA - equivalia a uma das duas legendas partidárias criadas pelo Ato Institucional número 02 (AI-2), quando da instauração do Golpe Militar de 1964. A ARENA representava a ala governista, tendo como oposição oficial o MDB - Movimento Democrático Brasileiro. Todos os demais partidos foram extintos, passando a uma situação de clandestinidade, bem como foram suspensas as garantias constitucionais, autorizadas cassações e a interferência em Estados e municípios. Sobre o assunto ver SKIDMORE, Thomas. Brasil: de Getúlio a Castelo. 5ª.edição. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976.

As divergências demarcaram um novo contexto político e os movimentos assumiram novas configurações. A perspectiva acenava para a noção de direito, contrária à política assistencialista, do favor, característica das ações implementadas, mormente no segundo governo de Virgílio Távora, nos anos 1979-82. Nesse sentido, as ações apresentavam um foco claramente delimitado e direcionavam-se ao Estado, valorizando-se o sentido de organização coletiva, de exigência ao cumprimento dos deveres. Logo, surgiram com ousadia e o enfrentamento direto causou estranheza em algumas lideranças, além de se constituírem, no contexto do bairro, novos líderes que, em certa medida, ofuscavam os veteranos. Essas contraposições ou formas distintas de concepção e prática políticas realçaram mudanças no movimento social.

As ações irrompiam espontaneamente diante de demandas primárias e tomaram corpo a partir da vivência de problemas comuns, quando foram se estabelecendo redes de solidariedade, “participação continuada”, como se refere Doimo (op. cit, p. 153). As lutas e reivindicações conduziam a novas lutas, integravam cada vez mais entidades e geravam a necessidade de ampliação e articulação que veio a constituir a própria Federação de Entidades e a União das Comunidades da Grande Fortaleza. Sobre a questão da solidariedade, o depoimento abaixo é elucidativo:

[...] Já era a décima vez naquela semana que eu saía pra procurar emprego. Me deu aquela crise de choro, de desespero e não tinha nada pra comer em casa... Aí, eu comecei a chorar, chorar, chorar, chorar... Aí, a Dona Rosa tava no ônibus. Aí sentou do meu lado e disse: Mônica... Eu disse: Dona Rosa, eu não agüento mais. Eu sei que dessa nossa conversa e desse desespero de fazer alguma coisa, aí ela falou: por que a gente não cria uma associação? Eu digo, é mesmo, né, Dona Rosa, vamo criar uma associação? Vamos. Mas vamo falar com o Padre Raimundo, falar com o Inácio, falar com o Messias, o Raimundo da Mata (...), fazer reuniões pra criar a associação do Dias Macedo (entrevista 11).

Portanto, a vivência de dificuldades comuns e os laços de vizinhança e amizade contribuíram para as primeiras iniciativas, bem como para a continuidade das lutas e mobilizações encaminhadas ao longo dos anos.. Além disso, os integrantes dos movimentos não tinham ainda clareza da importância que viriam a assumir na História Política do país e mesmo no processo de produção do espaço urbano das cidades em pleno processo de expansão.

E as lutas seguiram no Dias Macedo, como em toda a cidade. As experiências avolumaram-se, acumularam-se e geraram novas iniciativas e formas inovadoras de reivindicar, questionar e refletir a realidade urbana local e nacional. Demandas localizadas se

fizeram acompanhar de reflexões amplas e o bairro foi adquirindo novas feições, bem como a vida de seus moradores – luta mesmo por condições mais dignas de vida e por participação nas decisões que afetavam a vida do bairro e de seus moradores. De acordo com Carlos (2001, p. 235),

O sentido que os habitantes dão ao bairro é o sentido que emerge de suas vidas – é no uso que a identidade se cria, com as referências que delimitam as ações, dando-lhes sentido de descoberta. É aí que se descobrem como sujeitos na cidade, e é aí que surgem as reivindicações.

Organizando comissões, abaixo-assinados, participando de seminários, passeatas, protestos, congressos, reuniões, assembléias, o movimento promovido no bairro paulatinamente auferiu importantes conquistas, seja o calçamento das vias, o serviço de abastecimento d'água da CAGECE, em 1986, os cursos profissionalizantes, a ampliação da linha de ônibus, a creche comunitária e a discussão de temas como a condição feminina, o pluripartidarismo, as eleições ou a greve dos metalúrgicos paulistas, seja na luta por moradia, marcante em todos os momentos de luta, mesmo o mais recente. Desse modo, favoreceram a própria produção do espaço do bairro e foram ativos na defesa dos interesses dos moradores, colaborando para a melhoria da qualidade de vida a partir da expansão de serviços vitais e da ampliação da infra-estrutura básica.

O bairro, desde sua origem, apresenta áreas de ocupação. A primeira ocorreu no Papoquinho, nos anos 1950, e outras se seguiram, tendo em vista a problemática do déficit habitacional na cidade. A década de 1980, em especial, representou um contexto de extrema recessão econômica, desemprego e mesmo arrocho dos salários. Sem outras perspectivas e diante da indefinida situação dos terrenos ali situados, alguns dos quais públicos, a ocupação surgia como alternativa viável para muitas famílias recém-chegadas de municípios próximos e a luta por moradia passa a ser encampada pelos diretores da Associação, os quais apóiam as ocupações de terrenos no bairro. Uma delas originou a favela da Nova Esperança, margeando o muro da Base Aérea de Fortaleza, uma longa fila de casas em condições precárias, localizadas defronte aos campos de futebol, local de lazer dos moradores nos finais de semana. Como fruto desse apoio, a Associação dos Moradores do Bairro Dias Macedo firma convênio com a COHAB, promovendo melhorias nas residências dos moradores da Nova Esperança, bem como a aquisição de banheiros e portas, inexistentes até então.

A citada associação assumiu destacado papel na organização de outras entidades nas comunidades vizinhas, tais como Boa Vista e Sidrião, e mesmo em outros bairros. A

participação não se limitava ao incentivo na organização, mas se fazia presente nas lutas, especialmente em torno da moradia. A comunidade da Boa Vista é significativa dessa trajetória. Situada às margens do rio Cocó, essa comunidade enfrentava as dificuldades com as enchentes do rio, recebendo amplo apoio da Associação, a qual auxiliou na sua organização associativa²⁹.

Vale dizer que até então o debate ambiental ou mesmo a problemática das chamadas “áreas de risco”, a ser discutida adiante, não se fazia presente entre os discursos e preocupações dos moradores, ao menos em termos conceituais e com a importância assumida nos últimos anos. Porém, os problemas existiam e existem. Seu agravamento se deu com a vinda de famílias expulsas de uma favela, denominada Favela da Mesbla, pela loja A Ferragista, conforme documento “A Luta dos Favelados da Boa Vista e Dias Macedo”, no qual a localização da referida favela não é referida, mas que apresenta relação com a temática discutida. Diz o documento:

A maioria das famílias, sem terem recurso, vieram para o nosso lugar. Outras, vendo o sofrimento das enchentes, resolveram ocupar um beco da prefeitura, atrás do grupo Escolar do Dias Macedo. Na nova favela moram vinte e uma famílias que no início sofreram vexames, com caminhões da SUMOV e policiais do 4º Distrito, derrubando e carregando o material de suas casas (documento datado em 31 de março de 1980 e produzido pela Associação dos Moradores do Bairro Dias Macedo).

Percebe-se pelo documento a problemática habitacional de uma cidade como Fortaleza e a migração de famílias de um a outro terreno em busca de solução para a questão premente da moradia. A nova vila formada, situada ao lado da escola, apresentava uma morfologia extremamente irregular. O espaço ínfimo deu origem a casinhas sem recuo lateral ou frontal, estando ainda hoje presente no bairro. Por outro lado, a repressão policial é outro aspecto relatado sempre com indignação, reportando a sofrimentos das famílias, bem como à ação violenta do Estado, reprimindo essas iniciativas tratadas como ilegais. Entretanto, o discurso dos direitos transcende a legalidade e flui enquanto dignidade humana, cristã, legitimando as ações. Ter moradia era então percebido como direito de todo ser humano.

²⁹ O Rio Cocó cruza 17 bairros de Fortaleza. São eles: Jangurussu, Conjunto Prefeito José Walter, Passaré, Barroso, Mata Galinha, Cajazeiras, Castelão, Dias Macedo, Aerolândia, Jardim das Oliveiras, Salinas, Alto da Balança, São João do Tauape, Cocó, Edson Queiroz, Dunas e Sabiaguaba, segundo Jornal O POVO de 11 de março de 2004.

Um dos documentos produzidos na Associação dos Moradores do Bairro Dias Macedo em final dos anos 1980 discorre sobre as reivindicações dos moradores, destacando-se, dentre outras, a luta por creche, conquistada após muito esforço, bem como uma lavanderia comunitária. Segundo lê-se no texto, 60% das mães trabalhavam fora da comunidade, como lavadeiras e faxineiras, sem ter onde deixar seus filhos. Além disso, foram exigidas do governo municipal a pavimentação e drenagem das ruas do bairro, a construção da praça, que se tratava da antiga e importante luta por acesso do bairro. Até então, o bairro apresentava uma configuração espacial análoga à de um circo, com únicas entrada e saída. A luta pela chamada Ponte do Sidrião marca uma perspectiva de ampliação do espaço habitável, bem como de ligação à cidade, saindo do confinamento histórico. Sobre essa questão, um outro documento produzido pelos moradores discute:

A ponte sobre o Riachinho é uma das mais antigas reivindicações dos moradores dos bairros Dias Macedo e Parque Sidrião. Notadamente para os que moram no Parque Sidrião essa ponte representa a esperança de transporte coletivo, segurança durante o inverno quando as crianças e adultos passam verdadeiras aventuras ao se dirigirem para o colégio ou trabalho. Para o Dias Macedo essa obra tem caráter mais amplo, pois caracteriza a possibilidade de crescimento de um bairro que possui uma única entrada. A construção da ponte criará uma ligação no rumo da Parangaba facilitando a vida dos comerciantes e trabalhadores que se dirigem nesse sentido. [...] Queremos uma ponte de verdade pois entendemos que essa obra não representa apenas um benefício a duas comunidades (Dias Macedo e Sidrião) e sim para toda uma região da cidade de Fortaleza que a várias administrações vem sendo esquecida” (Documento produzido pela Associação dos Moradores do Bairro Dias Macedo e do Parque Sidrião, não datado).

Essa luta estendeu-se por vários anos, assim como as dificuldades enfrentadas pelos moradores, especialmente os residentes na vizinha comunidade do Parque Sidrião, que sofriam em caminhadas até o Dias Macedo para conseguirem acesso ao transporte coletivo. As dificuldades eram maiores na época invernososa, quando o Riachinho transbordava, penalizando a passagem dos moradores. Somente nos anos 1990 essa problemática mereceu tratamento por parte do poder público, sendo finalmente construída a ponte do Sidrião.

Há que se destacar uma não linearidade nas ações. Momentos de intensa mobilização são seguidos de outros sem significativas conquistas. Todavia, as lideranças assumiram papel fundamental enquanto impulsionadoras e incentivadoras das ações. Segundo uma antiga moradora de atuante participação nas lutas, alguns moradores desistiam de participar quando viam suas demandas atendidas ou quando vislumbravam a impossibilidade momentânea do não atendimento. Uns iniciavam nas reuniões e permaneciam; outros desistiam na metade do percurso. Essas características são intrínsecas ao movimento social,

demonstrando continuidades e descontinuidades, em função da conjuntura política, social, econômica e cultural.

Observa-se, no final da década de 1980, mudanças na conjuntura política do país e do Estado, com forte ressonância nos movimentos. Anunciava-se a chamada Nova República, o pluripartidarismo já se consolidara e o Ceará passou a ser administrado por um novo grupo político. O discurso e a prática política do Estado alteraram-se. O convite à participação na gestão de programas e projetos do governo anunciava-se para os movimentos organizados e, em alguns casos, provocava perplexidade. Como agir? A participação tão intensamente almejada colocava-se como realidade. E agora? Estar de costas para o Estado, tê-lo como inimigo comum e a possibilidade de atuar conjuntamente provocava mudanças no interior dos movimentos.

Além dos mais, os partidos de esquerda ganharam corpo e adentraram nas associações com mais ênfase. Muitas lideranças, já filiadas, viram-se diante da possibilidade de não atuar meramente enquanto grupo de pressão, mas de forma direta na cena política, seja na gestão municipal, seja na elaboração de leis que garantissem os direitos sonhados. No bairro, duas lideranças candidataram-se a cargos eletivos. Isso não ocorreu sem choques, conflitos e divergências. Alguns moradores acusaram esses líderes de sobreporem aos interesses coletivos interesses individuais e mesmo partidários, esquecendo a luta.

Era um momento de transição democrática, no qual o Estado assumia novas formas de interlocução com os Movimentos. Em 1986, o Programa do Leite, desenvolvido pela Secretaria Especial de Habitação e Ação Comunitária – SEHAC, no governo Sarney, aponta um marco com alguns prejuízos para a mobilização popular, incentivando a formação de novas entidades com o objetivo precípua de gerenciar o referido programa. Barreira (in BRAGA e BARREIRA, op cit, p. 94) assim relata:

Segundo depoimento de técnico da SEHAC, a operacionalização do programa tem provocado conflitos entre entidades de um mesmo bairro, entre diretorias de associações e suas bases, clientelismo e paternalismo por parte das lideranças.

A princípio, as associações de moradores surgiram como “veículo de participação, luta e conscientização política”, passando a apresentar, no final dos anos 1980, outros interesses. No bairro Dias Macedo, como em toda a cidade, surgiram novas entidades. A Associação dos Moradores do Bairro Dias Macedo, num primeiro momento, negou-se a participar do programa, criticando a cooptação de lideranças e mesmo a perspectiva de perda

da autonomia frente ao Estado. Entretanto, a comunidade exigia benefícios, necessitava e buscava na Associação o ingresso nos programas acenados.

O contexto político anunciava mudanças. A gestão dos Programas³⁰ do Leite, do Mutirão Habitacional e do Fala Favela apontavam dificuldades e um repensar a oposição ao Estado. Contudo, referia-se a um aprendizado, a confrontos modificadores não apenas dos movimentos como das formas de relação estabelecidas com e pelo o Estado. Em muitos casos, o não repasse das parcelas dos recursos acordados gerou sérios conflitos no interior dos bairros, provocando desconfianças e críticas às lideranças, acusadas de desvio de verbas. Por outro lado, os programas foram definidos de forma centralizada pelos planejadores e as principais decisões não contaram com a participação das entidades. Este fato foi veementemente criticado por muitas lideranças que vislumbravam, na condução e gerenciamento dos programas, um artifício do Estado para desmobilizar o movimento, reduzindo seu poder de pressão. O depoimento a seguir relata os efeitos dessa política no bairro Dias Macedo:

Muitas associações participaram desse Programa do Leite aqui no Dias Macedo. Esse programa... inclusive, nossa diretora na época era a Dona Nilde, que era responsável direta, mas a gente não tinha poder de polícia pra fiscalizar pra que ia aquele leite. Aí, o pessoal pegava o, o... leite lá, o ticket e trocava por mercadoria, trocava por bebida, trocava por cigarro. Quer dizer, aí acabou também acabando aquele programa. Aí, foi uma forma do governo desestabilizar o movimento comunitário (entrevista 16).

Cabe salientar mudanças no quadro político do Ceará, com a eleição de Tasso Jereissati para governador, conforme se discutiu. Tasso elaborou um discurso alicerçado na temática da participação da sociedade civil nos programas do governo e implementou os Agentes de Mudança, em 1987. Inseridos nas associações, como moradores, participam do dia-a-dia das lutas, das discussões. Nos depoimentos dos moradores que vivenciaram esse momento no Dias Macedo não se percebe menção a essa interferência dos Agentes. Contudo, menciona-se a atuação do governo Tasso na condução de programas e projetos, cujas demandas vinham de antemão definidas, cabendo à Associação implementá-las, muitas vezes com atraso no repasse de verbas, gerando sérios danos à credibilidade da entidade. Todavia, a Associação sempre se manteve numa postura de crítica ao governo, questionando a condução dos programas e participando de manifestações dos movimentos da cidade.

³⁰ Sobre esses programas ver BRAGA e BARREIRA (org), 1991.

O final dos anos 1980 marcou um momento de formação da Assembléia Nacional Constituinte, o que remeteu a uma ampla discussão nos movimentos sociais em todo o país. O desejo de participar, de mudar e definir novos caminhos canalizados na tentativa de elaborar políticas sociais que viessem suprir as necessidades e demandas das comunidades parecia mais próximo de ser concretizado. Anunciava-se a luta pela Reforma Urbana, por meio da mobilização encaminhada pelo Movimento Nacional de Reforma Urbana – MNRU. Este imprescindível movimento tomou corpo e provocou amplo debate em torno da moradia, ao direito a uma urbanidade plena, ou seja, a uma vida digna na cidade, na qual os espaços fossem democratizados e a habitação percebida para além do ter onde morar, inserindo condições satisfatórias de saúde, educação, deslocamento, trabalho e lazer, de forma integrada. O direito universal à cidade anunciava-se. Segundo Rolnik (1997, p. 8), apesar de ter sido bloqueada no Congresso, sem delinear avanços consideráveis na redefinição dos instrumentos urbanísticos, tornou-se basilar na discussão dos planos diretores das cidades brasileiras.

Assim, uma nova Constituição foi construída, contando também com a participação dos movimentos sociais e inserindo a problemática urbana. Canais de participação foram criados, como a formação de conselhos da sociedade civil nas mais variadas áreas e instâncias, bem como a possibilidade de se inserir no texto constitucional emendas populares, fato inédito na história brasileira. As conquistas ocorreram também como fruto de anos de luta e resistência dos Movimentos Sociais, respondendo à pressão de reivindicações antigas, legitimadas por uma realidade complexa, premente de mudanças.

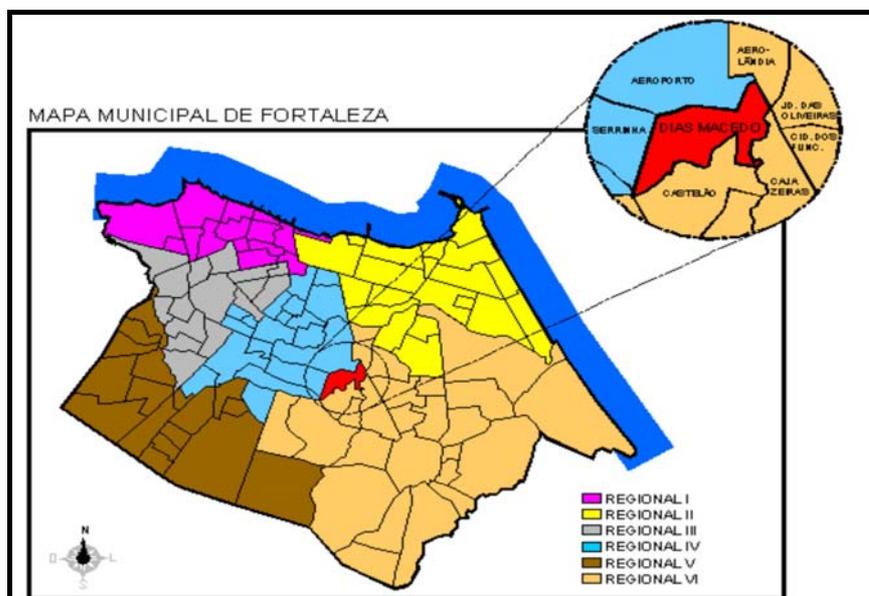
Assistia-se, concomitantemente, à formação de uma nova conjuntura mundial com a globalização da economia, trazendo mudanças no papel do Estado. O neoliberalismo assumiu forte ressonância no urbano, nos movimentos, na configuração e papel assumido pelas cidades. Acirrou-se o individualismo, o consumismo tornou-se ideologia expressiva dos novos tempos. Qual a configuração do bairro Dias Macedo nessa nova conjuntura? Como se apresentaram os movimentos no bairro? Que desafios foram postos e como foram enfrentados? Quais as implicações ambientais desse processo e como se colocaram para os movimentos? Estas e outras questões serão foco de discussão do capítulo seguinte.

3. As Novas Configurações Socioambientais e Formas de Organização Coletiva

3.1. O bairro Dias Macedo nos dias atuais: o prazer e a peleja de viver

A discussão das formas de mobilização que vão caracterizar o cenário político dos anos 90 necessita ser antecedida de uma abordagem sumária do bairro na sua contemporaneidade, de forma a se analisar em que contexto e sob quais aspectos os moradores encaminharam as lutas. Nesse sentido, falar sobre o bairro Dias Macedo implica tomar um dos bairros que, do ponto de vista da organização administrativa da cidade, compõem a Secretaria Executiva Regional VI – SER VI³¹ – (ver figura 4).

Figura 4 - Divisão Administrativa de Fortaleza em Regionais e localização do Bairro Dias Macedo



Fonte: Aquino, Eduardo, 2004

³¹ Em 1997, por meio da Lei N°8000, de 29 de janeiro, a Prefeitura Municipal de Fortaleza estabeleceu uma nova organização administrativa da cidade, dividindo-a em seis regionais e para cada uma definiu uma Secretaria Executiva Regional, que atuam como mini-prefeituras, dispoendo de autonomia administrativa e financeira, conforme Plano de Diretrizes Urbanísticas do Bairro Dias Macedo, já mencionado ao longo da redação.

Essa configuração administrativa obedeceu a critérios meramente quantitativos, tendo por conseqüência uma série de problemas e mesmo transtornos para a população. De acordo com o depoimento de um técnico da Prefeitura Municipal de Fortaleza sobre a formação das regionais,

As regionais já existiam no nosso plano diretor. A divisão em Secretaria Executiva Regional, o critério utilizado foi só população. O limite da Secretaria Executiva Regional é um somatório de bairros que atingia, na época que foi criado, uma população entre 300 e 400 mil habitantes, cada regional. Então, por ser só, e somente só, esse critério e... aí ficou um, um, um... Tem muita gente que fala e teve inclusive uma questão que pouca gente conhece, mas, por exemplo, tem sede de Secretaria de Regional em outra secretaria! Por exemplo, a sede da Regional II é no território da Regional VI. Teve uma série de problemas (entrevista 27).

A Regional VI, cuja secretaria situa-se no distrito de Messejana, é a maior e mais pobre dentre as regionais de Fortaleza, sobrepondo-se às demais em número de bairros. Ao todo, são 27 os bairros que a formam. De acordo com o técnico do setor de planejamento urbano acima citado, essa era uma área rarefeita da cidade, caracterizada, na época da formação das regionais, por baixas densidades populacionais, levando à reunião, sem maiores critérios urbanísticos, de bairros com características distintas e localização dispersa, alguns dos quais situados em distritos distantes da sede da Regional. Um exemplo é o bairro Dias Macedo, integrante da Regional VI, mas localizado a poucos quilômetros da sede da Regional IV, em Parangaba.

A divisão da cidade em Regionais indicou, além do aspecto político-administrativo, uma divisão territorial, compartimentalizando o município de Fortaleza em seis grandes territórios. Nesses, a atuação da prefeitura não se faz aleatoriamente, mas segue interesses político-econômicos de grupos e classes. Essa territorialização da cidade demonstra áreas onde predominam níveis de vida díspares e profundas desigualdades sociais. Segundo relatório elaborado pela Secretaria Municipal de Planejamento e Orçamento – SEPLA - sobre o Índice de Desenvolvimento Humano³² dos bairros e regionais da cidade, em 2002, as Secretarias Regionais V e VI apresentam os piores índices. Nessas áreas predominam bairros que apresentavam baixo desenvolvimento, enquanto a única regional da cidade a apresentar altos indicadores de IDH era a Secretaria Executiva Regional II, correspondente à área onde

³² O Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) foi criado em 1990 pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento – PNUD. Representa um intuito de avaliar o desenvolvimento das nações sob outros indicadores que não os estritamente econômicos, como PIB e renda per capita, considerados inexpressivos das condições de vida das populações. Após sua elaboração passou a ser utilizado em âmbito municipal e, recentemente, em nível dos bairros. A metodologia utilizada no caso da realidade dos bairros de Fortaleza contou com indicadores tais como anos de estudo, população alfabetizada e rendimento.

se concentram os bairros com melhor infra-estrutura e elevado padrão habitacional, situados, principalmente, na zona leste da cidade.

A localização do bairro Dias Macedo dista muito da sede administrativa referente a sua regional, fato questionado pelos moradores, obrigados a longos deslocamentos até Messejana quando de algum litígio com a Prefeitura, sobretudo os integrantes das associações existentes. As regionais, como será visto adiante, exercem uma política de divisão dos bairros entre políticos da situação, que atuam muitas vezes segundo os preceitos da velha política dos coronéis, com foco no clientelismo e na troca de favores.

Falar sobre o Dias Macedo hoje diz respeito a discutir um bairro eminentemente residencial. “O Dias Macedo pra mim é o melhor bairro pra se morar”. Essa expressão de uma moradora é significativa do viver no Dias Macedo. Um sentimento de pertencer ao lugar, que Carlos (1996, p.279) tão bem discute, é facilmente percebido nos depoimentos dos moradores mais antigos, especialmente entre aqueles fundadores e participantes dos movimentos encaminhados ao longo da trajetória anteriormente discutida. É um bairro pequeno, de vizinhança consolidada por anos de convivência, onde as famílias primeiras multiplicaram descendentes que foram ocupando o espaço, nele imprimindo suas marcas e levando traços dessa inter-relação nas suas vidas. De acordo com Carlos (idem)

A identidade na metrópole se constrói a partir do sujeito no plano da vida imediata, aquela do bairro, no lugar onde esta se desenvolve por meio dos modos de habitar, nas relações de vizinhança, pelo uso do espaço que marca as formas de sociabilidade, de reconhecimento, produzindo os referenciais que dão suporte à memória, porque sustentam a vida de relações e criam a identidade .

Pensar o bairro hoje remete a uma ponderação. O bairro mudou, não é mais como antes, mesmo porque a realidade é dinâmica, altera-se. Moradores chegam e partem, a própria cidade é um frenesi, construindo-se e desconstruindo-se diariamente. Percorrer suas vias é deparar-se com modos de vida distintos e formas diversificadas de percebê-la. As lutas travadas contribuíram nesse processo. O Dias Macedo ampliou-se com a construção dos conjuntos habitacionais Renascer e Terra Nossa, frutos de ferrenhas lutas por moradia, nos quais passaram a residir famílias advindas de outras áreas da cidade. A edificação de um conjunto residencial financiado pela Caixa Econômica Federal, em 1990 – Residencial Napoleão Viana – alterou seu perfil, sua paisagem (ver figura 5). Assim, alguns aspectos permanecem, outros se alteram e alguns deixam de existir.

Figura 5: Residencial Napoleão Viana



Fonte: Silva, Daniele Costa da, 2004

As formas de sociabilidade expressam um lugar onde se preservam feições do passado. Tradições religiosas, costumes trazidos pelas famílias vindas do interior ainda se observam no bairro. O sentar à calçada à noite é facilmente perceptível em algumas ruas, onde os vizinhos conversam, jogam ou, simplesmente, acompanham o movimento. Carlos (1996, p. 85) refere-se à rua enquanto “mundo que se revela”, e as ruas do bairro estão cheias de vida, cujas trajetórias estão prenhes do lugar, das lembranças, de um sentido de identidade. As ruas são locais de encontro, de diversidade, o que as torna fundamental para o contato, para a formação de redes necessárias à solidariedade entre as pessoas. Segundo Jacobs (2001, p 60):

Grande parte desses contatos é absolutamente trivial, mas a soma de tudo não é nem um pouco trivial. A soma desses contatos públicos casuais no âmbito local (...) resulta na compreensão da identidade pública das pessoas, uma rede de respeito e confiança mútuos e um apoio eventual na dificuldade pessoal ou da vizinhança.

No antigo Mata Galinha, é comum o caminhar até a igreja para a missa ou o culto. A Paróquia São Francisco de Assis (ver figura 6), antigamente uma pequena capela, apresenta-se como referência, seja na localização do bairro, seja pela famosa Festa de São Francisco de Assis, padroeiro do lugar, conforme se discutiu anteriormente. Grupos litúrgicos

organizam as missas, orações, seminários. Além disso, as novenas de Nossa Senhora de Fátima, organizadas cada dia na casa de um morador diferente, durante o mês de maio, referem-se à práticas sociais diferenciadas do anonimato, do desenraizamento. Todas as noites de maio, vêm-se, em algumas ruas, várias pessoas vestidas de branco, em procissão, conduzindo a imagem da santa até a próxima casa.

Figura 6: Paróquia São Francisco de Assis



Fonte: Silva, Daniele Costa da, 2004

O bairro preserva relações que lhe conferem uma identidade. As formas de sociabilidade e as atividades lúdicas contrapõem-se à tendência homogeneizante das metrópoles, que tornam indistintos os lugares. Ao contrário, no Dias Macedo resistem formas de interação e relações muito peculiares. Além disso, os moradores estabelecem um convívio solidário, especialmente os antigos moradores, aqueles que moram há várias décadas no bairro. A relação dos moradores com o lugar revela-se, especialmente, nas formas de sociabilidade e exprime um sentido que transcende a especificidade do residir, adentrando a própria constituição da identidade.

Desse modo, é corriqueiro no bairro o jogo de bola nas ruas pelas crianças e jovens, assim como soltar arraia, brincar de pião, de bila, atividades que em algumas áreas da cidade foram praticamente esquecidas, dada mesmo à dificuldade de área livre, a

predominância do uso das ruas para a passagem de veículos e ao estabelecimento de outros espaços de interação. As formas de lazer na periferia são marcadas como momentos de sociabilidade e estreitamento dos laços de amizade e solidariedade, fundamentais nas iniciativas pioneiras de mobilização política dos moradores. Os campos de futebol, cujas áreas foram paulatinamente reduzidas, principalmente após a construção da Avenida Carlos Jereissati, conforme será visto adiante, são exemplo disso. Se num passado não muito remoto eram locais privilegiados de lazer das famílias do bairro nos dias de domingo, hoje conservam pouco dessa função original, sem o mesmo público, haja vista sua redução drástica e mesmo o surgimento de outras alternativas de lazer, como os bares e a televisão.

Outro componente interessante nessa discussão é a festa de reis, comemorada na madrugada do dia seis de janeiro, quando grupos entoando canções e tocando instrumentos musicais passam de casa em casa em busca de “prendas” para os Reis Magos, uma antiga tradição. Alguns moradores consideram que os participantes se arriscam, dada a possibilidade de eventuais assaltos; outros admiram e colaboram com entusiasmo. Vale destacar que esses grupos escolhem as ruas antigas, cujos moradores são reconhecidos, bem como a festa. Não se verifica sua passagem, por exemplo, nas ruas do Residencial Napoleão Viana, cujos moradores estabelecem um contato restrito com o bairro, circunscrito, sobretudo, aos grupos religiosos da Igreja Católica. No mais, a festa é um traço cultural peculiar, assim como a passagem e a queima do Judas³³ durante a semana santa.

Dias Macedo é, por outro lado, bairro de festivais juninos, de quadrilhas existentes há mais de duas décadas. Antes, aconteciam em cada rua, improvisadamente. Agora, recebem especial atenção, diferenciam-se, exigem gastos extras das famílias na confecção das roupas, dos adereços e percorrem os vários festivais promovidos nos bairros da cidade, inclusive o festival patrocinado pela Prefeitura Municipal. Marcante não apenas no Ceará, mas em todo o país, as quadrilhas são muito apreciadas nos bairros de Fortaleza. O primeiro festival de quadrilhas do bairro foi promovido pela Associação de Moradores. A esse respeito, o relato de um ex-presidente da Associação dos Moradores do bairro Dias Macedo descreve:

³³ Segundo a tradição cristã, Judas teria traído Jesus Cristo, cometendo suicídio por arrependimento. O boneco de Judas, feito de pano, percorre as ruas do bairro em busca de recursos. Na verdade, um divertimento inclusive para as crianças. De acordo com Cascudo (1979, p.417), no Brasil “é costume velho fazer-se o testamento do Judas, sua condenação e execução. Antes do suplício, alguém lê o testamento do Judas, em versos, colocado especialmente no bolso do boneco. O testamento é uma sátira mais ou menos feliz das pessoas e coisas locais, com a graça oportuna e humorística para quem pode identificar as figuras alvejadas pala *verve* do poeta anônimo”.

Eu lembro bem o seguinte, que não tinha quadrilha. Que teve um período que a juventude era... tinha quadrilha, futebol e tal, mas aí parou tudo, essa coisa de quadrilha parou tudo isso. Então na Associação disse: “olha gente, vamos fazer um festival de quadrilha”. (...) Então, em 82, por exemplo, 81 pra 82, eu acredito que 80 e 81 não houve quadrilha no bairro. Então, “vamo fazer o festival”. Aí surgiram duas quadrilhas. No ano seguinte, festival de novo, surgiram quatro quadrilhas. No ano seguinte de novo... oito quadrilhas. Chegou a 13 quadrilhas, teve ano que teve 13 quadrilhas (entrevista 07).

Atualmente, mesmo reduzidos os grupos de quadrilha, em função dos gastos com as roupas sofisticadas, as associações existentes promovem festivais durante todo o mês de junho, disputando o festival mais animado e organizado. Na verdade, constituem-se disputas que denotam um caráter político. As despesas exigidas na organização, em termos de busca de patrocínio, decoração do espaço, infra-estrutura e todos os serviços necessários a um evento de porte e, mais precisamente, as despesas com roupas, conduzem alguns grupos a realizarem acordos com políticos da situação, cujos nomes resplandecem nas faixas alusivas aos agradecimentos pelo apoio.

Durante o mês junino é comum se observar, nas ruas, fogueiras acesas. Em tempos passados, cada casa, praticamente, tinha sua própria fogueira. Contudo, a pavimentação com manta asfáltica em praticamente todas as ruas, os problemas de saúde causados pela fumaça e mesmo a mudança de hábitos e costumes vem reduzindo essa tradição que fazia de cada rua uma conjunção de pontos luminosos. As transformações no meio sócio-cultural imprimem outros estilos de vida e diferenciados valores. As fogueiras tornaram-se raras, assim como as tradições das “simpatias”, muito apreciadas e divertimento certo, anos atrás. Ainda assim, são aspectos reveladores de relações que ainda resistem ao individualismo marcante na vida das grandes cidades. Representam elementos não capturados pelo modo de vida “atomizado” característico das metrópoles (CARLOS, 1997, p. 210).

São versões e facetas imbricadas no bairro, definindo formas de sentir e perceber a cidade a partir de uma realidade próxima, sensível. O Dias Macedo é, ainda, um lugar onde se notam animais nas ruas ou nos quintais das casas antigas. Lugar de José, Antonio, Manoel, Chico, do Seu Zezito, o carroceiro (ver figura 7), do Toinho, o leiteiro, do Seu Zé do mercadinho, de anônimos e de desconhecidos. Percebe-se nos mercadinhos e mercearias a conversa descontraída, o desabafo das angústias e preocupações. É também o bairro do Seu Zequinha, o “dono da escola”, do poeta violeiro, e é lugar de lutas, de históricas lutas e conquistas, margeado por grandes equipamentos urbanos e áreas institucionais, cujos

impactos e mudanças provocadas findam por estabelecer novas configurações espaciais com repercussão na vida dos moradores e graves implicações ambientais.

Figura 7: Seu Zezito, antigo carroceiro do bairro



Fonte: Silva, Daniele Costa da, 2004

Sua delimitação espacial situa-o ao norte com a Rua Adolfo Quixadá, a leste com a BR-116 e a Bacia do Rio Cocó, ao sul com a margem do Açude Uirapuru e a Avenida Dedé Brasil e a oeste com a Rua Bettsaid. No entanto, esses limites não são reconhecidos por seus moradores, para quem o bairro é bem menor. A área posterior à Av. Marechal Bittencourt não é aceita como pertencente ao bairro, bem como não são reconhecidas as comunidades Boa Vista, Três Postes e Sidrião, cujas histórias se inter cruzam, mas que são vistas como comunidades individualizadas. Tal característica tem origem na separação provocada pelas vias e recursos hídricos, como a Av. Alberto Craveiro que separa a Boa Vista, o Riachinho que por muitos anos isolou o chamado Parque Sidrião e o muro da Base Aérea que distanciava os Três Postes.

O bairro como um todo ocupa uma área de 245 ha, onde se distribui uma população de 11.899 habitantes, de acordo com os dados do Censo 2000 do IBGE. Sua localização lhe confere um peculiar confinamento. Encastelado por áreas institucionalizadas

do Exército e Aeronáutica, por grandes vias e pela Fazenda Uirapuru o bairro dispõe de raríssimas áreas de expansão urbana. Essas áreas institucionais dos aeródromos juntamente com a da Fazenda Uirapuru apresentaram, até os anos 1970, limites à própria expansão da cidade, promovendo uma mancha de ocupação descontínua, a partir dos bairros São João do Tauape e Alto da Balança³⁴. O bairro, no dizer dos moradores, era como um circo: entrada e saída únicas. Sobre esse aspecto, uma reportagem do Jornal Diário do Nordeste relata:

Costuma-se dizer que o Dias Macedo é um bairro sem saída. Na verdade esta é, literalmente, a impressão que fica em quem, desavisado, entra à direita da igreja de São Francisco – localizada às margens da BR 116 – com o objetivo de conhecer o antigo Mata Galinha. Depois de percorrer a Pedro Dantas, principal rua do bairro, o visitante se vê num impasse: a sua frente, levanta-se o Quartel do Exército; do seu lado direito, os muros do Quartel da Base lhe impede a passagem, o mesmo acontecendo a sua esquerda, onde os limites da Fazenda Uirapuru reafirmam-lhe que a única saída é a entrada pela igreja. E é nesta espécie de circo – em que só se entra por uma única porta – que cerca de seis mil moradores convivem com toda sorte de problemas, comuns desta época de crise (Jornal Diário do Nordeste, 08.11.1983).

Atualmente, com as modificações produzidas no seu entorno, o bairro sofreu alteração na sua configuração espacial, tornando-se lugar de passagem, via de acesso e ligação. Porém, a área ainda apresenta restrições físicas claras à expansão, conforme será visto adiante.

Com efeito, os problemas urbanos e as relações que têm caracterizado a vida nas metrópoles não deixam de existir no bairro, mesmo que persistam velhos usos do espaço. O bairro “é elemento de uma totalidade” (CARLOS, 1994, p. 40) e reproduz suas determinações. Dessa forma, enfrenta as dificuldades e agruras típicas do modo de vida urbano, que toma a forma de uma segregação sócio-espacial induzida. Dentre essas destaca-se a problemática das drogas, pois, mesmo caracterizando-se como bairro aparentemente tranquilo, conforme os moradores mencionaram freqüentemente ao longo das entrevistas, enfrenta os problemas comuns da periferia de uma cidade grande como Fortaleza. É cada vez maior o número de jovens envolvidos com o consumo de drogas, da maconha ao craque, alguns dos quais assassinados por traficantes que atuam no interior do bairro. O depoimento que segue revela nuances desse aspecto:

Olha, quando eu comecei a andar com o pessoal, o pessoal mesmo que fuma e tal, a gente coloca assim, sabe, eu vou falar pelas bocas de fumo aqui da comunidade. Nós só tínhamos três bocas de fumo, uma no bairro e uma no Sidrião. Quando ia buscar droga era no Lagamar, Piloto, Areal, né, Tancredo Neves e tudo. Hoje em dia a gente tem, acho que, não sei, nunca mais andei com os meninos assim pra saber

³⁴ De acordo com a Síntese Diagnóstica do Município de Fortaleza. Prefeitura Municipal de Fortaleza, 2001.

mesmo, mas amigos meus que apenas eram viciados, eles passam assim, e meninos de 14 anos tão passando drogas. E é um pessoal assim que eu vejo, mas eu sei que eles não têm nenhuma consciência de um traficante né, de mercado, de... Tão naquela coisa, sabe, pega 10 quilos ali e tudo, mas eles não sabem o risco que tão correndo (entrevista 26).

A população enfrenta cotidianamente problemas comuns à realidade urbana brasileira, em especial das periferias dos grandes centros. A problemática do consumo e tráfico de drogas no interior do bairro não resume as preocupações dos moradores. De acordo com os dados da Prefeitura de Fortaleza referentes ao ano de 1999, 67,64% dos chefes de família do bairro percebiam até dois salários mínimos, ou seja, trata-se de um bairro de população de baixa renda, no qual muitas famílias sobrevivem a partir do mercado informal de trabalho e mesmo realizando pequenos “bicos”. Destaca-se nesse aspecto a participação das mulheres, muitas das quais chefes de família, que encontram em atividades como lavagens de roupas, faxinas e diárias as alternativas de geração de renda e sobrevivência num contexto em que as oportunidades de trabalho formal tornam-se cada vez mais escassas, diante da flexibilização da economia e a conseqüente precarização das formas de trabalho.

As dificuldades financeiras são enfrentadas com criatividade e muito esforço pelos moradores. O desemprego assola, assusta e destrói a estabilidade de famílias inteiras, impelindo alguns à coleta de materiais recicláveis sob sol forte. O Centro Social Padre Guilherme Waessen, onde já funcionou o antigo Conselho de Bairro, atua na promoção de projetos como o Reciclar, recolhendo o material coletado pelos “catadores”. Além disso, no Centro Social são promovidos cursos profissionalizantes que favorecem o desenvolvimento de pequenos negócios, como salão de cabeleireiro, confecção de roupas, pintura em tecidos e produção de produtos de limpeza.

O bairro apresenta ainda grande diversidade quanto à cultura, níveis de renda e escolaridade. Tal se verifica entre os moradores do Residencial Napoleão Viana, muitos dos quais profissionais liberais, cujas residências têm padrões elevados e possuem transporte particular, destoando do nível de vida da maioria dos moradores. Percebe-se que, para o morador com esse perfil, o bairro finda por se tornar dormitório, isto é, as principais atividades e serviços são realizados em áreas externas ao bairro, como trabalho, compras, educação e lazer. Esses aspectos denotam relações características de áreas centrais e indicam segregações no interior do próprio bairro.

Esses aspectos denotam também a carência ou mesmo a existência precária de serviços no interior do bairro, como a inexistência de bancos, supermercados, papelarias. O

comércio local é dotado de mercadinhos e mercearias que atendem considerável parcela dos moradores, além de armarinhos e farmácias. Porém, são insuficientes para a demanda. Somente no ano de 2002 foi instalado um serviço denominado “chegue e pague”, no qual são efetuados pagamentos de contas mensais. Antes disso, os moradores viam-se obrigados a seguir até outros bairros, normalmente o Centro da cidade.

O consumo de roupas, calçados, utensílios domésticos e artefatos de uso pessoal é realizado predominantemente fora do bairro, dados os raríssimos serviços. Muitos moradores queixam-se da carência de locais onde se possa consumir carnes e peixes de qualidade e quantidade satisfatórias. O comércio fecha cedo, deixando muitos sem alternativa de compra. Há uma demanda por serviços diversificados, mesmo diante dos baixos níveis de renda. A compra nos mercadinhos é muito comum, dado que se podem realizar negociações com os proprietários nas formas de pagamento. Outra alternativa é a feira livre, às terças-feiras, que abastece os moradores com frutas, verduras e roupas a baixos preços.

A insuficiência de serviços é um aspecto revelador das disparidades e particularidades de espaços periféricos, onde se vivencia a precariedade não apenas em termos de serviço e comércio, mas nos serviços públicos de saúde, educação e lazer. O Dias Macedo é atendido por um posto de saúde, a Unidade Básica de Saúde da Família (UBASF) João Hippólito de Azevedo e Sá, cujas dificuldades são comuns ao sistema público de saúde do país, ou seja, escasso e precário atendimento, marcado por carência de profissionais e de medicamentos, sem atendimento em horário integral.

Diversas são as reclamações e reivindicações da comunidade. Dentre elas, destaca-se a deficiência em áreas de lazer e práticas esportivas. Existem três praças no bairro³⁵, todavia não apresentam mobiliário diversificado para a prática de esportes, como o “skate” e o basquete. Em geral, as atividades culturais e de lazer circunscrevem-se às igrejas e botecos, pois o clube existente teve suas atividades encerradas. Em função das reduzidas opções de lazer, alguns moradores, com melhores níveis de renda, seguem para outros bairros e centros de diversão.

³⁵ Uma das quais, a praça central, esteve ocupada por 140 famílias no ano 2001, que lutavam por moradia, reivindicação marcante na trajetória histórica do bairro. Após a saída das famílias, no final de 2003, a praça ficou praticamente destruída, abandonada e sem iluminação por vários meses. As famílias foram retiradas e alocadas na comunidade do Sítio São João, onde aguardam a construção de suas residências em regime de mutirão.

Não obstante, a centralização de atividades em centros culturais ou teatros, como se verifica em Fortaleza, finda por excluir o morador das áreas mais distantes dessas opções de lazer e entretenimento. As barreiras não apenas físicas, mas financeiras e culturais, dificultam o acesso da maioria dos moradores a tais estabelecimentos. Pouco se tem realizado no sentido de dotar os bairros de atividades culturais ou mesmo de incentivar os grupos existentes. Assim, os moradores, em sua maioria, ficam restritos aos limites do próprio bairro, configurando uma segregação sócio-espacial evidente. As dificuldades de locomoção, seja por conta do pagamento de transporte coletivo, seja pela escassez deste nos horários noturnos, desmobilizam o morador a sair do interior do bairro.

Em se tratando de educação, a situação não difere. Embora disponha de numerosos estabelecimentos de ensino e apesar do acréscimo de escolinhas particulares nos últimos anos, os moradores queixam-se da baixa qualidade do ensino praticado. São quinze equipamentos, sendo dois estaduais, dois municipais e nove particulares, em sua maioria escolinhas de educação infantil e creches. Duas dessas creches³⁶ são públicas e mantidas pelo Governo do Estado – Creche Comunitária Santa Terezinha, situada no Parque Sidrião, e Creche Comunitária Terra Nossa, no conjunto habitacional de mesmo nome, cuja gestão cabe à Sociedade Habitacional Comunitária Terra Nossa, antigamente denominada como “Aqui Fico”.

Muitas são as facetas do bairro. Algumas aprazíveis, como as tradições, a relação de amizade e vizinhança, o sentimento de pertencer ao lugar; outras saltam aos olhos como descaso, abandono do poder público em relação à questões fundamentais à qualidade de vida na cidade. Um desses aspectos é explicitado na inexistência do saneamento básico. Os esgotos jorram a céu aberto, acarretando a incidência de insetos e ratos, pondo em risco a saúde dos moradores (ver figura 8). De acordo com dados fornecidos pelo IBGE em 1991 e apresentados no Plano de Desenvolvimento Integrado Comunitário, anteriormente citado, as fossas sépticas e rudimentares são utilizadas por 15,95% e 64% dos domicílios, respectivamente. Sabe-se que as fossas inadequadamente utilizadas contaminam o lençol freático. Mesmo assim, o *Sanear* não atinge esta área da cidade.

³⁶ As creches comunitárias há muito se tornaram bandeira de luta dos movimentos sociais da cidade e atravessam atualmente profundas dificuldades, com risco de encerramento de suas atividades. Os recursos acordados não chegam no prazo devido, prejudicando o trabalho e as atividades desenvolvidas com as crianças de dois a cinco anos de idade. A inconstância no repasse das verbas faz das creches um permanente “fecha e abre”, conforme menciona uma das educadoras da Creche Comunitária Terra Nossa, pondo em risco a credibilidade da Associação. O Governo do Estado anuncia seu desligamento definitivo na manutenção das creches, contra o qual se interpõe o Fórum em Defesa das Creches, promovido pela sociedade civil organizada.

Figura 8: Avenida Pedro Dantas, principal avenida do bairro. Esgotos escorrem a céu aberto



Fonte: Silva, Daniele Costa da, 2003

A exceção a esse quadro é o Conjunto Habitacional Renascer (Cf. cap. 3, item 3.2). Esse conjunto é assistido por um sistema de esgotamento próprio. Este sistema foi consolidado como projeto piloto de gestão comunitária, e conta com quatro estações de tratamento, cujos resíduos são jogados no açude Uirapuru, e em seguida no rio Cocó. Atualmente, após dez anos de sua instalação, as estações de tratamento encontram-se saturadas. Mas, notabiliza-se como uma relevante alternativa de gestão e tratamento coletivo dos esgotos.

Vale ressaltar que todos esses aspectos configuram reivindicações das entidades associativas existentes. São abaixo-assinados, protestos, debates, manifestações, todos em torno dessas questões e de outras que se somam e agravam a vida dos moradores do bairro que questionam a cidadania tão presente nos discursos inflamados dos gestores municipais. Cidadania para quem? Essas discussões conduziram a lutas significativas nos últimos anos, mormente na década de 1990, quando o Estado assume formas diferenciadas de interlocução com os movimentos e quando o poder de pressão dessas organizações não mais apresenta as mesmas características dos contextos anteriores.

3.2. “Nada será como antes”: novos e velhos desafios

As lutas e reivindicações traduzem um processo específico à realidade sócio-espacial. Os movimentos são dinâmicos e não obedecem a uma linearidade histórica. Pensá-los sob a conjuntura inaugurada nos anos 1990 implica compreendê-los não apenas como expressão de um novo quadro político, mas abordá-los considerando-se suas inter-relações com o espaço, conforme intento deste estudo. Remete, por outro lado, ao entendimento do que Carlos (1994, p. 231) assim assinala: “a reprodução da vida não se resume à satisfação das necessidades materiais”. Por conseguinte, as lutas e reivindicações dos movimentos sociais, em especial no Dias Macedo, notabilizam novas e velhas demandas, sobressaindo-se a luta por moradia e a emergência de movimentos com enfoque na cultura.

Assim se verifica diante das tentativas de superação e transformação dos problemas focalizados no item anterior. Nos documentos elaborados pelos moradores e na narrativa de seus depoimentos, expressa-se um itinerário de reivindicações, as quais nem sempre resultam em conquistas, mas esboçam a persistência e o desejo de participar de uma cidade. Cidade que se anuncia para o país como aprazível ao turismo e que revela suas profundas desigualdades expostas na precarização dos serviços públicos, nos padrões de vida díspares de seus moradores, na segregação sócio-espacial e na degradação das condições socioambientais.

A precarização das condições de vida, agravada com a intensificação do desemprego ou subemprego, faz da moradia um drama urbano que acompanha o processo de produção das cidades brasileiras, realçado pela predominância do valor de troca, que transforma o espaço em mercadoria. Nesse processo, a moradia reduz-se à casa própria, bem adquirível no mercado, logo, não acessível a todos.

No Dias Macedo, a luta pela moradia reluz na história dos moradores, sendo uma problemática presente desde os anos 1950, quando se formou a favela do Papoquinho. Desde então, muitos aspectos se alteraram, mas a acentuada carência de moradias permaneceu e agravou-se, com o desemprego, a dificuldade de se obter, por vias legais, a sonhada casa própria e, sobretudo, pelo desejo de permanecer no bairro. Maricato (in ARANTES, VAINER e MARICATO, 2000, p. 151) discorre sobre essa questão apontando sua funcionalidade para manutenção de relações personalistas de poder político, bem como de um restrito e

especulativo mercado imobiliário. A moradia, reduzida ao valor de troca, é privilégio de alguns. Os demais precisam lutar e exigir. O ato de ocupar terrenos denuncia que o direito à moradia, assegurado constitucionalmente, dista muito da realidade.

No bairro, as ocupações de terrenos representam elemento importante na origem das favelas e demarcam estratégias de pressão e formas de sobrevivência na cidade. Essas ações ganham peso e amplitude nos anos 1990. O documento intitulado “Quem luta conquista”, da Associação dos Moradores do Bairro Dias Macedo, relata uma das lutas históricas por moradia:

Novembro de 1990: dezenas de famílias sem teto ocupam um terreno baldio em nosso bairro. A falta de um lar, o desemprego e a impossibilidade de pagar aluguel foram os motivos expostos pelos ocupantes, em busca de casa própria. A Associação dos Moradores do Bairro Dias Macedo entra na luta em apoio às famílias. Foram meses de negociações com órgãos públicos, governador, prefeito, justiça e os ditos proprietários. Muitas arbitrariedades ocorreram: polícia com gás lacrimogêneo, cassetetes, cães, tratores, agressões físicas e moral... (Documento produzido pela Associação dos Moradores do Bairro Dias Macedo, 26/09/1992).

O terreno, definido pelos moradores como “baldio”, localizava-se atrás da Escola Antonio Dias Macedo e pertencia à família Macedo, antiga proprietária de terras no bairro. Era então utilizado pelos moradores como campos de futebol, espaços dedicados ao lazer. Sua ocupação por 67 famílias sem teto prolongou-se por vários meses, período de extrema tensão na área, em vista das ameaças de expulsão e morte perpetradas pelos proprietários. O apoio da Igreja Católica, por meio das Pastorais da Terra e Operária, foi relevante na resistência dos ocupantes, em cujas famílias havia muitas crianças. Todavia, a família Macedo exigiu do Estado a reapropriação do terreno. Os moradores foram então despejados, violentamente, pelo batalhão de choque da polícia militar, e muitos saíram machucados. As famílias viram seus barracos serem derrubados em meio ao tumulto, o medo e a violência. Após sua expulsão, ocuparam então a única área pública disponível, a praça central, que na época não passava de grandes caixotes de areia.

A área da praça havia sido negociada previamente com a Prefeitura que, sob pressão, permitiu a ocupação provisória das famílias nesse espaço do bairro. Essa negociação contou com o intermédio de políticos de partidos de esquerda, em especial Inácio Arruda, com a Federação de Entidades de Bairros e Favelas, além da Arquidiocese de Fortaleza. Exigia-se a permanência dos ocupantes no bairro e a solução definitiva do problema. Essa luta originou o Conjunto Renascer, cujo histórico mescla-se a outra ocupação ocorrida no vizinho bairro da Aerolândia.

As ocupações ampliavam-se no espaço da cidade, revelando o agravamento da problemática urbana, em especial na periferia e nos espaços ambientalmente frágeis, tais como encostas das dunas e beiras dos mananciais, em razão de serem áreas de baixo valor imobiliário. Dentre elas, destaca-se a ocupação das margens do rio Cocó, à altura do bairro Aerolândia, conhecida como Lagamar. As famílias dessa área conviviam a cada novo ano com o mesmo problema dos alagamentos do rio e, diante da necessidade de sua retirada para a construção da Avenida Raul Barbosa, que interligaria as áreas sul e norte de Fortaleza, buscou-se um lugar onde se estabeleceriam.

Em vista disso e dada a ocupação existente no Dias Macedo, buscou-se uma área no bairro, onde existiam três grandes sítios, resquícios dos antigos terrenos das famílias pioneiras. Neles permanecia a exuberante vegetação nativa, dotada de mangueiras e eucaliptos. Juntamente com a Fazenda Uirapuru, demarcavam uma paisagem notoriamente verdejante, tal qual uma reserva florestal, que se contrapunha à predominância do ambiente construído, ou mesmo ao banimento do ambiente natural. Os moradores do bairro relacionavam-se com esses espaços conforme depoimento seguinte: “porque, antigamente, era uma grande reserva, um sítio enorme, lindo, onde a gente ia pegar folha de eucalipto, pegava manga, pegava tudo” (entrevista 15).

Essa foi a área da cidade selecionada para a construção do Conjunto Renascer, em 1991 (ver figura 9). Para tanto, os sítios foram comprados pela prefeitura municipal, o que não ocorreu sem conflitos. Um dos proprietários, descendente da família Sidrião, questionou e recusou os valores oferecidos pela municipalidade, os quais julgou injustos, e teve seu terreno desapropriado pela justiça.

Figura 9: Praça do Conjunto Habitacional Renascer.



Fonte: Silva, Daniele Costa da, 2004

Após isso, a área passou por um desmatamento para o início da construção das casas em regime de mutirão. Dos antigos sítios restaram algumas mangueiras e eucaliptos concentrados na praça do conjunto, o que provoca um ar de saudosismo de suas frutas e caminhos secretos na direção do açude Uirapuru. A esse respeito uma ex-moradora reflete:

A gente entrava naquele descampado todim e de lá era pro açude. Hoje em dia é que fizeram aquilo ali, acabaram com tudo. Eu nem gosto de olhar porque ficou tão feio! Aquele bocado de coisinha, casinha miudinha. Porque acabou mesmo. O pulmão do bairro era aquilo ali (entrevista 15).

Lá, passaram a residir as 403 famílias vindas do Lagamar, às quais se acrescentaram aquelas que ocupavam a praça central do Dias Macedo. Essa junção dos moradores das duas ocupações tornou-se possível pela luta dos ocupantes do Dias Macedo, exigindo e reivindicando sua permanência no bairro. Entretanto, a constituição da sociedade habitacional, exigência do Estado nos programas de mutirão, excluiu a liderança local.

O bairro viu nascer uma nova entidade, que veio a atuar em estreita relação com os interesses do município, territorializando a área do conjunto como “espaço da prefeitura”. Este fato desencadeou algumas divergências na condução do mutirão. A liderança do bairro,

então presidente da Associação de Moradores, não participou da formação da Sociedade Habitacional Comunitária do Renascer e mesmo a construção das casas ocorreu inicialmente com as 403 unidades das famílias do Lagamar, ficando as 67 da ocupação do bairro numa etapa posterior. O depoimento a seguir discute a formação da entidade:

A escolha foi como eu lhe falei. Eram quinze membros, dentro da área todinha da Aerolândia, no caso o Dejacir, a Maria Cabral, muita gente participaram. Houveram várias assembléia geral junto com o serviço social do município, aonde foi escolhido o presidente, que no caso fui eu que ganhei. E dentro desse presidente, com esse presidente eleito, aí foi escolhido os membros da diretoria dentro desses 15. Aí, dentro desses 15 que foi escolhido a diretoria, precisava que cada um tivesse com seu nome, como é que se diz, totalmente em dias né, de SPC, de Serasa, tudo, pra fazer parte da diretoria [...] A Jaqueline ela a Sociedade Comunitária por ter a maior parte das 403 famílias foi quem fez o convênio com o município. A Jaqueline nos ajudou a coordenar os trabalhos dentro das 67 família dela. Ela fez o trabalho da construção das 67 famílias dela, tava coordenando, mas o gerenciamento era da Sociedade Habitacional (entrevista 13).

A exigência da criação de uma nova entidade no espaço do bairro trouxe disputas e divergências políticas, contribuindo para fragmentar o movimento dos moradores. Expressa, além disso, novas formas de interlocução entre os movimentos e o Estado, configurando temática discutida em diversos estudos elaborados. Alguns apontam uma via de mão dupla nesse processo, a partir da qual seriam promovidas alterações em ambos os lados do campo de força. Os movimentos apresentam certa ambigüidade em relação ao Estado: ora de “costas”, numa postura de enfrentamento, ora exigindo participação direta na condução das políticas. O próprio Estado vê-se ante a necessidade de modificar sua conduta, saindo da mera função de garantidor da acumulação capitalista e interferindo na forma de organização associativa. Segundo Diógenes,

Com a articulação da sociedade civil e diante da nova natureza das demandas, o Estado é compelido a complexificar-se, traduzindo-se num terceiro sujeito: as instituições estatais. As instituições estatais, através das políticas sociais, aparecem não apenas como cooptadoras e manipuladoras dos movimentos, segundo algumas análises de caráter mais simplista, mas também com a finalidade de criar canais de comunicação, controladores dos movimentos (in BRAGA e BARREIRA, p. 128).

A consolidação do Renascer expôs novas configurações no Dias Macedo. Ouvia-se com freqüência os moradores mais antigos referirem-se às pessoas que passaram a residir no conjunto como “os de fora”. Por algum tempo, o Renascer assemelhava-se a um núcleo isolado, cujo contato com as demais áreas do bairro era limitado. Não obstante, pouco a pouco foi sendo integrado. Alguns moradores do conjunto venderam suas casas e moradores antigos passaram a habitá-lo. Em termos políticos, o conjunto guarda profundas marcas da ligação

com o poder municipal, sobretudo na atuação de algumas lideranças, cuja prática política remete ao clientelismo, à troca de favores.

Além dessas questões, o bairro teve um acréscimo populacional expressivo com a vinda das quatrocentas famílias, exigindo melhores serviços de transporte, ampliação das vagas nas escolas, maior capacidade de atendimento no posto de saúde, saneamento básico, dentre outros. A paisagem do bairro sofreu profundas alterações que causam estranhamento, especialmente para ex-moradores, conforme atesta o depoimento anteriormente descrito. Ainda assim, simboliza as repercussões da atuação dos movimentos no espaço do bairro.

Pouco tempo após a construção do Conjunto Renascer, uma outra ocupação de terreno se faz notar no bairro. Dessa vez são centenas de famílias, 1.750, mais precisamente, que, na madrugada do dia 27 de agosto de 1994, ocuparam uma grande área situada entre o Residencial Napoleão Viana e a 10ª Região Militar de Subsistência do Exército. Era então uma área particular, pertencente aos proprietários da Construtora Arcos Engenharia, e fora escolhida em função do interesse de parcela considerável dos ocupantes em permanecer no bairro, já que muitos ali residiam em casas alugadas ou de parentes. À frente estava Iolanda Bizerra, à época conselheira tutelar³⁷ da cidade. Poucos meses antes, esta era contrária às ocupações de terra. Mas, diante do déficit habitacional, das dificuldades para o pagamento de aluguel enfrentada por muitas famílias e tendo em vista sua vivência como pesquisadora popular da ONG Cearah Periferia, tomou a frente e reuniu os moradores para a ocupação do terreno. Iolanda é filha de Dona Rosa Bizerra, a primeira presidente da Associação dos Moradores do Dias Macedo. A ocupação é assim descrita por ela:

Dia 27 de agosto de 94, nos reunimos e combinamos ocupar às cinco da manhã o terreno em frente ao Exército. Eu estava no meio, não consegui dormir a noite toda, estressada, com medo que a polícia botasse a gente pra correr e eu sabia que a primeira chibatada, quem ia levar seriam as lideranças. Mas fomos lá, cada um tinha que levar alguma coisa, uma faca, uma coisa pra cortar o mato. Chegando lá, de madrugada, já tinha uma dez mulheres. Dentre elas, havia a Dona Francisca Rodrigues, uma sócia da associação (...) Uma vez lá, passaram meia hora, e cada vez estava chegando mais gente, cada vez mais, até que seis horas da tarde, já tinha mais de duas mil pessoas! Era incrível a quantidade de pessoas. Não teve realmente

³⁷ O Conselho Tutelar surgiu com a Constituição Federal de 1988, que incluiu os direitos da criança e do adolescente, definidos nos artigos 227 e 228 da carta magna. Estes foram regulamentados pela Lei Federal 8069/90, de 31 de julho de 1990, que dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente. O Art. 131 do referido estatuto define o Conselho Tutelar da seguinte forma: “O Conselho Tutelar é órgão permanente e autônomo, não jurisdicional, encarregado pelo cumprimento dos direitos da criança e do adolescente, definidos nesta lei”. A escolha dos conselheiros é por voto direto. Iolanda Bizerra foi a primeira liderança comunitária a assumir a função de conselheira tutelar da cidade de Fortaleza, recebendo margem expressiva de votos no bairro Dias Macedo. Atuou em dois mandatos consecutivos até o ano de 2004.

critérios, era impossível recusar gente (Depoimento de Iolanda Bizerra In CABANES, 2002. p. 231).

A ocupação, que veio a se chamar Aqui Fico³⁸, significou uma longa e difícil luta por moradia. Os ocupantes enfrentaram muitos problemas; o lugar era um enorme matagal, cuja limpeza para a construção dos barracos foi acompanhada da presença incômoda de insetos e cobras. Permanecer meses a fio sob lonas quentes e papelão tornou-se um poderoso obstáculo para as famílias, que, ao mesmo tempo, tiveram de se confrontar com as críticas de moradores do Residencial Napoleão Viana, ocasionando alguns momentos de conflitos. Algumas das barracas foram construídas encostadas nos muros dos quintais das casas do Residencial, o que irritava profundamente seus moradores, que reclamavam dos esgotos a céu aberto, do acúmulo de lixo e, muitos, inclusive, de terem ao lado de suas residências uma paisagem marcadamente pobre. A imagem do favelado como marginal fez órbita na forma de pensar de alguns moradores, que vislumbraram com preconceito e discriminação os ocupantes de terrenos. Não queriam ao lado de suas casas uma favela, capaz de desvalorizar seu local de moradia, pondo em risco a segurança das famílias diante do que julgavam “ladrões e todo tipo de gente”. Essa imagem depreciativa teve momentos de maior divulgação pela mídia, especialmente nas décadas de 1970 e 1980, quando o problema das favelas e loteamentos clandestinos na cidade tornou-se crônico.

Entretanto, os ocupantes obtiveram importantes conquistas, apresentando criatividade na solução dos problemas iniciais, para o que contaram com a ajuda de alguns moradores do próprio bairro. Um desses problemas referiu-se à existência de pessoas desconhecidas entre as famílias, o que trazia certa preocupação às lideranças. Estas organizaram, como medida de segurança, um rodízio na vigilância do lugar. Paralelamente, promoviam reuniões diárias, quando eram avaliadas e planejadas as ações. Esse debate diário dos problemas e a busca constante de soluções resultaram no acúmulo de experiência e na capacidade de negociação, seja com o poder público ou com instituições voltadas à problemática social. Esse fato redundou na conquista de uma parceria com o Comitê dos Funcionários da Caixa Econômica Federal, favorecendo a doação de cestas básicas, bem como a construção de um galpão comunitário e de uma casa onde foi implementada educação para crianças e adultos. Pouco a pouco o espaço foi sendo transformado, adquirindo feições renovadas à custa de esforço e luta (ver figura 10).

³⁸ Referência a uma outra ocupação ocorrida em Recife com este mesmo nome.

Figura 10: Barracão da Ocupação Aqui Fico.



Fonte: Sociedade Comunitária Habitacional Terra Nossa, 2001

Até a conclusão das casas seguiram-se resistência a expulsões e sofrimentos por parte das famílias. Foram necessárias inúmeras reuniões e audiências com técnicos do governo, inicialmente do município, findando com o governo do Estado. Cadastraram-se trezentas famílias, das 1.750 do início da ocupação. Os moradores contaram com o apoio da Associação dos Moradores do Bairro Dias Macedo, da qual a líder comunitária Iolanda ainda hoje faz parte. Todavia, o governo exigiu a formação de uma outra entidade para as negociações e gestão do mutirão. Surgiu então a Sociedade Comunitária Habitacional Terra Nossa, em substituição ao antigo nome Aqui Fico. O Conjunto Habitacional Terra Nossa foi inaugurado no dia 15 de fevereiro de 2002, após oito anos de luta e importantes conquistas, tais como a formação de grupos esportivos culturais e a Creche Comunitária Terra Nossa (ver figuras 11 e 12).

Figura 11: Ocupação Aqui Fico – Luta por Moradia



Fonte: Sociedade Comunitária Habitacional Terra Nossa, 1998

Figura 12: Conjunto Habitacional Terra Nossa – Conquista das Casas.



Fonte: Amora, Zenilde Baima, 2002

Notava-se nos movimentos um germinar de reivindicações com alguns momentos de conflito com o Estado e outros em que estas lutas refluem. Demandas passadas permaneceram na pauta de discussão, nos anos 1990, como a pavimentação e drenagem de ruas, a ampliação da frota de ônibus, a criação de nova linha interligando o bairro ao terminal de ônibus localizado na Parangaba, a carência de áreas de lazer, além dos problemas de segurança e moradia. Em síntese, problemas de uma urbanidade incompleta³⁹, atravessada por carências básicas relativas à mobilidade, ao saneamento básico, ao lazer, com interferências na qualidade de vida dos moradores.

É de se frisar que, em 1994, alguns líderes locais participaram de um encontro em Brasília, no qual se discutiu o problema da moradia. Aliás, os encontros, seminários, cursos, enfim, a troca de experiências e a capacitação das lideranças passaram a ser uma característica dessa nova conjuntura. Para tanto, o papel das Organizações Não Governamentais (ONGs) foi decisivo. Estas facilitaram o intercâmbio de experiências em outros países, como França e Índia, mudanças que acenavam posturas diferenciadas na condução dos movimentos, os quais não se expressam com as mesmas características, nem imprimem igual poder de pressão, mas se fazem presentes e alteram a própria espacialidade da cidade, em sua luta por cidadania, pelo direito à cidade.

A atuação das ONGs envolve, ao mesmo tempo, sua própria legitimidade perante as entidades e grupos os quais apóia e aqueles dos quais obtém recursos necessários a sua sobrevivência enquanto instituição. Denota uma relação em que múltiplos interesses estão em jogo, distanciando-se de uma perspectiva que as aborda sob um ponto de vista ingênuo ou biunívoco. Atualmente, ante a necessidade de apresentar resultados concretos de sua intervenção para a continuidade no repasse de verbas e mesmo para o estabelecimento de novas parcerias. A transparência no agir torna-se indispensável. Traduz-se, assim, um duplo movimento: ao mesmo tempo em que assessoram e apóiam as entidades comunitárias, os movimentos sociais, legitimam-se diante de sua própria atuação.

³⁹ O conceito “urbanidade incompleta” refere-se, na presente pesquisa, a uma urbanização que se processou sem urbanidade. Isto é, “ a ausência de um amadurecimento das relações políticas e sócio-culturais no urbano, compatível com o agudo grau de urbanização do Brasil nas últimas décadas. Até pelo contrário, talvez possamos dizer que é sobretudo na qualidade de vida urbana, em suas condições materiais e sociais, que mais clara e rapidamente pode ser apreendida a incongruência histórica do desenvolvimento brasileiro, expresso um hibridismo entre formas e práticas sociais reprodutoras de padrões internacionais de consumo e exclusões radicalizadas” (RIBEIRO, apud RODRIGUES, 1998, p. 107)

O bairro ampliou-se e viu surgirem novas ocupações em áreas insalubres e sem qualquer infra-estrutura. Uma dessas ocorreu em 1997, tendo como resultado a comunidade Reviver (ver figura 13). A ocupação, diante da escassez de áreas livres no bairro, escolheu um espaço situado por trás do Centro Integrado de Educação e Saúde (CIES), onde se localizam as fossas do Residencial Napoleão Viana.

Figura 13: Ocupação Reviver.



Fonte: Silva, Daniele Costa da, 2003

As famílias eram compostas basicamente por mulheres, muitas das quais mães solteiras ou separadas. O depoimento seguinte relata o momento da ocupação:

E nós, na nossa frente nós vimos que a nossa única saída era ficar atrás do fundo correspondente do CIES, onde só tinha mato e fossa. Aí, isso era mais ou menos às duas horas da manhã, todas na minha calçada e o grupo crescendo, o grupo crescendo, em vez de 13 eu já estava com 20 e dessas 20, 15 se posicionaram que o dia já estava amanhecendo, isso foi uma madrugada de sábado pra domingo no dia 27 de julho de 97, sábado pra domingo, 10h e meia, dez e quarenta. Duas delas e o marido de uma delas disse: “não temos outra saída, vamos capinar esse mato que tem aqui, derrubar esse restante de arames da cerca, arame farpado já bem velho, e vamos nos acolher aqui, não temos mais pra onde ir. Se nós formos pros locais onde tem muita gente vamos ser violentados e somos poucos e ali ninguém vai mexer com a gente, só queríamos que você não abandonasse nós”. Aí eu fui nesse dia que eles tomaram a decisão, acompanhei, fiquei perto deles, vi eles desmatando (Entrevista 25).

A Ocupação Reviver, constituída legalmente como Sociedade Comunitária Habitacional das Mulheres de Fortaleza, é composta por setenta barracos, nos quais habitam,

majoritariamente, mulheres e crianças há quase sete anos. Alguns barracos estão construídos sobre fossas, lama e uma fedentina insuportável. Nos períodos de intensas chuvas a comunidade, cujos barracos avolumam-se sem ordenamento, sofre com a lama e com excrementos que os adentram, provocando muitas doenças. Sem outra alternativa, as famílias se vêem compelidas a permanecer numa área sem qualquer infra-estrutura, numa condição subumana.

Esta, aliás, tem se constituído a realidade de muitos moradores das chamadas “áreas de risco”, sujeitos aos chamados riscos ambientais, como os alagamentos e a permanente insegurança diante dos riscos à saúde e de expulsão dos locais, já que as ocupações não são regularizadas. Vale destacar que o termo “área de risco” comporta algumas contradições evidenciadas na sua utilização. Em geral, as áreas de risco são definidas como aquelas sob risco ambiental e social marcantes, tais como encostas de morro, beiras de córregos e áreas de alagamento. Entretanto, essa terminologia sofre alterações em função da classe ou segmento de classe que ocupam essas áreas. A ocupação da várzea do rio Cocó e seu mangue, em Fortaleza, por exemplo, oscila entre “área de risco” e “área nobre”. Quando ocupada por famílias predominantemente pobres, é tratada como “área de risco”; quando seu mangue é arrasado e transformado em mercadoria e componente de paisagem para a construção de edifícios para a classe média ou o Shopping Iguatemi é “área nobre”.

Mesmo no Dias Macedo observa-se esa dualidade de sentidos quanto às áreas de risco. A comunidade Boa Vista, localizada às margens do Rio Cocó, é oficialmente denominada área de risco. Enquanto o Makro, estabelecimento comercial situado a poucos metros da referida comunidade teve sua construção legitimada por relatórios de impactos ambientais. A construção do Makro aterrou considerável parcela da zona de alagamento do rio, agravando a problemática das enchentes no bairro, conforme será discutido em capítulo ulterior.

Vislumbravam-se, por outro lado, disputas políticas acirradas entre os dirigentes da Ocupação Reviver e do Conjunto Renascer, comunidades vizinhas. Os líderes receberam apoio de políticos de partidos distintos que atuam na área e buscavam ampliar seu poder de influência e a somatória de votos nos pleitos do município. As disputas seguiram-se a agressões verbais e físicas e as áreas foram sendo, de certo modo, territorializadas pelas entidades e respectivos líderes. Esse fato aponta para a fragilização e o fracionamento das ações das entidades comunitárias no interior do bairro. O Movimento, antes centralizado na

Associação de Moradores, fragmentou-se em várias entidades, com interesses distintos e condução diferenciada das reivindicações. Percebe-se ser esta uma realidade não limitada ao bairro, mas a um novo quadro político, social e econômico vivenciado no país.

Além dessas entidades originadas a partir da luta por moradia, alguns grupos culturais passaram a atuar no bairro. A participação desses grupos, alguns formalmente constituídos, aponta para o que Rodrigues (2000, p. 100) discute, em dissertação sobre o Bairro Prefeito José Walter, a respeito de uma esfera que mesmo não restrita à política, não se desvincula da mesma. Outras instâncias da vida fazem-se presentes e findam por assumir uma conotação política, ainda que apresentem objetivos precípuos vinculados à cultura. Assim, observam-se, no Dias Macedo, bandas de música, grupos de capoeira, de dança e de teatro, como a importante Companhia. Prisma de Artes, responsável pela formação de muitos jovens ao longo de mais de duas décadas de existência.

A Companhia. Prisma ou o Grupo de Teatro, como é conhecida, atua não apenas na produção de espetáculos teatrais e de dança, mas na promoção da mais famosa quadrilha junina do lugar, além de ter contribuído para a formação do Movimento Casarte (Cf. discussão da pág. seguinte). O GT, como costuma ser denominado, surgiu em 1984 pela iniciativa de jovens ligados à Igreja Católica, na função de catequistas, que resolveram encenar peças de teatro. No princípio, as representações artísticas giravam em torno de temas religiosos, compondo mesmo momentos da liturgia das missas. Porém, alguns membros inseriram-se em cursos de teatro profissional e passaram a assumir uma postura diferenciada. Contribuiu nesse processo a participação em festivais de teatro em municípios do interior do Estado, quando outras relações sociais e formas de perceber foram sentidas e questionadas. Isso afastou o grupo da Igreja, e este passou a enfocar temas ligados à realidade do bairro, da cidade e da própria juventude. Questionavam nas encenações a opressão, a violência, a repressão e assumiram de forma marcante um espaço de sociabilidade dos jovens da época, seja no teatro ou na quadrilha do GT.

O grupo de teatro contou com o apoio do Centro Social, onde realizava suas reuniões e ensaios, tendo aprovado junto ao UNICEF um projeto de formação de multiplicadores culturais, uma escola de arte, então denominado Despertar para a Arte, o qual funcionou na Escola Antonio Dias Macedo, com oficinas de arte para crianças e adolescentes. Essa experiência foi pioneira na história do bairro ao contribuir para a constituição do Movimento Casarte – Casa de Arte na Periferia. No bairro, já havia vários jovens envolvidos

com atividades culturais e essa efervescência cultural estava praticamente isolada num e outro canto do bairro. O Casarte agregou essas pessoas em torno não apenas de fazer arte de forma integrada, mas fazer diferença, disseminar, incentivar, despertar e apontar caminhos novos.

O Casarte surgiu no final do ano 2000, mas houve um movimento anterior, denominado Pazarte, o qual se caracterizou pela elaboração de painéis enfocando a problemática das drogas, que vinha provocando mortes entre os adolescentes, conforme frisa o depoimento:

O objetivo da gente era expandir as artes, tanto plásticas, como cênicas e musicais. Trazer os jovens, tirar das drogas, mais assim num nível de ressocialização até, jovens aqui da comunidade. E também de juntar um grupo e fazer assim um fortalecimento da cultura dentro de Fortaleza, o Dias Macedo sendo um topo, ou sendo um inicial desse projeto. A idéia era que o Projeto Casarte fosse um projeto que desse a entender pra outros grupos também crescerem e cada bairro ter um setor de cultura. A gente queria lutar sempre assim pela questão da cultura na comunidade. Se ter um centro cultural dentro da comunidade, poder trabalhar a cultura com os jovens né. Então, a idéia, quando o Daniel lançou o projeto, era essa, de pessoas que queriam dar oficinas pra pessoas que já sabiam fazer ou queriam fazer o curso, juntar um grande grupo, a idéia dele sempre foi juntar um grande grupo; e esse grande grupo começar a atuar dentro das periferias, fazendo um intercâmbio cultural dentro das comunidades, a idéia do grupo sempre foi essa (Entrevista 26).

O movimento não se institucionalizou. Sua atuação foi reveladora de iniciativas inovadoras por parte de jovens que dedicavam parte de seu tempo ao desenvolvimento de oficinas para crianças e adolescentes, seja pintura, desenho, violão, teatro ou grafite, contribuindo para a elevação da auto-estima, aspecto sensível, sobretudo, para jovens. O material utilizado provinha de doações e mesmo do esforço individual dos integrantes do movimento. Realizavam, mensalmente, na praça central do bairro, um evento cultural, contando com apresentações culturais de música, recital de poesia, exposição de painéis, artes cênicas e dança. Além disso, o Casarte promoveu dois fóruns envolvendo artistas de outros bairros, inclusive integrantes do Movimento Hip Hop e intelectuais das universidades que discutem a cultura – fóruns de debate sobre a cultura na periferia e o papel transformador que esta assume na realidade atual (ver figura 14).

Figura 14: Painel do Movimento Casarte no muro que demarca a área institucional da Base Aérea



Fonte: Silva, Daniele Costa da, 2003

Por meio da arte, estabeleceram-se discussões sobre a cidade e as disparidades no acesso aos serviços e bens simbólicos e culturais. A discussão trazida à tona por jovens artistas de um bairro periférico como o Dias Macedo revela as profundas desigualdades da cidade e o acesso restrito às oportunidades não apenas de trabalho, mas de produção e incentivo à cultura. Indicam uma crítica à apropriação de uma cultura e de valores que dizem respeito a alguns grupos, os mesmos que dispõem de espaços bem assistidos e dotados de toda infra-estrutura de comércio e serviços. O Casarte trouxe um debate sobre o ambiente periférico da cidade, revelando um olhar diferenciado do morador da periferia, cuja imagem ou auto-imagem exprime um caráter muitas vezes depreciativo. Indicou formas diversificadas de se debater o bairro, buscando um resgate da História e um intercâmbio com outras experiências que vinham ocorrendo no espaço da cidade.

Ao se destacar o sentido de periferia, não se quer, com isso, corroborar divisões ou assumir uma posição bairrista, mas expor que a cidade apresenta diversificadas facetas e contradições. O Casarte expressa a construção de novos valores, calcados na arte, na alegria e no prazer de fazer algo definidor de uma identidade de bairro. O movimento enfoca o que

Souza (2000, p. 175) discute como “dimensão da resistência” que a cultura assume na periferia. Segundo o autor, uma postura arrogante de alguns intelectuais vislumbra como algo secundário setores ou aspectos da vida ligados ao prazer, ao lazer, como as festividades e os desfiles cívicos. Essa postura impede a percepção da relevância assumida pela cultura em suas mais diversas formas e expressões, enquanto canalizadora de resistência e questionamentos de outros enfoques e temas.

Nessa perspectiva, o Casarte promove, desde 2002, o pré-carnaval do Dias Macedo, quando sai animadamente nas ruas o Bloco Mata Galinha, uma alusão lúdica às origens do bairro (ver figura 15). O Bloco percorre as ruas com um boneco em forma de galinha e uma banda de música, entoando marchinhas tradicionais do período momino, arrastando muitos moradores que sorriem e aplaudem a festa.

Figura 15: Integrante do Bloco Mata Galinha.



Fonte: Silva, Daniele Costa da, 2003

Assim, sem expressar claramente um cunho político, o movimento, nos seus poucos anos de existência, indica novidade na condução e forma de discutir questões relevantes não apenas para o bairro, mas para o entendimento da cidade. Esse jeito de mobilizar e promover mudança não se coaduna com a prática de antigas entidades, como a

própria Associação de Moradores. Tal aspecto é mencionado da seguinte forma por um integrante do Casarte:

O Raimundo sempre falou com a Gorete a questão da revitalização da Associação, deixar de fazer as reuniões dentro da Associação e ir pras esquinas, levar uma caixa amplificadora, pedir permissão na casa pra ligar, botar o microfone, chamar o povo pra rua e o movimento apoiava se ela tivesse a fim disso, pra gente chegar junto com ela e fazer um trabalho com a comunidade e tudo e de revitalização mesmo, de chamar a comunidade pra associação. Ela sempre quis deixar no papel e o movimento foi bem claro nesse sentido, porque ia ajudar a Associação quando a Associação quisesse ser ajudada. A gente só ia ajudar a Associação quando ela quisesse se ajudar, se autopromover. E a gente queria fazer oficinas lá, já pra ajudar a Associação, pra levar o pessoal pra lá. só que pra isso, ela quebrava uma regra que o movimento nunca quis, ela queria que pra gente dar oficina lá os pais dos alunos se associassem e a gente colocou pra ela isso que se for pra eles contribuírem com um, dois reais, o que seja, a gente queria que fosse revestido em material para o movimento[...]. Ela chamou a gente pra quatro reuniões, oito integrantes em quatro reuniões e nas quatro reuniões ela bateu na mesma tecla. O movimento bateu na mesma tecla: ‘no dia que você mudar de postura, de opinião, a gente tá dentro da Associação’ (Entrevista 26).

São compreensões distintas sobre ser movimento e como este deve ser conduzido, ao mesmo tempo em que desvela marcas de um passado arraigado em algumas condutas e posturas expressas na associação, na necessidade de agregar novos sócios, o que, em alguns momentos, os distancia.

O Casarte marca um repensar as práticas e temáticas da contemporaneidade sem perder de vista questões básicas. O movimento anuncia-se cultural, não político, mas faz emergir questionamentos de cunho político. Entretanto, os jovens não conseguem manter os apoios para a compra de material e alguns se afastam para outras atividades relativas à sobrevivência, ao trabalho. O movimento sofre um refluxo das atividades, reforçado pela saída de um dos principais líderes para a Itália, onde estuda artes plásticas. Contudo, ainda assim expõe mudanças e redirecionamentos.

Nesse processo de organização e surgimento de novas entidades e formas associativas, os moradores contam com o apoio de ONGs, como o Cearah Periferia, por meio da promoção de projetos, como o Nosso Bairro⁴⁰, que viabilizou a formação do Centro de Recursos, no espaço da velha lavanderia comunitária, a qual já fora fruto de uma luta da Associação, mas foi posteriormente desativada. O novo espaço dotou a Associação de

⁴⁰ O Projeto Nosso Bairro é realizado pela ONG Cearah Periferia, com apoio do Homeless International e da Universidade Estadual do Ceará (UECE). A proposta do referido projeto consiste em “organizar nas entidades comunitárias espaços físicos para elaboração e realização de projetos de desenvolvimento local, articulando os bairros em rede, via Internet, para intercâmbio de experiências e reforço de propostas populares”. O Plano de Diretrizes Urbanísticas do Bairro Dias Macedo é fruto deste projeto (Plano de Diretrizes Urbanísticas do bairro Dias Macedo, 1999, p. 04).

Moradores de equipamentos como computador e impressora, além de possibilitar a transferência dos livros da biblioteca comunitária para a sede da Associação. A biblioteca, como se discutiu no início deste estudo, representou um elemento imprescindível para a organização dos moradores.

Outro aspecto relevante diz respeito à rádio comunitária, hoje situada na Associação dos Moradores do Dias Macedo. Esta simboliza um veículo fundamental de informação e divulgação. A rádio⁴¹ funcionava na Assembléia de Deus, com programação completamente voltada para a religião. Hoje, com nova sede, ampliou o foco da programação, a qual inseriu temas políticos e os esportes, sempre presente e apreciado pelos moradores. O horário do programa esportivo é acompanhado de inúmeras pessoas que vão discutir e ver de perto a transmissão. Os clubes esportivos, aliás, nunca deixaram de existir no bairro; ao contrário, expandiram-se para comunidades vizinhas. Além disso, são realizadas entrevistas com personalidades políticas do movimento popular e mesmo profissionais sobre temas de interesse coletivo. A rádio presta serviços à comunidade, sendo uma importante conquista dos moradores.

Em resumo, ampliou-se o espaço habitável, expandiram-se os estabelecimentos comerciais e de ensino, as más condições de vida agravaram-se juntamente com o desemprego. Ainda que se distingam moradores com padrões de renda característicos de classe média, a grande maioria vive de subemprego, na informalidade. Questões infra-estruturais básicas foram alcançadas, como abastecimento de água e energia elétrica, mas o saneamento parece um sonho distante de ser concretizado. Além disso, a localização do Dias Macedo e os grandes equipamentos urbanos, como o Aeroporto e a subestação da Companhia Energética do São Francisco - CHESF, dentre outros que vieram a se instalar no seu entorno, trazem para o palco dessa discussão novas configurações espaciais, com graves implicações ambientais. Mas ainda se percebe um caminhar incessante dos moradores no sentido de conquista, mesmo que sinuoso e diversificado.

Todavia, a atuação das entidades associativas⁴² no interior do bairro desvela outras nuances e acirrados conflitos. Disputas e propostas político-ideológicas diferenciadas perpassam o universo democrático. A democracia, que no Brasil representa uma bandeira de

⁴¹ A Rádio surgiu há sete anos, com o nome de Rádio 100% Jesus. Atualmente, denomina-se Rádio Comunidade.

⁴² Entidades oficialmente registradas que atuam no bairro: Associação dos Moradores do Bairro Dias Macedo, Sociedade Habitacional Comunitária Renascer, Sociedade Habitacional Comunitária Terra Nossa, Sociedade Comunitária Habitacional das Mulheres de Fortaleza (Reviver), Associação Comunitária Cintura Fina.

luta dos vários movimentos sociais ao longo de décadas, mostra percursos tortuosos. A vivência democrática envolve disputas, algumas acirradas, em especial quando interesses individuais sobressaem-se no jogo político. A disseminação de entidades pode não significar fortalecimento do poder de pressão e mobilização comunitários, promovendo, ao contrário, uma fragmentação das ações em torno de questões dispersas e pontuais. Difere sensivelmente da origem dos movimentos e de seu caminhar no sentido do intercâmbio, do unir forças em torno de demandas comuns.

As dificuldades que os movimentos enfrentaram, especialmente a partir dos anos 1990, são sentidas no cotidiano das entidades e nas formas de mobilização. Agregar moradores para as lutas tem se constituído um desafio colossal. As exigências da vida moderna marcam a rotina do cidadão, em um mundo da especialização, do trabalho, da sobrevivência, principalmente para aqueles cuja renda é inferior ao mínimo condizente a uma vida digna. São tempos de globalização, de exacerbação do consumismo, da cultura massificada, da informática e comunicação acelerada; novos tempos que imprimem a marca do individualismo e da exclusão de parcelas consideráveis de pessoas dos benefícios conquistados com as novas tecnologias. Nos espaços periféricos das grandes cidades, em especial, as marcas desse processo são sentidas no agravamento das condições de vida, no subemprego, na ampliação do mercado informal de trabalho. Raras são as oportunidades de trabalho e inúmeras as exigências para nele ingressar, relegando muitos aos chamados “bicos”, tal qual se observa com frequência no bairro em questão. Além disso, a descrença diante das instituições políticas faz arrefecer a vontade e o desejo de mudar e lutar pelas vias legais ou por meio das entidades comunitárias. Os depoimentos que seguem referem-se às dificuldades sentidas pelas lideranças no interior do bairro:

Aí veio a era Tasso, a pior das eras. Ele comprou todas as entidades! Ele comprou todas as entidades! Então, por exemplo, hoje pra você lutar por uma causa nobre a nível nacional é difícil reunir porque o povo tá atrelado aos governantes! Eles injetam naquelas entidades que são dele e o restante ele deixa de lado. Aí, por exemplo, a Federação de Bairros, que é a entidade que engloba todas as associações de Fortaleza, antigamente ela botava até mil pessoas na rua! Naquele tempo o pessoal sabia que tinha de se unir pra lutar, pra defender seus direitos. Hoje, ela não consegue colocar mais nem 300 pessoas. Porque esse pessoal tá atrelado e não pode nunca lutar contra o governo porque é do governo que eles recebem pra fazer alguma coisa. É muito difícil fazer movimento comunitário hoje. Naquele tempo nós tínhamos o que?, fazia uma manifestação do Lata Vazia e colocar duas mil pessoas aqui lutando por uma causa só era fantástico! Hoje a gente luta aqui pra fazer um grande abaixo-assinado pro pessoal vir pra praça, fazer uma manifestação pela praça, num aparece ninguém! Também o pessoal começou a se acomodar também. Começou também a desacreditar também nos governantes (Entrevista 16).

É, o que eu vejo, o nosso bairro, nós temos a Associação dos Moradores do Dias Macedo, temos a Associação Cultural Cintura Fina, a Associação Habitacional Renascer, a Associação das Mulheres Reviver e a Associação Habitacional Terra Nossa e ainda tão fazendo uma outra Associação Habitacional Reviver pra derrubar a outra Reviver. Uma separou, juntou outra. Então, eu vejo seis associações dentro do nosso bairro e não vejo luta. Assim, porque se são seis associações era pra gente junto procurar. Mas é como eu tô lhe dizendo, o que uma tá fazendo a outra derruba, a outra procura derrubar, não há a união, não tem. Você vê que essas associações todinha trabalhasse mais procurando cursos... Nós temos a nossa associação aí que eu sempre digo pra os meninos, que eu não faço parte da associação mesmo daí e eu sai porque eles não aceitam trazer cursos gratuitos da prefeitura aí pra dentro, porque eles acham que se trouxer eles vão estar presos à prefeitura (Entrevista 21).

Os depoimentos denotam perspectivas distintas nas ações dos movimentos, bem como as modificações provocadas e sentidas nas formas de interlocução com o Estado. Este deixa de ser o inimigo comum contra o qual se tinham as estratégias na busca de solução dos problemas. Hoje, o Estado surge como “parceiro”. As demandas são definidas pelos órgãos do governo, que findam por absorver algumas das demandas dos movimentos. Muitas lideranças vêm com desconfiança a aproximação com a esfera pública de decisões e temem a cooptação. Outras vislumbram a concretização de ações e solução de problemas atinentes à realidade do bairro, o que gera alguns conflitos e divergências internas às entidades.

Nesse contexto, a mobilização perde poder de pressão, sobretudo em termos de definição de demandas. Observa-se a dificuldade de mobilização em torno de lutas com caráter mais generalizante e a fragilidade da perspectiva segundo a qual os movimentos sociais teriam autonomia ante o Estado. Na verdade, frente às novas relações travadas com este, as ambigüidades tornam-se mais evidentes, denotando, segundo Doimo (1995, *passim*), uma posição liminar que os movimentos ocupam entre o Estado, o mercado e a cultura, apontando para seu caráter social heterogêneo, caminhando ora no sentido de uma recusa às ações do Estado, ora na busca de integração na definição de políticas e operacionalização de projetos sociais.

Vale realçar que o atual momento envolve um repensar dessa relação nem sempre harmoniosa com o Estado, bem como representa uma conjuntura na qual se exige dos movimentos uma postura propositiva mais concreta. A discussão na elaboração de políticas públicas, a participação nos conselhos da sociedade civil, surgidos com a Constituição de 1988, a própria gestão de programas e projetos sociais, trazem experiências e desafios aos movimentos, principalmente no sentido da capacitação das lideranças. Implicam, em outros termos, uma postura diferenciada e a necessária clareza do atual papel assumido pelos movimentos e formas de organização coletiva, com vistas a dar respostas condizentes com o

contexto político, bem como evitar uma atuação conduzida, definida de antemão pelo Estado, sem que se tenha participação efetiva.

Os desafios postos aos movimentos são inúmeros. A complexificação da vida urbana e, especialmente, a problemática ambiental acarretada por uma urbanização que, além de excludente, tem se pautado na destruição sistemática do ambiente natural, conduz a novos enfrentamentos. No Dias Macedo, os moradores vivenciam o agravamento dessas questões, haja vista a implantação de equipamentos urbanos de grande porte no seu entorno, com a autorização do Estado. Diante dos problemas ambientais provocados e das alterações na configuração sócio-espacial ocasionadas torna-se relevante uma abordagem dessas questões, bem como da atuação do poder público nesse processo.

3.3 Dias Macedo e o entorno: o progresso passa ao lado

Ao longo da trajetória de luta dos moradores do bairro Dias Macedo, percebe-se uma imbricação entre as questões políticas, sociais e ambientais. Foram demandas básicas de um espaço inserido no ambiente urbano periférico da cidade de Fortaleza que se tornaram reivindicações e mobilizaram os moradores em diversas manifestações e protestos. Desde a luta pela água à busca de acesso à cidade, dado o peculiar confinamento que por longos anos caracterizou o bairro, vislumbra-se a relevância dos movimentos sociais na produção do espaço, que tem merecido atenção esporádica do poder público. A mobilização dos moradores tem sido fundamental, especialmente diante de ações perpetradas tanto pelo Estado como pela iniciativa privada, com sérias implicações ambientais.

O descaso do poder público nos espaços periféricos da cidade é notório. No Dias Macedo, observa-se o escoamento de esgotos a céu aberto. O saneamento básico, foco de tantas mobilizações dos moradores, ainda não se fez realidade em todo o bairro. Saneamento básico que, segundo Souza (2000, p. 122), representa uma questão urbana primária e, ao mesmo tempo, uma discussão ambiental, pois que se refere à salubridade do ambiente, envolvendo aspectos como a coleta domiciliar do lixo e as formas de esgotamento sanitário. A única área servida por rede de tratamento de esgotos no Dias Macedo é o Conjunto Renascer. Porém, o Renascer situa-se num terreno cujo declive, mesmo leve, favorece o escoamento das águas e esgotos de outras áreas do bairro, o que provoca os mesmos problemas para os

moradores, que enfrentam a fedentina e o risco de doenças trazidas pela água poluída, que escorre pelas ruas do conjunto.

Mesmo a drenagem das vias, também presente nos abaixo-assinados das associações, não se efetivou, à exceção do Papoquinho, onde os moradores conseguiram, com organização e luta, solucionar o problema que por muitos anos os afetou diante do constante alagamento das ruas. A área é caracterizada pela presença de “baixios”, como os moradores denominam os espaços permanentemente alagados, o que acentuava o problema. Sobre essa organização, relata um morador, membro da Associação de Moradores do Dias Macedo:

Hoje lá no Papoquim todo mundo sabe que se aquela hoje é uma área drenada mesmo, drenada, o Papoquim não sofre mais com problema de alagamento, essas coisas não. Você vê que com esse chuveiro todo aí não afetou porque foi muito bem feito! E foi uma briga grande da gente mesmo. Talvez tenha sido o único momento que não apareceu mesmo um político dizendo “fomo nós”, porque a briga já foi tão direta e aí eu tive uma participação grande porque até com o engenheiro da firma que queria fazer de um jeito tipo calha na beira da rua continuando correndo e eu juntei os moradores lá na hora e a gente tinha a planta, acho que ainda tem ainda. Mostrei a planta e disse: ou é desse jeito ou vocês num vão trabalhar porque é vocês fazendo e nós desmanchando! Aí, o Enéas era o presidente da Associação na época, falei com o Enéas, o Enéas ligou pra prefeitura, mandaram um técnico no outro dia lá, um véi, ele disse “não, vai ser feito do jeito que ta aqui no papel”. Inclusive, trocaram o engenheiro, botaram outro e foi feito realmente e muito bem feito. É o único canto que tem um sistema de drenagem mesmo bem feito (Entrevista 20).

Essa problemática acompanha a história do bairro. Observa-se, já nas origens do nome do lugar, quando ainda se chamava Mata Galinha, a evidência dos alagamentos e enchentes. Localizado às margens do rio Cocó, o bairro adquire um aspecto de área alagada, pois se torna espaço de escoamento das águas que afluem para o rio, tais como os açudes do Exército e o Uirapuru. Nesse sentido, os alagamentos eram constantes e tornaram-se um dos mais graves problemas ambientais do bairro. Problemática agravada com o déficit habitacional da cidade, indutor de uma ocupação desordenada das margens dos rios, dentre os quais o Cocó.

Além disso, a implantação de equipamentos urbanos de grande porte no entorno do bairro, área ambientalmente frágil dada a presença da várzea do rio Cocó, tornou-se um agravante dos problemas enfrentados pelos moradores. Esse processo iniciou-se já em 1988, com a implantação da Subestação da Companhia Hidroelétrica do São Francisco – CHESF. Esta foi construída após o aterramento de parte da várzea do rio, local onde meses antes os

moradores pescavam e de onde retiravam palhas de carnaúba⁴³, para produção de vassouras, e argila, para a produção artesanal das louceiras e artistas populares, atividade tradicional no bairro. A mina de argila foi parcialmente aterrada junto com o leito do rio. A argila ainda em condições de uso para o artesanato tornou-se inacessível aos artesãos, em virtude do isolamento da área pela CHESF, impedindo a entrada dos moradores. Isto reduziu drasticamente essa atividade econômica e base de sustento de muitas famílias. O depoimento de uma artesã do bairro demonstra suas dificuldades após o fechamento do terreno:

A gente tirou barro daí até o tempo que isso aí foi aberto. Depois que a CHESF entrou e começou a aterrar aí a gente começou a entrar em pânico, né, porque não tinha outro canto pra tirar o barro. E a mãe, nesse tempo a minha mãe ainda era viva, aí ela disse, ‘nós vamos morrer de fome, onde é que a gente vai comprar barro?’. Ninguém tinha noção de onde comprar. Só vivia aqui dentro, não conhecia nada. Aí, eu só sei que minha mãe morreu e a gente continuou tirando. Eles fecharam, mas a gente pedia ao guarda pra deixar porque tinha um cantinho pra gente tirar. Mas não podia entrar uma carroça, tinha de ser em carro de mão! Aí a coisa foi ficando cada vez mais difícil. Tinha dia que o guarda não deixava entrar, ia e chegava lá tava fechado. Aí eu digo, ‘quer saber de uma coisa...’. Foi aí que eu comecei a trabalhar com sabão, sabonete, fiz perfume pra vender, horrível os perfume, mas vendi. Aí fazia com isopô as coisas pra parede. Eu sei que eu tentei de tudo, né, mas não deu, voltei. Encontrei o Heitor e consegui comprar a argila. Depois que eu conheci o Heitor aí fiquei comprando a ele (Entrevista 19).

Além de comprometer a sobrevivência do artesanato local, assim como as pescarias, a CHESF colaborou para agravar o problema das enchentes no lugar, sendo inadequadamente construída sobre uma área ambientalmente frágil. O aterramento de parte da margem do rio impermeabilizou o solo, além de redirecionar a canalização do Açude Uirapuru, que passa ao lado da subestação. As águas, sem espaço de escoamento suficiente, passaram a invadir locais que anos antes permaneciam distantes da área de alagamento.

As mobilizações da Associação de Moradores, no sentido de chamar a atenção dos habitantes do bairro e dos poderes públicos sobre os prejuízos ambientais causados pela implantação de equipamentos, receberam, a princípio, críticas de alguns moradores. Estes vaim a obra como um signo de progresso do lugar, o que revela o desconhecimento da problemática ambiental. O contexto não era favorável, visto que a própria discussão ambiental era incipiente para os movimentos sociais urbanos.

⁴³ Atualmente, são raríssimos os remanescentes dessa vegetação característica das áreas de planície fluvial. Desmatamentos indiscriminados alteraram a paisagem local, antes abundante em carnaubais. O desmatamento foi agravado quando da realização de um evento, num único final de semana, para o qual transformaram o que sobrou do carnaubal em área de estacionamento de veículos.

Mesmo os artesãos, que dependiam da argila para sua subsistência, censuraram a postura da Associação em lutar e protestar contra a concretização da obra. O tempo e os efeitos negativos desses aterramentos foram necessários para uma mudança de compreensão. Vitimados repetidamente pelos impactos ambientais provocados com a construção de grandes equipamentos no entorno, os moradores passaram a elaborar uma crítica, mesmo quando a discussão ambiental ainda se configurava como novidade ou estava restrita aos aspectos naturais. Entretanto, ainda há muito a se discutir e conhecer. Segundo Rodrigues:

Não é possível, ainda, afirmar que esta assimilação dos problemas ambientais permita aos movimentos sociais reivindicativos compreender sua inserção na dimensão socioespacial. Mas há que se considerar que a mediação das 'necessidades' e novos direitos auxilia a compreensão da problemática socioambiental (RODRIGUES, op cit, p. 92).

A problemática ambiental agravou-se com a posterior instalação do novo terminal aeroportuário de Fortaleza e da via que lhe dá acesso, em 1998. A instalação do aeroporto provocou mudanças marcantes no lugar, acentuando enormemente os problemas ambientais já existentes e alterando a configuração espacial do bairro, pondo em risco a qualidade de vida dos moradores.

Nesse período, consolidou-se, de acordo com discussão realizada, uma mudança na condução da política do Estado do Ceará. O governo do estado define como pilares da atividade econômica a agricultura irrigada, a industrialização e, principalmente, o desenvolvimento da atividade turística. Para induzir o turismo, integrando o Ceará no circuito mundial, consolidou-se toda uma estratégia política e mercadológica, no sentido de se constituir externamente uma imagem renovada do Ceará e de sua capital, Fortaleza. Para tanto, além de investimentos em marketing e divulgação do estado, como “paraíso de belas praias”, e de Fortaleza, como “cidade do sol”, buscou-se dotar a malha urbana de equipamentos que visavam promover uma infra-estrutura adequada ao modelo de desenvolvimento adotado (BENEVIDES, 1998: 28).

Dentre as ações implementadas, incluiu-se a ampliação do Aeroporto Pinto Martins, a partir da qual este adquiriu abrangência internacional. A instalação do novo terminal de passageiros, aproveitando as antigas pistas de pouso e decolagem, não esteve isenta de “conflitos ambientais”⁴⁴ e divergências acirradas, haja vista os impactos negativos e

⁴⁴ De acordo com Souza (2000, p. 117), os “conflitos ambientais” inserem-se dentre as questões urbanas e são derivados de ações implementadas no ambiente urbano e que comprometem a qualidade de vida dos indivíduos,

as transformações provocados nas comunidades do entorno, especialmente nos bairros de Itaoca, Serrinha, Aeroporto, Vila União e Dias Macedo. Os moradores desses bairros questionaram a construção do equipamento numa área densamente habitada da cidade, fato inadmissível do ponto de vista urbano e ambiental, dada à incompatibilidade evidente entre os usos residencial e as atividades aeroportuárias, especialmente em relação à poluição sonora provocada pelo ruído das aeronaves.

Originariamente, o aeroporto havia sido construído numa área da cidade distanciada do perímetro urbano. Aos poucos, tornou-se indutor de um acentuado processo de ocupação do seu entorno, em função da oferta de serviços e comércio que ali se implantaram. Paralelamente, a expansão urbana de Fortaleza atinge outras áreas, antes rarefeitas em termos de ocupação, dentre as quais a área onde se localiza o aeroporto. Assim, este foi praticamente “abraçado” pela cidade, vindo a se estabelecer no centro do perímetro urbano, o que torna injustificável a construção do novo terminal sob tais condições. Porém, desconsiderando essa condição notoriamente imprópria, houve a edificação.

A instalação do Aeroporto Internacional Pinto Martins processou-se, contraditoriamente, num contexto político no qual o discurso do poder público incorpora a problemática ambiental. O Plano de Desenvolvimento Sustentável do Ceará, como o próprio título atesta, foi formulado em consonância com esse debate, adotando como um dos vetores de desenvolvimento a proteção ao meio ambiente. Entretanto, o discurso diferenciado mostrou-se incoerente com as ações implementadas, algumas das quais ocorrem à revelia dos prejuízos sociais e ambientais ocasionados. A participação da sociedade, outro item enfatizado no texto do plano, assume um caráter secundário quando da definição de projetos de infra-estrutura que atingem indiscriminadamente moradores da periferia. O tratamento dispensado aos habitantes dos espaços periféricos remete-os à condição de cidadãos de segunda classe, como se pôde observar na condução dos debates acerca do aeroporto e outras obras inseridas no entorno do bairro em estudo, diante das quais os interesses dos moradores não foram considerados.

Além disso, o equipamento exigiu alterações no sistema viário da região, de forma a facilitar o acesso e o fluxo de veículos, interligando-o à zona litorânea da cidade, prioritária na proposta de desenvolvimento definida. Esta área concentra os principais serviços

direcionados à atividade turística, como hotéis, bancos, shoppings, restaurantes e agências de viagem. Necessitava-se, nessa perspectiva, da construção de uma via de alta velocidade, correspondendo hoje à Avenida Carlos Jereissati. Para tanto, foram realizadas profundas alterações nas comunidades e bairros do entorno. Os moradores desses bairros retorquiram a efetivação da obra e demonstraram uma reação enérgica no sentido de tentar impedir a concretização do projeto.

O novo terminal aeroportuário, à revelia das críticas, protestos e impactos a serem gerados, foi construído com abrangência internacional, ou seja, inseriu vôos internacionais, ampliando a frequência das aeronaves, por consequência os ruídos aeronáuticos. A opulência do novo aeroporto contrasta com as características dos bairros do entorno, predominantemente de baixa renda, para os quais o equipamento representou um agravamento dos problemas ambientais, dentre estes os alagamentos. Um equipamento moderno, suntuoso, representativo da inserção do Ceará na rota do turismo internacional e mesmo porta de saída para a exportação da produção econômica local, cuja instalação efetivou-se sem que problemas básicos fossem solucionados. Ao contrário, a modernidade simbolizada pelo aeroporto expõe, como contraponto, o comprometimento do trânsito na via que lhe dá acesso durante o período invernos, quando as fortes chuvas que assolam Fortaleza transbordam o rio Cocó, impedindo o tráfego para o aeroporto. Vale frisar que os aterramentos de algumas lagoas realizados para sua construção, não se fizeram acompanhar de um sistema eficiente de drenagem, ampliando os alagamentos.

O Dias Macedo, em especial, sofreu modificações na sua configuração espacial. A Avenida Alberto Craveiro, principal acesso ao bairro, foi alargada para dar acessibilidade à via do aeroporto, a partir da construção de um viaduto à altura do Makro Atacadista. Tal alargamento trouxe consigo a destruição da antiga capelinha do bairro, às margens da qual este nasceu. A capelinha, mesmo com toda carga simbólica e histórica, cedeu lugar à passagem de veículos automotores. Ao mesmo tempo, esse alargamento realizou-se impedindo a entrada no bairro no sentido Castelão - Dias Macedo. Os motoristas eram obrigados a realizar um retorno a 3km de distância, localizado na BR 116, para somente assim terem acesso à Avenida Pedro Dantas.

A construção da Avenida Carlos Jereissati representou, dentre os aspectos relacionados ao aeroporto, a indução de significativas transformações no bairro. Foi planejada como uma via expressa, caracterizada, portanto, por altas velocidades, que faria a ligação do

aeroporto com os demais espaços da cidade. Esse planejamento, contudo, não vislumbrou a integração do bairro. Ao contrário, contribuiu para segregá-lo. Para sua efetivação, foram retiradas do bairro 210 famílias, as quais residiam na favela Nova Esperança, que margeava toda a extensão do muro da Base Aérea. Em frente à favela, localizava-se uma grande área, utilizada pelos moradores como campo de futebol e que também foi suprimida para dar espaço à avenida.

A Avenida Carlos Jereissati, ou Avenida do Aeroporto, como é conhecida pelos moradores do lugar, cindiu o bairro, separando-o da comunidade dos Três Postes, onde se situava o antigo Curtume, um dos raros acessos ao bairro até os anos 1970. A comunidade dos Três Postes, local onde residem descendentes da família Oliveira, pioneira na ocupação do Dias Macedo, tornou-se um núcleo isolado, circunscrito entre avenidas e a área onde se situam as pistas do aeroporto. Logo, uma das áreas mais afetadas pelos ruídos das aeronaves.

Entretanto, os moradores não assistiram passivos às alterações que se vislumbavam. Comissões formadas por moradores dos bairros atingidos reagiram e reivindicaram participar das definições, questionando mesmo a efetivação da obra e os problemas a serem gerados. Os moradores do Dias Macedo, em especial, promoveram vários protestos na Assembléia Legislativa, organizando-se em comissões para interromper o projeto, discutindo com os técnicos do governo espaços alternativos para a construção do aeroporto. As sugestões dos moradores vislumbavam municípios da região metropolitana de Fortaleza, dentre os quais Eusébio e Aquiraz, nos quais o equipamento não traria os impactos ambientais negativos que seriam gerados em Fortaleza, dada a disponibilidade de espaço propício para comportar um aeroporto de grande porte.

Diante da notória aprovação da obra, iniciou-se um conflituoso processo de negociação com a Infraero para a indenização das 210 famílias a serem removidas da área. Dessas negociações, conseguiu-se assegurar o que as lideranças consideraram uma justa indenização das famílias. Estas haviam sido ameaçadas de expulsão sem qualquer indenização pela Infraero e pela Secretaria de Transporte, Energia, Comunicação e Obras do Estado do Ceará – SETECO – caso não aceitassem os valores oferecidos. Os moradores obtiveram a compensação devida graças a sua organização e resistência, não aceitando, incondicionalmente, as imposições surgidas. O depoimento a seguir relata essa questão:

Aí, quando fizeram essa coisa do Aeroporto, essa estrada do Aeroporto, aí num sei por qual das tantas resolveram deixar o Dias Macedo de fora de novo. Quando chegou pra tirar as casas... Até nisso a Associação teve uma participação também fundamental porque todos os que moravam lá foram indenizados e foram indenizados bem. Isso graças à luta da Associação de Moradores. Luta dos diretores da Associação na época indo na Infraero, negociando com a Infraero os valores e tudo o mais. Todo mundo foi muito bem indenizado. Inclusive tem deles que saíram daí e compraram casa aqui no Renascer, moram até hoje aí e todos foram bem indenizados e a Associação à frente dessa luta que foi uma luta braba mesmo, porque aí já era com o governo federal, era mais brabo, porque eles não indenizavam, porque era da União, isso e isso e nós fomos em cima, fomos a baixo e acabamos conseguindo (Entrevista 20).

De acordo com o relato, o bairro fora “deixado de fora de novo”, isto é, excluído não apenas das discussões e definições, mas do próprio acesso à Avenida Carlos Jereissati. A modernidade representada pelo aeroporto promoveu a exclusão do seu entorno, reforçando um processo de segregação sócio-espacial. Os benefícios não chegaram aos moradores, nem mesmo o acesso, vital a um bairro historicamente encastelado. O bairro foi deixado à margem, como espaço isolado, segregado. Contra isso os moradores se insurgiram e romperam os limites que os separavam da Avenida Carlos Jereissati quebrando o meio fio e viabilizando o tráfego de veículos.

Assim também o fizeram em relação à Avenida Alberto Craveiro. Portando faixas e cartazes, realizaram uma histórica manifestação, em junho de 1999, em luta pela instalação de um semáforo que viabilizasse o acesso aos moradores e motoristas que percorriam a área no sentido Castelão-Dias Macedo. Dessa manifestação participaram muitos moradores, alguns já falecidos, e inclusive o pároco local, sendo recordada nas entrevistas como um dos grandes marcos do movimento dos moradores do bairro nos últimos anos. Durante o protesto, quebraram o meio fio da Avenida Alberto Craveiro, tornando possível a entrada de veículos no bairro sem o forçoso retorno na BR 116.

Estas ações revelam um forte conteúdo simbólico de resistência a um processo segregador, que relega aos moradores os resíduos de uma modernidade excludente. Toda a suntuosidade do Aeroporto apresenta como contraponto a exclusão e os prejuízos à qualidade de vida dos moradores do entorno. Dessa forma, mostra-se como elemento segregado e segregador, caracterizado por uma dissimulação das contradições presentes no espaço. Construído sem integração com as comunidades circunvizinhas, concorre para mascará-las, seja na permanência dos muros existentes, mesmo antes de sua construção, seja como signo de um processo de desenvolvimento calcado na imagem de uma cidade paradisíaca que relega parte considerável de seus cidadãos a uma condição de não-cidadãos.

A implantação do novo terminal aeroportuário implica, por outro lado, tratar o bairro, segundo expressão de Carlos (2001, p. 233), como um “pedaço da cidade”, um espaço do qual se pode dispor de acordo com os interesses de um processo de desenvolvimento econômico que exclui amplas parcelas da população dos seus benefícios. Nesse processo, os espaços são transformados em mercadoria sem qualquer especificidade. Esse sentido altera-se quando se pensa no morador, para quem o bairro representa um elemento identitário, espaço de vida diferenciado. São visões opostas que se desvelam especialmente em momentos de conflito.

Após os protestos, negociações e abaixo-assinados, o acesso foi conquistado. O bairro tornou-se local de passagem para outros lugares da cidade e perdeu sua antiga configuração. Ampliou-se o fluxo de veículos na área e o acesso a outros espaços. Os moradores, após novas reivindicações, conquistaram maior mobilidade espacial a partir da criação de novas linhas de transporte coletivo interligadas aos terminais de passageiros, passando pela avenida do aeroporto. Vale ressaltar que as novas linhas foram pensadas posteriormente e não no projeto da obra. Logo, efetiva-se um processo no qual o entorno existe enquanto invisibilidade.

Contudo, os prejuízos dos moradores são inúmeros. A ampliação do fluxo de aeronaves agravou os problemas de poluição sonora, com implicações na qualidade de vida dos moradores, que viram aumentar as doenças nervosas e auditivas com o ruído aeronáutico. A passagem dos aviões interrompe os diálogos, impede o lazer de desfrutar a televisão ou de ouvir uma canção. Além disso, a Avenida Carlos Jereissati, dada a alta velocidade, tem provocado o aumento no número de acidentes e atropelamentos. Foram também definidas mudanças quanto à definição da altura das edificações no bairro, em respeito às especificidades de uma área aeroportuária, definida no Plano Diretor da cidade.

Além disso, a área remanescente entre as Avenidas Carlos Jereissati e Pedro Dantas, de domínio da Base Aérea de Fortaleza, não foi colocada à disposição do bairro, permanecendo cercada por um muro. Essa área tem sido objeto de reivindicação dos moradores que sonham transformá-la em um parque ecológico, por concentrar em seu interior abundantes árvores e pelas escassas áreas de lazer existentes no bairro. A Associação dos Moradores encaminhou projeto para a construção do referido parque no terreno, subsidiada por informações do Plano de Diretrizes Urbanísticas do Bairro. Para tanto, promoveu, em novembro de 1998, um evento com enfoque ecológico com vistas a pressionar os órgãos

responsáveis pela questão ambiental, já que no bairro praticamente inexistem áreas com essas características. Durante o evento foram doadas mudas aos moradores. Percebe-se o sonho de usufruir do terreno, de vê-lo integrado ao bairro, acessível a quem nele habita ou transita, já que tem sido utilizada apenas para acúmulo de lixo⁴⁵.

As estratégias de resistência ocorrem muitas vezes de maneira silenciosa e sem pretensões de crítica ou questionamento. Corrobora essa assertiva a realização de caminhadas na margem da Avenida Carlos Jereissati por moradores das comunidades do entorno. Apropriam-se de um espaço que originariamente não foi pensado para seu usufruto e do qual foram excluídos. É comum observar-se pessoas caminhando na lateral da avenida durante as primeiras horas do dia ou quando este finda. Uma alternativa ante as precárias e escassas áreas de lazer para quem ali habita. A apropriação alternativa desse espaço contrapõe-se à lógica estabelecida para viabilizar a circulação de veículos e não de pessoas. A passarela para pedestres, construída sem qualquer planejamento aparente e que inibe seu uso pelos moradores do bairro, revela o descaso para com o habitante dessa área da cidade, cujas carências contrastam com a modernidade que se anuncia.

O enfoque acima revela, de um lado, problemas ambientais atinentes não apenas à realidade do bairro, mas à cidade de Fortaleza; por outro, salienta a necessária compreensão da problemática ambiental sob um prisma diferenciado de uma discussão naturalizada, ecologizada, segundo importante crítica de Souza (2000, p. 21). Os problemas ambientais dizem respeito, conforme discussão realizada nesse estudo, às formas de intervenção social sobre a natureza, sobre o espaço. Nesse sentido, segundo o autor:

Os problemas ambientais são todos aqueles que afetam negativamente a qualidade de vida dos indivíduos no contexto de sua interação com o espaço, seja o espaço natural (estrato natural originário, fatores geocológicos), seja, diretamente, o espaço social (SOUZA, op cit, p. 117).

Implica, ainda, repensar se os prejuízos causados ao ambiente, seja natural ou construído, são diferentemente sentidos entre os diversos cidadãos. Os custos muitas vezes são socializados, mas os benefícios chegam apenas a alguns privilegiados, assim como os impactos ambientais negativos que, em geral, afetam moradores cuja mobilidade é restrita. A

⁴⁵ O terreno em foco tem sido utilizado como vazadouro de lixo, servindo para a proliferação de roedores e insetos. Aliás, o acúmulo de lixo é comum nas ruas do bairro, sobretudo quando os moradores podam suas árvores. O lixo contribui para a incidência de doenças como a dengue, cuja forma hemorrágica já vitimou alguns moradores. A coleta de lixo insuficiente e a carência de informações sobre os preceitos da educação ambiental colaboram para o agravamento desse quadro.

exposição aos riscos ambientais não se processa igualmente entre os cidadãos (Souza, op. cit., p. 136).

A construção da sede do Makro Atacadista e da revendedora Renault, ao longo da Avenida Alberto Craveiro, já nos anos 1990, representou novas agressões ao ambiente. Foram aterrados outros trechos do leito do rio Cocó, provocando mais impermeabilizações. O Makro tem suas atividades comprometidas durante o período chuvoso, quando fica completamente alagado e sem acesso para veículos. Isso porque foi construído sobre uma área que, anos antes, ficava tomada pelas águas do rio Cocó. Esse quadro não difere em relação à Renault. Nos depoimentos, os moradores mais antigos relatam as enchentes do Cocó nesse espaço, para onde afluíam as pequenas lagoas, aterradas durante a construção da Avenida Carlos Jereissati.

Esses aterramentos e os desmatamentos efetuados ao longo dos últimos anos acentuam significativamente o problema das enchentes, que fazem do bairro uma ilha nos períodos de maior precipitação pluviométrica. As enchentes e alagamentos não são exclusivos à realidade do bairro, tendo-se tornado uma problemática do município. Contudo, no bairro, esse problema agrava-se ano após ano (ver figura 16).

Figura 16: Extensão do alagamento provocado pelo Rio Cocó no Bairro Dias Macedo



Fonte: Silva, Daniele Costa da, 2002

A disposição inadequada de resíduos, em grande parte jogados nos recursos hídricos existentes, a ocupação desordenada de áreas ribeirinhas, ocasionada pelo déficit habitacional crescente, o descuido dos órgãos ambientais e de limpeza urbana, inclusive na conservação e limpeza de canais e galerias pluviais, favorecem as enchentes. Os efeitos complexificam-se com a construção desses equipamentos, muitas vezes apontados como responsáveis pela degradação desenfreada posta em prática, elevando os riscos ambientais para os cidadãos que aí residem. Todavia, conforme destaca Souza (op. cit., p. 136) transforma-se a vítima em culpado, ocultando-se as reais causas desse processo.

A Avenida Alberto Craveiro torna-se intransitável na quadra invernososa (ver figura 17). Mesmo o outro acesso ao bairro, correspondente à Avenida Marechal Bittencourt, que o liga à Parangaba, também é alagado pelo Açude do Exército, mesmo após a construção da ponte do Sidrião, objeto de intensas lutas e reivindicações dos moradores ao longo de uma década. Assim, o bairro fica completamente ilhado e os moradores impossibilitados de se deslocarem. Afora a comunidade da Boa Vista, localizada às margens do afluente do rio Cocó, cujos moradores ficam desabrigados, impelidos a se retirarem de suas casas, conforme de discutiu. A cada ano, a extensão do alagamento amplia-se. Trechos da Avenida Pedro Dantas foram recentemente inundados e famílias do bairro tiveram suas residências tomadas pela água, estando expostas a doenças e sob risco de perderem seus pertences.

Figura 17: Alagamento na Av. Alberto Craveiro. Na foto ainda aparece a velha barriguda.



Fonte: Silva, Daniele Costa da, 2002

Entretanto, a previsibilidade dessa problemática torna injustificável, do ponto de vista socioambiental, a construção de tais equipamentos na área. Essas discussões e os problemas acarretados tornam-se prováveis num contexto em que a discussão ambiental é tratada como mera retórica de discursos oficiais, que nada mais fazem além de legitimar a obtenção de financiamentos externos das agências multilaterais, como BID, PNUD e Banco Mundial e a salvaguarda de interesses particulares.

Complementando essa discussão, Rodrigues (1998, p. 106) destaca que os problemas ambientais tornam-se, sobretudo, problemas urbanos por excelência, especialmente com a crescente urbanização das cidades brasileiras que, como se abordou em capítulo precedente, tem se consumado a partir do banimento dos elementos naturais, assumindo papel de destaque para quem vive e pensa a cidade. Um exemplo latente, conforme se abordou, corresponde ao saneamento básico, ou sua não existência em grande parte dos lares brasileiros, promovendo doenças, poluindo os recursos hídricos, como vem ocorrendo no bairro em discussão. Logo, essa discussão representa e exige um repensar do processo de produção das cidades, com vistas a promover um desenvolvimento urbano pautado em relações socioambientais mais justas e menos degradantes. Envolve uma discussão ampliada que insira as formas de intervenção social sobre a natureza, a apropriação privada do solo, a produção desenfreada de resíduos poluentes e questões básicas como o próprio saneamento.

Todos esses aspectos conduzem a uma reflexão sobre as ações e o papel do poder público, seja municipal ou estadual, em relação à implementação dessas grandes obras, tendo em vista não apenas as implicações socioambientais, já discutidas, mas uma compreensão do poder instituído na legitimação dessas ações, sendo o Estado o responsável por sua regulamentação.

Logo, demanda repensar o papel do Estado no urbano, transcendendo a percepção deste enquanto garantidor do bem comum, como trata a visão liberal. O Estado não atua de forma neutra, mas revela um conteúdo de classe. Assume, portanto, uma posição ambígua, que resvala no sentido de permitir a acumulação e os interesses capitalistas, sem, contudo, deixar desvelar sua aparente neutralidade ante as classes sociais e seus conflitos. O Estado é, por excelência, o lócus da luta de classes, lugar de conflitos de interesses e contradições (Carnoy, 2000). Assim, a atuação do Estado mescla-se a interesses de grupos econômicos e políticos e atende a um modelo de desenvolvimento econômico que se expressa a partir de fortes conflitos sociais.

Pensando-se a atuação dos poderes públicos, municipal e estadual, na realidade em estudo, vislumbra-se, por um lado, a convivência dos governos ante as ações impactantes no espaço do bairro. Os moradores e as entidades associativas existentes não são consultados em relação a essas obras, sofrendo as implicações e efeitos negativos, para os quais os Relatórios de Impacto Ambiental⁴⁶ representam a legitimação. Por outro prisma, observa-se uma atuação seletiva do Estado no espaço urbano, priorizando áreas e setores já assistidos, nos quais se situam as principais atividades econômicas e onde se concentram as classes de maior padrão de renda.

As discrepâncias presentes no contexto urbano de Fortaleza revelam, segundo Barreira (in PARENTE e ARRUDA, 2002), um descompasso entre áreas que se modernizam e outras que perpetuam miséria e exclusão. Mesmo com os avanços conquistados nas formas de interlocução entre Estado e movimentos sociais, ou seja, nas formas de participação, principalmente após a consolidação democrática, a formação de conselhos da sociedade civil e a execução de programas sociais, esses progressos não parecem apontar para significativas mudanças no sentido de um processo de desenvolvimento urbano e de gestão da cidade pautados na participação dos vários segmentos sociais. Isso acarreta graves distorções. A participação é fundamental no processo de gestão da cidade e o estabelecimento de canais reais que a viabilizem torna-se vital para uma transformação do cenário sócio-espacial das cidades brasileiras.

Em se tratando das áreas periféricas da cidade, mais precisamente do bairro Dias Macedo, nota-se uma interveniência esporádica do poder público, limitada, sobretudo, aos períodos eleitorais, quando ações pontuais e notoriamente “eleitoreiras” ganham corpo no espaço do bairro. Ruas são asfaltadas, indiscriminadamente, impermeabilizando o solo. As praças são reformadas, mas sem melhora e diversificação do mobiliário urbano. Trata-se de uma postura que visa dissimular a realidade sem, todavia, gerar transformações significativas na vida dos moradores. Ao contrário, tem legitimado e sido agente de ações degradantes.

Pensando-se a realidade de Fortaleza, percebe-se que o modelo de gestão implementado pelas Secretarias Executivas Regionais compartimentalizam a cidade em

⁴⁶ Segundo esse relatório, a construção do novo terminal aeroportuário da cidade apresentaria algumas “adversidades”, dentre elas “a erradicação definitiva da cobertura vegetal existente na área e conseqüente expulsão da fauna para as áreas periféricas, (...) processos erosivos com assoreamento e turbidez dos cursos d’água, emissão de material particulado e gases poluentes pelas aeronaves e veículos automotores, além do ruído aeronáutico, entre outros”. Relatório de Impacto Ambiental do Projeto do Novo Terminal de Passageiros e de sua Avenida de Acesso. Secretaria de Meio Ambiente do Estado do Ceará – SEMACE.

frações desarticuladas. A atuação das secretarias mencionadas tem-se pautado em função de interesses políticos que não se coadunam com uma prática participativa e direcionada aos reais interesses dos cidadãos, especialmente daqueles que, ano após ano, são colocados à margem das decisões políticas. Esses aspectos repercutem nas entidades associativas quando da condução de demandas e reivindicações ao poder municipal. O depoimento de um membro da Associação dos Moradores do Bairro Dias Macedo é fundamental para esta compreensão:

Hoje a Associação luta, bravamente, pela reconstrução da praça, por uma área verde no Dias Macedo, mas isso é o seguinte, a gente luta, entrega o projeto nas mãos do prefeito, passa dois, três anos. Em época de eleição, ele pega o projeto e 'oh, agora nós vamos atacar o Dias Macedo, o que é que precisa pra lá? taqui o projeto da Associação'. Então entrega pro vereador fulano de tal. 'Pega esse projeto, faz a área verde lá e ganha esses votos'. Entrega na mão do vereador. Quer dizer, a Associação passa por palhaça! O cara chega: 'eu que fiz, num sei que, nem sei que'. E a Associação? Parece que na última eleição pra vereador aqui aconteceu isso, o caboco chegava despejava pedaço de calçamento em tudo que era buraco! E depois vai embora. Duas ou três ruas: a Nova Esperança e a Manuel Nunes Siqueira que ainda não ta calçada, porque o resto todo mundo calçou. Quer dizer, projeto velho, há muito, muito tempo, projeto nosso, o pessoal chega, eles minam né, eles mapeiam a área de um bairro, fazem o seguinte: 'os meus vereadores aqui do PMDB quantos são? São 20. Então vamos mapear aqui 20 bairros de Fortaleza. Você vai pro Antonio Bezerra, lá ta precisando de que? veja aí o que é que tem da associação! Pegue, taqui o projeto, taqui o dinheiro, pode ir embora'. Eles fazem questão de acabar com o movimento comunitário, principalmente, eu volto a repetir, aqueles que não são da alçada deles, não comem no prato deles (Entrevista 16).

O relato revela as dificuldades na condução das reivindicações ao poder municipal, cuja atuação tem se constituído, nas últimas gestões, pelo descaso com os movimentos sociais. Revela relações clientelistas e personalistas marcantes, para quem o morador das áreas periféricas não é visto enquanto participante da cidade. O direito a opinar sobre os caminhos trilhados na gestão da cidade lhe é negado. É muitas vezes tratado como cidadão-eleitor, cuja cidadania restringe-se às ocasiões de pleito eleitoral, sendo encerrada junto com ele. Não se vislumbra uma perspectiva de distribuição igualitária dos serviços urbanos, mesmo porque se vinculam a grupos empresariais do setor imobiliário.

Nesse aspecto, a problemática ambiental passa ao largo na discussão referente à implementação de equipamentos urbanos, como bem atestam os moradores do bairro Dias Macedo, vitimados pela construção do novo terminal aeroportuário da cidade, bem como pelos alagamentos constantes, sem que medidas sejam tomadas com vistas a minimizar seus prejuízos e os problemas acarretados. Diante desse quadro, percebe-se a relevância dos movimentos sociais no sentido de questionar essas ações, exigindo sua efetiva participação

nos desígnios da cidade, no “direito à cidade”, a uma urbanidade calcada na qualidade de vida.

Os desafios postos são inúmeros. Fortaleza é um retrato de opulência e miséria, e o processo de globalização contribui no acirramento das discrepâncias sociais, econômicas e culturais. Entretanto, isso não ocorre sem que críticas e questionamentos aflorem, sobretudo entre os moradores para quem essa modernização passa ao largo, como se percebe na realidade do bairro analisado. Manter níveis mínimos de sociabilidade e mesmo de referenciais culturais e ambientais, no âmbito do lugar, parece se constituir um caminhar de resistência a esse processo, garantindo satisfatoriamente qualidade de vida. Nesse sentido, Carlos (2001, p. 30) enfatiza que “as contradições da apropriação para a realização da vida humana entram em conflito com as dos grupos sociais que exploram o espaço como condição de reprodução do capital”. Dessa forma, a construção de níveis de vida mais igualitários constitui-se uma luta diária dos moradores das cidades que insistem em delas fazer parte ativa e criativamente.

Considerações Finais

Ao se tomar como objeto de estudo a atuação dos movimentos sociais num dos bairros periféricos de Fortaleza, o bairro Dias Macedo, no qual reside a autora desta pesquisa, percebe-se um desvelar do bairro. Este assume uma multidimensionalidade. Enquanto lugar de práticas cotidianas, constitui um elo identitário, carregado de um “sentimento de pertença”, no qual se mesclam formas de sociabilidade originadas dos resíduos da vida agrária e relações marcadamente urbanas, típicas da sociedade moderna. A reconstrução histórica do lugar, por meio de entrevistas com antigos moradores, denota o que Pol e Saveria (1992, p. 18), assim afirmam: “la historia del grupo y su relación com el entorno es un elemento fundamental que se halla en la base de la identidad social urbana”⁴⁷.

Ao mesmo tempo, assume uma dimensão política, como espaço de lutas, no qual o sentimento de pertença e os vínculos estabelecidos com o lugar tornam-se vitais no processo de organização política dos moradores. Agrega-se aos sentimentos de solidariedade, amizade e vizinhança uma vivência comum dos problemas do bairro. E os moradores passaram a se organizar coletivamente, unindo-se em torno de demandas básicas. Contaram com o apoio da Igreja Católica Progressista, na figura de um padre francês, e com a experiência de pessoas que participaram, em outros contextos, de ações contrárias à ditadura militar. Saliente-se que não se vislumbrou entre as lideranças comunitárias uma consciência clara sobre a importância ou o alcance da mobilização coletiva nos momentos iniciais. Foram, na verdade, as tentativas de lutar por melhores condições de vida na cidade que impulsionaram as reivindicações dos moradores.

Esse processo organizativo teve no sentimento de pertença e nas demonstrações de solidariedade bases fundamentais. O depoimento de uma das fundadoras da Associação de Moradores do Bairro Dias Macedo corrobora essa assertiva: “a convivência no Dias Macedo era uma coisa impressionante! A solidariedade das pessoas. A casa da gente era o bairro. O bairro não era a minha casa. A minha casa era o bairro. Eu me sentia em casa no bairro”. Em

⁴⁷ “A história do grupo e sua relação com o entorno é um elemento fundamental que se encontra na base da identidade social urbana” (tradução da autora).

síntese, tratam-se de relações e formas de sociabilidade que favoreciam a articulação dos moradores.

Ao longo da trajetória de lutas travadas pelos movimentos sociais no bairro, observa-se uma imbricação dos aspectos sociais, culturais, políticos e ambientais. Foram as dificuldades enfrentadas por moradores diante de um lugar praticamente inóspito que originaram as iniciativas de mobilização, no sentido de buscar solucionar questões básicas como a falta d'água, a dificuldade de acesso, a carência de transporte coletivo, bem como o desemprego. Essas ações, a princípio pontuais e específicas à realidade do bairro, conduziram a um olhar mais apurado e ampliado da própria cidade. Uma cidade que se produz de forma antagônica e desigual, segregando seus espaços. Nesse sentido, compreender o bairro implica discutir a cidade. O bairro não se explica por si só. Como porção do espaço, remete a uma totalidade urbana representada pela cidade. A abordagem do bairro remete à dinâmica urbana de Fortaleza, especialmente à constituição do seu ambiente periférico, onde acontecem os movimentos sociais urbanos.

O ambiente urbano periférico representa mais que as áreas afastadas do centro. Diz respeito aos espaços marcados predominantemente pela pobreza e pela precariedade dos serviços urbanos, mesmo que apresentem contradições internas, no âmbito de bairros em que coexistem padrões distintos de renda, nível educacional e cultural. Entretanto, são espaços não tão valorizados pelo capital quanto outras áreas da cidade. Correspondem lugares que se constituíram por meio da atuação dos moradores, do enfrentamento de problemas comuns, na autoconstrução, no loteamento ilegal ou clandestino, na favelização. São espaços onde o Estado age esporadicamente e nos quais a legislação urbana torna-se flexível, caracterizando-se pelo que Rolnik (1997, p. 07) define como “urbanismo de risco”, ou seja, “mercado pela insegurança, quer do terreno, quer da construção ou ainda da condição jurídica da posse daquele território”. Esse é o ambiente no qual se insere o bairro Dias Macedo.

Em luta por sobrevivência no ambiente periférico da cidade, imbricam-se vidas e lutas. A reconstituição desse trilhar dos movimentos sociais no Dias Macedo exprime a própria produção do espaço, numa dimensão política. Ao longo das lutas e reivindicações encaminhadas durante anos, destacando-se as décadas de 1970 e 1980, os moradores participam da própria configuração espacial do bairro. As conquistas trouxeram melhoria de vida para quem habita esse espaço da cidade e tornaram-se fundamentais na conquista de equipamentos de consumo coletivo. Foram lutas pontuais que promoveram alterações na

paisagem do lugar, possibilitando ganhos no sentido da construção da cidadania e não apenas da cidadania, de acordo com classificação apresentada por Rodrigues (1998, p 104).

O papel exercido pelos movimentos sociais desvela a produção desigual do espaço urbano, na qual o Estado tem privilegiado grupos específicos e contribuído para a concentração dos melhores serviços em alguns espaços da cidade, sobretudo os localizados na zona leste. Em áreas como o Dias Macedo, a atenção do poder público decorre de pressões, por meio de protestos e manifestações dos moradores que enfrentaram e enfrentam uma urbanização que não se faz acompanhar de uma verdadeira urbanidade para a maioria dos moradores. De acordo com discussão de Rodrigues (op cit, p. 107) a urbanização das cidades brasileiras tem se constituído sem urbanidade, ou seja, tem se caracterizado pela desigualdade social, pela convivência de disparidades gritantes entre níveis de renda e acesso às oportunidades e ao pleno cumprimento dos direitos. Muitos brasileiros nem ao menos foram inseridos no mercado de trabalho e vivem em situação de miséria, com rendas abaixo do mínimo necessário à sobrevivência. Em resposta a isso, e em luta pelo direito à cidade, os movimentos sociais assumem um papel fundamental de crítica a esse processo.

O caso focalizado remete a um repensar da produção do espaço urbano, que tem se constituído a partir do agravamento da degradação ambiental. Esse debate não implica uma negação da cidade ou uma perspectiva segundo a qual a cidade seria incompatível com a preservação dos recursos naturais, mas indica a necessária transformação das formas de produção do espaço. Conduz a uma percepção das relações sociais que se estabelecem nessa produção, visto que a problemática ambiental não se restringe aos problemas da natureza, mas se refere a uma discussão política, conforme salienta Souza (2000, p. 21).

Pensando-se a cidade de Fortaleza e, em especial, a atuação do Estado no urbano, percebe-se um privilegiamento de setores e áreas da cidade, enquanto que outros são deixados à margem. As políticas públicas definidas para a cidade, calcadas na legislação urbana, principalmente no plano diretor, concentram-se na chamada “cidade legal”, conhecida, diagnosticada. Mas a cidade tem se expandido à revelia do planejamento. A “cidade real” concentra problemas básicos e revela novos problemas, como as chamadas áreas de risco, aquelas sujeitas aos riscos sociais e ambientais. Por outro lado, o planejamento urbano de Fortaleza não se tem pautado na abertura de canais efetivos de participação dos movimentos sociais, mesmo após as conquistas no sentido da participação na gestão de programas sociais e de novas formas de interlocução estabelecidas com a redemocratização do país; ao contrário,

as ações do poder público colaboram para legitimar ações impactantes, tais como se observa no bairro em estudo, cujo entorno vem sendo lócus da implantação de equipamentos urbanos de grande porte acarretando graves implicações ambientais.

Nesse processo, os movimentos sociais assumiram destacado papel no sentido de tornar evidentes os conflitos e lutar em defesa da garantia dos interesses dos moradores. Equipamentos como o CHESF, o Aeroporto Internacional Pinto Martins e Renault acentuaram a problemática das enchentes e alagamentos, provocam um isolamento do bairro nos períodos de grandes precipitações pluviométricas. O Estado mostra-se conivente com essas ações e reforça a segregação sócio-espacial, priorizando um desenvolvimento econômico alimentado por imagens maquiadas da realidade, que a vendem como paraíso, mas exclui o cidadão das decisões que interferem em sua vida.

O estudo desses movimentos na espacialidade do bairro Dias Macedo traduz itinerários muitas vezes sinuosos e inconstantes. Porém, ainda que indiquem, nos últimos anos, sinais de refluxo de seu poder de mobilização, as conquistas advindas da luta coletiva no âmbito do bairro foram vitais na sua configuração espacial. As novas formas de organização pautadas na cultura indicam outros percursos que passam a ser trilhados e revelam uma outra realidade. Apontam a necessidade de se pensar formas mais democráticas de acesso à cidade e de construção da urbanidade. Quando Jacobs (2001, *passim*) ressalta a importância dos usos múltiplos do espaço e da vida nas ruas e calçadas, está focalizando o real sentido da cidade, como espaço propício ao encontro e à diversidade. Lefebvre (1978, *passim*) refere-se ao direito à cidade, ou seja, o direito à vida urbana que foi negada pelo controle e programação do cotidiano. Direito à cidade renovada: lugar do encontro, da diferença, da liberdade, do inusitado e da festa.

Há que se pensar nas conquistas dos últimos anos em termos de uma política de desenvolvimento urbano pautada em instrumentos urbanísticos mais democráticos de gestão e produção do espaço, simbolizadas no Estatuto da Cidade. Este representa uma longa luta, um difícil caminho percorrido por moradores de bairros periféricos, como o Dias Macedo. A luta pela Reforma Urbana na década de 80 simboliza o papel indispensável dos movimentos sociais urbanos na discussão de formas mais dignas e justas de vida nas cidades. Envolve, principalmente, um cunho ambiental notório, quando se pensa a problemática ambiental sob uma perspectiva mais ampla, não limitada ao “ecologismo” marcante na conferência Habitat I, mas, sob uma dimensão política. Este foi o olhar privilegiado nessa pesquisa. A partir da

análise aqui desenvolvida percebe-se que a discussão da sustentabilidade urbana, tão cara a todos que se dedicam ao estudo dos processos socioambientais, deve levar em conta os processos políticos, sociais e culturais do ambiente urbano. A “duração das cidades”, tema de inúmeras análises, remete às formas de apropriação do espaço, à luta pelo direito à cidade.

Chega-se ao termo desta pesquisa, mas não ao fim da temática dos movimentos sociais. Esta não cessa, é intrínseca à dinâmica da realidade. De acordo com Gohn (2000, p. 20), os movimentos sociais “são objetos de estudo permanente. Enquanto a humanidade não resolver seus problemas básicos de desigualdades sociais, exclusão, haverá lutas, haverá movimentos”. Nesse sentido, o bairro Dias Macedo, pioneiro de inúmeras lutas e formas de organização, muito tem a dizer sobre a cidade. Uma cidade em permanente construção e desconstrução, cujos espaços não se limitam àqueles inseridos no interesse turístico. Fortaleza tem outras facetas, ricas, inusitadas.

Dias Macedo é um bairro muito peculiar. Mesmo que a cidade e os poderes instituídos busquem escondê-lo, impondo-lhe muros e cercas, o bairro revela-se. Revela-se na luta e nas reivindicações dos moradores. Revela-se nas capas de jornal quando surge como ilha, isolado da cidade pelas águas do rio que transborda. Assim, o bairro desvela as contradições expressas no urbano. Suas idiossincrasias encontram-se, além disso, na sua localização. Estando no centro geográfico, no “coração da cidade”, guarda relações e apresenta demandas características de uma área periférica. Ao mesmo tempo, assume destaque e manifesta-se como uma referência para a cidade, em função de sua história; história de lutas que definem seu pioneirismo nos movimentos sociais.

Um bairro como tantos outros, mas tão diverso. Diversidade estampada na composição sócio-espacial, nos estilos de vida, nas estruturas das habitações, nos níveis de renda de seus moradores. Dias Macedo onde se fundem o rural e o urbano, a essência e a aparência de contradições características da capital do Ceará.. Logo, esta pesquisa representa um olhar, mas muitos outros são necessários; que esta abordagem seja pretexto para estudos futuros.

Bibliografia

- ANDRADE, Ilza Araújo de. Estado, Poder Local e Organizações Populares no Nordeste (1978-1985). In: NASCIMENTO, Elimar Pinheiro (Org) et al. **Brasil Urbano: Cenários da ordem e da desordem**. Rio de Janeiro: Notrya; Fortaleza: SUDENE: Universidade Federal do Ceará, 1993.
- ARANTES, Otília; VAINER, Carlos; MARICATO, Ermínia. **A Cidade do Pensamento Único**. Desmanchando consensos. Petrópolis, RJ: Vozes, 2000.
- ARISTÓTELES. **Política**. São Paulo: Marin Claret, 2002.
- BARREIRA, Irllys Alencar Firmo. Pensamento, Palavras e Obras. In ARRUDA, José Maria, PARENTE, Josênio (orgs). **A Era Jereissati. Modernidade e Mito**. Fortaleza: Edições Demócrito Rocha, 2002.
- _____. **O Reverso das Vitrines**. Conflitos urbanos e cultura política. Rio de Janeiro: Rio Fundo Ed., 1992.
- BENEVIDES, Ireleno Porto. **Turismo e Prodetur**. Dimensões e olhares em parceria. Fortaleza: EUFC, 1998.
- BRAGA, Elza Maria Franco. **Os Labirintos da Habitação Popular**. Conjunturas, programas e atores. Fortaleza: Fundação Demócrito Rocha, 1995.
- BRAGA, Elza Maria Franco, BARREIRA, Irllys Alencar Firmo (coord). **A Política da Escassez**. Lutas Urbanas e Programas Sociais Governamentais. Fortaleza: Fundação Demócrito Rocha/ UFC, 1991.
- BRAGA, Maria do Socorro Chagas. A Intervenção Planejada e o Discurso da Participação. In BARREIRA, Irllys Alencar Firmo e BRAGA, Elza Maria Franco. **A Política de Escassez: Lutas Urbanas e Programas Sociais Governamentais**. Fortaleza: Fundação Demócrito Rocha/ Stylus Comunicações, 1991.
- CABANES, Guillaume (org). **Vivências, Lutas, Memórias**. Histórias de vida de lideranças comunitárias em Fortaleza. Fortaleza: Edições Demócrito Rocha, 2002.
- CALVINO, Ítalo. **As Cidades Invisíveis**. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.
- CARLOS, Ana Fani Alessandri. **Espaço-Tempo na Metrópole**: A fragmentação da vida cotidiana. São Paulo: Contexto, 2001.

_____ A Construção de uma “Nova Urbanidade”. In SILVA, José Borzacchiello da; COSTA, Maria Clélia Lustosa; DANTAS, Eustógio Wanderley (orgs.). **A Cidade e o Urbano**: temas para debates. Fortaleza: EUFC, 1997.

_____. **O Lugar no/do Mundo**. São Paulo: Hucitec, 1996.

_____. **A (Re)Produção do Espaço Urbano**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1994.

CARNOY, Martin. **Estado e Teoria Política**. 2ª Edição. Campinas, SP: Papyrus, 1988.

CARVALHO, Rejane Vasconcelos Accioly. Virgílio, Adauto e César Cals: A política como arte da chefia. In ARRUDA, José Maria, PARENTE, Josênio (orgs.). **A Era Jereissati. Modernidade e Mito**. Fortaleza: Edições Demócrito Rocha, 2002.

CASCUDO, Luís da Câmara. **Dicionário do Folclore Brasileiro**. São Paulo: Melhoramentos, 4ª edição. Brasília: INL, 1979.

CASTELLS, Manuel. **Cidade, Democracia e Socialismo**. A experiência das associações de vizinhos de Madri. 2ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1980.

CASTRO, José Liberal de. Cartografia Urbana de Fortaleza na Colônia e no Império e outros Comentários. In: **Fortaleza – Administração Lúcio Alcântara**. Prefeitura Municipal de Fortaleza. Fortaleza, 1982.

COELHO, Maria Célia Nunes. Impactos Ambientais em Áreas Urbanas. Teorias, conceitos e métodos de pesquisa. In GUERRA, Antonio José Teixeira, CUNHA, Sandra Baptista (orgs.). **Impactos Ambientais Urbanos no Brasil**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2001.

CORRÊA, Roberto Lobato. **O Espaço Urbano**. 3ª edição. São Paulo: Hucitec, 1996.

COSTA, Maria Clélia Lustosa. **Cidade 2000. Expansão Urbana e Segregação Espacial em Fortaleza**. Tese de Mestrado. Universidade de São Paulo. São Paulo, 1988.

COSTA, Rita Angélica Pereira da. **O Plano de Desenvolvimento Comunitário Integrado (PDCI) como Instrumento de Conhecimento e Transformação da Realidade**: Experiência no Bairro Dias Macedo. Monografia de Bacharelado em Serviço Social. Fortaleza: UECE, 2000.

DANTAS, Eustógio Wanderley Correia. **Mar à Vista**. Estudo da maritimidade em Fortaleza. Fortaleza: Museu do Ceará/ Secretaria da Cultura e Desporto do Ceará, 2002.

_____. Construção da Imagem Turística de Fortaleza/Ceará. In. **MERCATOR**. Revista de Geografia da UFC. Ano I, n. 01. Fortaleza: UFC, 2002.

DIÓGENES, Glória Maria dos Santos **Cartografias da Cultura e da Violência**. Guangues, galeras e o movimento hip hop. São Paulo: Annablume: Fortaleza: Secretaria da Cultura e Desporto, 1998.

_____. Reivindicações e Programas Sociais: estratégias diferenciadas de comunicação com o Estado. In BRAGA, Elza Maria Franco, BARREIRA, Irllys Alencar Firmo (coord). **A Política da Escassez**. Lutas Urbanas e Programas Sociais Governamentais. Fortaleza: Fundação Demócrito Rocha/ UFC, 1991.

_____. **O Eu e o Outro**: A Constituição da Identidade Política nos Movimentos Sociais Urbanos. Tese de Mestrado em Sociologia e Desenvolvimento da UFCE. Fortaleza, 1989.

DOIMO, Ana Maria. **A Vez e a Voz do Popular**: Movimentos sociais e participação política no Brasil pós-70. Rio de Janeiro: Relume-Dumará: ANPOCS, 1995.

FERNANDES, Nelson da Nóbrega. **O Rapto Ideológico da Categoria Subúrbio**: Rio de Janeiro (1858-1945). Tese de Mestrado em Geografia. Rio de Janeiro: UFRJ, 1995.

FERRARA, Lucrecia D'Alessio. **Olhar Periférico**: Informação, linguagem, percepção ambiental. 2ª ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1999.

GOHN, Maria da Glória. **Teorias dos Movimentos Sociais**. Paradigmas clássicos e contemporâneos. São Paulo, 2ª edição: Edições Loyola, 2000.

_____. **História dos Movimentos e Lutas Sociais**. A construção da cidadania dos brasileiros. São Paulo: Ed. Loyola, 1995.

_____. **Movimentos Sociais e Luta pela Moradia**. São Paulo: Ed. Loyola, 1991.

GOTTDIENER, Mark. **A Produção do Espaço Urbano**. 2ª edição. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1997.

HARVEY, David. **A Condição Pós-Moderna**. Uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural. São Paulo: Ed. Loyola, 1994.

_____. **A Justiça Social e a Cidade**. São Paulo: HUCITEC, 1980.

JACOBS, Jane. **Morte e Vida de Grandes Cidades**. São Paulo: Martins Fontes, 2000.

KOWARICK, Lúcio. **Escritos Urbanos**. São Paulo: Ed. 34, 2000.

LEFÈBVRE, Henry. **A Revolução Urbana**. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 1999.

_____. **El Derecho a la Ciudad**. 4ª edición. Barcelona: Ediciones Península, 1978.

LOJKINE, Jean. **O Estado Capitalista e a Questão Urbana**. 2 edição. São Paulo: Martins Fontes, 1997.

- MACHADO, Leda Maria Vieira. **Atores Sociais**. Movimentos urbanos, continuidade e gênero. São Paulo: ANNABLUME, 1995.
- MARICATO, Ermínia. **Brasil, Cidades**. Alternativas para a crise urbana. Petrópolis, RJ: Vozes, 2001.
- _____. **Metrópole na Periferia do Capitalismo**. Ilegalidade, desigualdade e violência. Estudos Urbanos 10. São Paulo: HUCITEC, 1996.
- MARTINS, José de Souza. **A Sociabilidade do Homem Simples**. Cotidiano e história na modernidade anômala. São Paulo: HUCITEC, 2000.
- MOURA, Rosa. Gestão Desarticulada: Políticas urbanas em tempos de ajuste estrutural. In SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão (org). **Urbanização e Cidades: Perspectivas geográficas**. São Paulo. Presidente Prudente: UNESP, 2001.
- NASCIMENTO, Elimar Pinheiro do. A Lógica Perversa da Crise: o caso dos Movimentos Sociais Urbanos no Brasil. In: NASCIMENTO, Elimar Pinheiro (Org) et al. **Brasil Urbano: Cenários da ordem e da desordem**. Rio de Janeiro: Notrya; Fortaleza: SUDENE: Universidade Federal do Ceará, 1993.
- NEVES, Frederico de Castro. A Seca na História do Ceará. In SOUSA, Simone de (org). **Uma Nova História do Ceará**. Fortaleza: Edições Demócrito Rocha, 2002.
- OLIVEIRA, Meire Menezes de. **O Serviço Social, Veículo de Promoção de uma Favela**. Trabalho de Conclusão do Curso de Serviço Social da Universidade do Ceará. Fortaleza, 1966.
- POL, Enric. **La Apropiacion del Espacio**. Familia y Sociedad. Barcelona: Universitat de Barcelona, 1992.
- POL, Enric; VALERA, Sergi. **El Concepto de Identidade Social Urbana**: una aproximación entre la Psicología Social y la Psicología Ambiental. Anuario de Psicología. Barcelona: Universitat de Barcelona, 1994.
- PONTE, Sebastião Rogério. **Fortaleza Belle Époque**. Reforma urbana e controle social (1860-1930). 3ª ed. Fortaleza: Edições Demócrito Rocha, 2001.
- RIBEIRO, Francisco Moreira. Fortaleza: de Cidade à Metrópole. In NUDOC – Núcleo de Documentação Cultura UFC. **Fortaleza: A Gestão da Cidade**. Uma História Político-administrativa. Fortaleza, 1994.
- ROCHA, Francisca Helena. **Movimentos Sociais: Da “invisibilidade” às novas formas de interlocução (O Bairro Dias Macedo)**. Monografia do Curso de Pós-graduação Especialização em Serviço Social. Fortaleza: UECE, 1996.

ROCHEFORT, Michel. Cidades e Globalização. In **MERCATOR**. Revista de Geografia da UFC. Ano I, Número 02. Fortaleza: UFC, 2002.

RODRIGUES, Arlete Moysés. **Produção e Consumo do e no Espaço**: problemática ambiental urbana. São Paulo: Hucitec, 1998.

_____. O Meio Ambiente Urbano: algumas proposições metodológicas sobre a problemática ambiental. In: SILVA, José Borzacchiello da. COSTA, Maria Clélia Lustosa. DANTAS, Eustógio Wanderley. (org). **A Cidade e o Urbano**. Temas para debates. Fortaleza: EUFC, 1997.

RODRIGUES, Hélio Alves. **As Territorialidades no Âmbito da Vida Cotidiana no Bairro Prefeito José Walter**. Fortaleza-Ce. Dissertação de Mestrado em Geografia. Fortaleza: UECE, 2000.

ROLNIK, Raquel; CYMBALISTAM, Renato (orgs). **Instrumentos Urbanísticos contra a Exclusão Social**. São Paulo: Pólis, 1997.

SANTOS, Boaventura de Sousa. **Pela Mão de Alice**. O social e o político na pós-modernidade. 2ª ed. São Paulo: Cortez, 1996.

SILVA, José Borzacchiello. Introdução. In CABANES, Guillaume (org). **Vivências, Lutas, Memórias**. Histórias de vida de lideranças comunitárias em Fortaleza. Fortaleza: Edições Demócrito Rocha, 2002.

_____. **Nas Trilhas da Cidade**. Fortaleza: Museu do Ceará/ Secretaria da Cultura e Desporto do Ceará, 2001.

_____. **Quando os Incomodados não se Retiram**. Uma análise dos movimentos sociais em Fortaleza. Fortaleza: Multigraf Editora, 1992.

SILVA, Marcelo Kunrath. **Cidadania e Exclusão**. Os movimentos sociais urbanos e a experiência de participação na gestão municipal em Porto Alegre. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2002.

SOUSA, Janice Tirelli Ponte. **Reinvenções da Utopia**. A militância política de jovens nos anos 90. São Paulo: Hacker Editores, 1999.

SOUZA, Marcelo Lopes de. **Mudar a Cidade**. Uma introdução crítica ao planejamento e à gestão urbanos. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002.

_____. **O Desafio Metropolitano**. Um estudo sobre a problemática sócio-espacial nas metrópoles brasileiras. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2000.

SOUZA, Maria Salete de. Fortaleza – Uma Análise da Estrutura Urbana. **Guia de Excursão do 3º Encontro Nacional de Geógrafos**. Fortaleza, 1978.

SOUZA, Simone de. O Município e a Centralização Política (1930-1945). In NUDOC – Núcleo de Documentação Cultural UFC. **Fortaleza: A Gestão da Cidade**. Uma História Político-administrativa. Fortaleza, 1994.

SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão (org). **Urbanização e Cidades**: Perspectivas geográficas. São Paulo. Presidente Prudente: UNESP, 2001.

VÉRAS, Maura Pardici Bicudo. Cortiços em São Paulo: Velhas e novas formas da pobreza urbana e da segregação social. In BÓGUS, Lúcia Maria M., WANDERLEY, Luiz Eduardo W.(orgs). **A Luta pela Cidade em São Paulo**. São Paulo: Cortez, 1992.

WANDERLEY, Luiz Eduardo. As Políticas Urbanas e Lutas pela Habitação. In BÓGUS, Lucia Maria WANDERLEY, Luiz Eduardo (orgs). **A Luta pela Cidade em São Paulo**. São Paulo: Cortez, 1992.

SCHERER-WARREN, Ilse. **Redes de Movimentos Sociais**. São Paulo, 2ª edição: Edições Loyola, 1996.

Documentos

Cearah Periferia. **Plano de Diretrizes Urbanísticas para o Bairro Dias Macedo**. Projeto Nosso Bairro, 1999.

Governo do Estado do Ceará. **Plano de Desenvolvimento Sustentável do Ceará**. 1995-1998. Fortaleza: SEPLAN, 1995.

Prefeitura Municipal de Fortaleza. **Avaliação Ambiental do Programa BID**. Fortaleza, 2001.

Prefeitura Municipal de Fortaleza. **Síntese Diagnóstica do Município de Fortaleza**, 2001.

Secretaria Municipal de Planejamento e Orçamento – SEPLA. **Índices de Desenvolvimento Humano Municipal de Fortaleza por Bairros**. Fortaleza, 2002.

Secretaria de Meio Ambiente do Estado do Ceará- SEMACE. **Relatório de Impacto Ambiental do Aeroporto Internacional Pinto Martins**

Associação dos Moradores do Bairro Dias Macedo. Relatórios de Atividades (1996-1998).

Periódicos

Jornal O Povo

- “No Dias Macedo, muitas latas para pouca água”. 08/12/1979
- “Comunidades têm encontro com o prefeito”. 18/01/1980
- “Dias Macedo ganha escola do Estado”. 25/06/1980
- “Sem drenagem, buracos se multiplicarão no inverno”. 22/08/1986
- “Reduzidos riscos de pane”. 16/03/1988
- “Escola celebra no bairro Dias Macedo a Páscoa”. 29/05/1988
- “Protestos na avenida contra a ‘curva da morte’”. 02/10/1989
- “Moradores do Dias Macedo lutam por parque ecológico”. 22/11/1998
- “Comunidade protesta e quebra canteiro central de avenida”. 20/06/1999
- “Cobrança indevida de cadastramento”. 26/07/2001
- “Quadra cercada de barracos”. 20/11/2001
- “SER VI fará levantamento em ocupação”. 22/11/2001
- “Dias Macedo. O fim de uma árvore”. 24/10/2002

Jornal Diário do Nordeste

- “Dias Macedo, um bairro esquecido”. 10/10/1977
- “Chafariz na rua Boa Ventura”. 08/12/1979
- “D. Luiza visita Clube de Jovens”. 17/12/1980
- “Fortaleza – Região Metropolitana”. 17/12/1980
- “Mais de 174 milhões para casa própria de servidores”. 19/12/1980
- “Associação de Moradores movimenta o Dias Macedo”. 07/07/1981
- “De Mata Galinha a Dias Macedo: velhos problemas”. 08/11/1983
- “Dias Macedo faz amanhã Passeata das Lamparinas”. 10/03/1984
- “Plebiscito sobre as diretas movimenta o bairro Dias Macedo”. 23/03/1984
- “Comunidade participa de plebiscito sobre ‘diretas’”. 25/03/1984
- “Comitê pró-diretas faz eleição no Dias Macedo”. 26/03/1984
- “Moradores do Dias Macedo querem a construção da ponte Cidrião”. 24/04/1984
- “Manifestação no Dias Macedo pedirá frentes de serviço no bairro”. 23/06/1984

- “Zequinha prefere só falar das coisas boas que o Dias Macedo tem”. 26/07/1984
- “Dias Macedo faz hoje uma festa para comemorar a Nova República”. 15/03/1985
- “Segurança, buracos e lixo degradam a vida no bairro Dias Macedo”. 15/03/1985
- “Dias Macedo – problemas crescem mas soluções não aparecem”. 08/03/1987
- “Parque Cidrião quer policiamento, ponte e saneamento básico”. 02/10/1987
- “Dias Macedo vai eleger delegados ao V Congresso de Associações”. 19/11/1987
- “Acidente com o Xavante aumenta medo no bairro Dias Macedo”. 30/11/1987
- “Associação do Dias Macedo teme chuvas após muitos aterros”. 09/03/1988
- “No Parque Cidrião, os moradores tomam água misturada com ‘kiboa’”. 25/05/1988
- “Dias Macedo faz passeata amanhã”. 03/09/1988
- “Comunidade do Parque Cidrião pede água e ponte sobre o rio”. 08/03/1989
- “Associação do Dias Macedo fará reunião para debater saneamento”. 25/07/1989
- “Empresa de ônibus sacrifica os moradores no bairro Dias Macedo”. 22/08/1989
- “Parque Cidrião acha proveitoso o encontro com Adolfo Marinho”. 04/09/1989
- “Entidade do Dias Macedo pede um posto do Probal”. 09/03/1990
- “Famílias do Dias Macedo pedem assistência da Cagece e Sumov”. 19/07/1990
- “Populares fazem mutirão para construir lombadas”. 10/08/1990
- “Falta de iluminação provoca insegurança no Parque Sidrião”. 01/10/1993
- “Bairro Dias Macedo com posto de saúde desativado”. 20/11/1993
- “Projeto desperta jovens contra o uso de drogas”. 20/12/1993
- “Aterro na via por causa da lama”. 27/01/1994
- “População reclama lama e mosquitos na Av. Pedro Dantas”. 23/02/1994
- “Sidrião pede lazer”. 14/11/1994
- “Dias Macedo luta por segurança e saneamento”. 15/01/1995
- “Dias Macedo protesta contra precariedade do seu posto de saúde”. 07/12/1995
- “Moradores do Dias Macedo fecham avenida”. 20/06/1999
- “Arte retrata a realidade na periferia”. 27/08/2001
- “Saneamento – Dias Macedo sofre com a falta d’água”. 17/02/2002

Jornal Hoje

- “Comunidade quer manter escola. Um abaixo-assinado com 1200 assinaturas foi entregue ao prefeito Juraci Magalhães pedindo para que a Escola Paula Francinetti, no Dias Macedo, não seja fechada”. 04/02/1999.

Apêndice

Caracterização dos Entrevistados

1. Masculino. Entrevistado em 16/01/2003

Antigo morador do bairro, aposentado, vende jogo do “bicho”. Mora no bairro desde a década de 1940.

2. Masculino. Entrevistado em 17/01/2003

Antigo morador do bairro, carroceiro, mora no bairro desde os anos 30.

3. Feminino. Entrevistada 19/01/2003

Moradora do bairro; presidente da Associação de Moradores do Bairro Dias Macedo; filiada ao PCdoB; secretária da Federação das Entidades de Bairros e Favelas de Fortaleza; ex-agente de saúde; conselheira estadual de saúde; agente da Pastoral da Criança da Igreja Católica.

4. Feminino. Entrevistada em 20/01/2003

Antiga moradora, irmã de Chico Mota, o mais importante comerciante na história do bairro. Aposentada, ainda mora no bairro, onde vende carvão. Chegou ao bairro na década de 40.

5. Feminino. Entrevistada em 20/01/2003.

Antiga moradora; trabalhou por muitos anos como lavadeira; cunhada de Chico Mota. Chegou ao bairro nos anos 50.

6. Feminino. Entrevistada em 21/01/2003

Proprietária da primeira farmácia do bairro, filiada ao PCdoB, fundadora da Associação de Moradores do Bairro Dias Macedo. Chegou ao bairro nos anos 80.

7. Masculino. Entrevistado em 22/01/2003

Morador do bairro, onde nasceu nos anos 50; filiado ao Pcdob; ex-integrante da biblioteca comunitária; fundador da Associação de Moradores, da qual foi presidente; técnico em edificações; apoiador do Movimento Casarte; membro fundador da Federação das Entidades de Bairros e Favelas de Fortaleza.

8. Masculino. Entrevistado em 24/01/2003

Morador do bairro desde os anos 60; fundador do Grupo Prisma de Artes; quadrilheiro; ator; arte-educador; fundador do Movimento Casarte; filiado ao PCdoB; sócio da Associação de Moradores do Bairro Dias Macedo.

9. Feminino. Entrevistada em 24/01/2003

Moradora do bairro desde a década de 60; fundadora do Grupo Prisma de Artes; Atriz, arte-educadora; teatróloga; quadrilheira.

10. Feminino. Entrevistada em 17/02/2003

Antiga moradora do bairro, hoje com 90 anos de idade; trabalhou como lavadeira de roupa quando da construção da Base Aérea de Fortaleza; pensionista.

11. Feminino. Entrevistada em 21/02/2003.

Ex-moradora; ex-integrante do Movimento de Educação de Base Nacional (MEB); pedagoga, doutora em Sociologia, professora universitária; ex-militante do Pcdob; fundadora e ex-presidente da Federação de Bairros e Favelas de Fortaleza; fundadora e ex-diretora da Associação de Moradores do Bairro Dias Macedo; incentivadora do grupo de jovens do bairro; chegou ao bairro no início dos anos 70

12. Masculino. Entrevistado em 22/04/2003

Fundador e diretor da Escola de Ensino Fundamental e Médio Antonio Dias Macedo; pedagogo; membro do Conselho de Moradores do bairro nos anos 60; pioneiro nas lutas por educação; ainda reside no Dias Macedo.

13. Masculino. Entrevistado em 29/05/2003

Primeiro presidente da Sociedade Comunitária Habitacional Renascer; ex-morador do bairro; militante do PMDB; micro-empresário.

14. Masculino. Entrevistado em 02/06/2003 (à tarde)

Jornalista; fundador da Associação de Moradores do Bairro Dias Macedo; filiado ao PCdoB; radialista; ex-morador do bairro; ex-integrante da Ação Popular (AP); sindicalista; fundador e ex-diretor da Federação de Bairros e Favelas de Fortaleza.

15. Feminino. Entrevistada em 02/06/2003 (à tarde)

Ex-moradora do Dias Macedo; analista de sistemas; ex-integrante do Centro Social Padre Guilherme Waessen.

16. Masculino. Entrevistado em 02/06/2003 (à noite)

Morador do bairro; atual diretor da Associação dos Moradores do Bairro Dias Macedo.

17. Masculino. Entrevistado em 04/06/2003

Ex-morador do bairro; fundador e ex-diretor da Associação de Moradores do Bairro Dias Macedo; membro do MEB-Ce, nos anos 60; ex-integrante da Ação Popular (AP); ex-militante do PCdoB; fundador e ex-diretor da Federação de Bairros e Favelas de Fortaleza; ex-suplente de vereador pelo PMDB nos anos 80.

18. Feminino. Entrevistada em 06/06/2003

Antiga moradora do bairro, dona de casa, assídua participante das reuniões da Associação de Moradores, da qual foi vice-presidente; atualmente não mora mais no bairro.

19. Feminino. Entrevistada em 12/06/2003

Moradora do bairro desde que nasceu, na década de 60; artesã, descendente de indígenas, filha do Sr, Luiz, o mais antigo artesão do bairro; estudante; dá aulas de artesanato gratuitas às crianças da sua rua.

20. Masculino. Entrevistado em 07/07/2003

Morador do bairro, desde que nasceu, nos anos 60, no Papoquinho; membro da biblioteca comunitária nos anos 70; fundador da Associação de Moradores do Bairro Dias Macedo, do qual é atual diretor; filiado ao PCdoB.

21. Feminino. Entrevistada em 09/07/2003

membro das CEBs nos anos 71; atuou nas primeiras atividades da Associação de Moradores do bairro, especialmente nas Pastorais católicas. Moradora do bairro, presidente da Associação Cultural Cintura Fina; trabalha na Agência da Cidadania; quadrilheira.

22. Masculino. Entrevistado em 09/07/2003

Fundador da biblioteca comunitária do Dias Macedo e do Sport Club Social nos anos 70; ex-funcionário da COELCE, diretor da Associação Cultural Cintura Fina; quadrilheiro.

23. Feminino. Entrevistada em 22/07/2003

Moradora do bairro desde os anos 70; nasceu em Ocara, interior do Ceará; presidente da Sociedade Comunitária Habitacional Terra Nossa; primeira liderança comunitária eleita conselheira tutelar da cidade de Fortaleza; membro da diretoria da Associação de Moradores do bairro; ex-integrante da ONG Cearah Periferia; filiada ao PCdoB.

24. Feminino. Entrevistada em 24/07/2003

Ex-presidente e atual diretora da Federação das Entidades de Bairros e Favelas de Fortaleza; presidente do Núcleo Socorro Abreu; filiada ao PCdoB.

25. Feminino. Entrevistada em 19/11/2003

Moradora do bairro; líder da ocupação Reviver; presidente da Associação das Mulheres de Fortaleza.

26. Masculino. Entrevistado em 24/11/2003

Jovem morador do bairro; fundador e coordenador do Movimento Casarte; grafiteiro; pintor.

27. Masculino. Entrevistado em 08/01/2004

Técnico da Secretaria de Obras e Infra-estrutura Municipal de Fortaleza (SEINF), responsável pelo setor de desenvolvimento urbano da cidade.

ANEXOS

Anexo 1

Registro de Transcrição das Transmissões de Compra e Venda de Lotes do Loteamento Parque Olinda de 1936

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
COMARCA DE FORTALEZA - ESTADO DO CEARÁ

1º Ofício de Registro de Imóveis

Rua Carlos Vasconcelos, 1774 - ALDEOTA
Telefone: 085 2617101 - Fax: 085 2617741

JOSÉ ANDERSON CISNE
TITULAR

Aline de Castro e Silva/João E. Araújo Neto/Mary Anne L. Linhares / Ironildes B. Fernandes
OFICIAIS SUBSTITUTOS

CERTIDÃO

O(A) Dr(a). JOSÉ ANDERSON CISNE, Oficial Privativo do 1º Ofício de Registro de Imóveis, Comarca de Fortaleza, Estado do Ceará, por nomeação legal, etc.

CERTIFICA a requerimento verbal da parte interessada que mandando dar busca nos livros de seu cartório, encontrou no de Transcrição das Transmissões 3-J, às fls. 174, sob o número de ordem 18.023 de 10 de outubro de 1936, o Registro de uma Escritura Pública de compra e venda de 7 de outubro de 1936, lavrada em notas do Tabelião interino, Osmar Diógenes, mediante a qual **EDITH DOS SANTOS MONTEIRO** e **MARIA STELLA FERREIRA STUDART**, de prendas domésticas, domiciliadas nesta capital, esta casada com o **Dr. OSWALDO STUDART FILHO**, e aquela com **JOSÉ MONTEIRO FILHO**, ambas assistidas por seus referidos maridos, adquiriram de Francisco Ribeiro de Oliveira e sua mulher Maria Amélia de Oliveira, proprietários, domiciliados nesta capital, sem quaisquer condições pelo valor de 5:000\$000, o seguinte imóvel: Um terreno próprio, situado no lugar Nova Esperança, Circunscrição de Parangaba, com as seguintes extremas e denominações: ao norte, com João Cavalcante de Oliveira, 1.484,00m; ao sul, com a Estrada de Parangaba, 289,00m; a leste, com Raymundo Nogueira da Costa, 93,50m, Estrada Boa Vista, 145,00m com terras dos vendedores, 92,00m, e com terras de S. Francisco 303,00m; e, a oeste, com Raymundo Nogueira da Costa, 440,00m, herdeiros de Sidrião, 411,50m, Antônio Ribeiro Gomes de Lima, 615,80m e José Santiago, 329,00m, sem benfeitorias de espécie alguma, havido em 1899. **CERTIFICA** mais que na coluna de averbações consta o teor seguinte: **AV.01** - Certifico que por escritura pública de ratificação de 10 de outubro de 1936, lavrada em notas do Tabelião interino, Osmar Diógenes, os outorgantes Francisco Ribeiro de Oliveira e sua mulher Maria Amélia de Oliveira, ratificam em todos os seus pontos a escritura transcrita retro, julgando-a boa, firme e valiosa, sendo que a presente ratificação os outorgantes fazem o intuito de suprir como suprido fica a lacuna que nela cedem, referente à não inclusão de uma casa de tijolo e telha, com duas portas de frente, com as benfeitorias existentes. **CERTIFICA** mais que o **LOTEAMENTO** denominado **PARQUE OLINDA** está registrado neste cartório, no Livro Auxiliar nº 8, 1º, 2º, 3º e 6º volume, às fls. 56, 57 e 58, sob o número de ordem 07, de propriedade dos adquirentes. **CERTIFICA** ainda que não há mais

X

espaço na coluna destinada às averbações, devendo por essa razão serem os atos enumerados no Artigo 169 da Lei 6.015/73, efetuados na Zona Imobiliária atualmente competente. **CERTIFICA** finalmente que tratando-se a presente de Certidão Narrativa, ressalva-se na oportunidade a possibilidade de posteriores assentamentos ou ônus relativamente aos imóveis contidos nesta transcrição. O referido é verdade. Dou fé. Em

08 de Julho de 2003. **Subcrevo,**
[Assinatura] Oficial Titular/Substituto.

CERTIDÃO VÁLIDA POR 30 DIAS, EXCETO PARA OS FINS DE INCORPORAÇÃO IMOBILIÁRIA E PARCELAMENTOS SOLO URBANO, CUYA VALIDADE É DE 90 DIAS PROVIMENTO Nº 012903 - CEJICE.



T. J. Prov. 06/97 TALÃO <u>04/106948</u> COMPLEM. <u>~</u> Encargamentos R\$ <u>13,54</u> FERMATU R\$ <u>0,67</u> ACM/FERC R\$ <u>2,03</u> Total R\$ <u>16,24</u> SELO <u>AA 596083</u>	VÁLIDA POR 30 DIAS (Prov. TJ/CE)	DEI BUSCA INDIC. PESSOAL <i>[Assinatura]</i> Responsável	DEI BUSCA LIVROS <i>[Assinatura]</i> Responsável e Conferência	DEI BUSCA OFÍCIOS <i>[Assinatura]</i> Responsável	Selo de Autenticidade 04 CERTIDÃO Segundo Vin Segundo traslado FERC AA 596083
	VÁLIDA SOMENTE COM O SELO DE AUTENTICIDADE				

Adriana

Anexo 2

Lei Nº 1418, de 30 de Setembro de 1959 que denomina oficialmente o Bairro Dias Macedo



DIÁRIO OFICIAL DO MUNICÍPIO

Fortaleza -- Estado de Ceará

ANO VII I FORTALEZA, 1.º DE OUTUBRO DE 1959 N. 1.716

DIÁRIO DO EXECUTIVO MUNICIPAL

LEI N. 1.418, DE 30 DE SETEMBRO DE 1959

BENOMINA de "DIAS MACEDO" o atual bairro de Fortaleza, conhecido por "Parque Olinda" e revoga a lei n. 1358, de 9 de janeiro de 1959.

A CÂMARA MUNICIPAL DE FORTALEZA DECRETA E EU SANCIONO A SEGUINTE LEI:

Art. 1.º Fica o Prefeito Municipal de Fortaleza autorizado a denominar de "DIAS MACEDO", o atual bairro desta capital, vulgarmente conhecido por Parque Olinda.

Art. 2.º — A presente lei entrará em vigor na data de sua publicação, e fica revogada a lei n. 1.358, de 9 de janeiro de 1959, através da qual foi autorizado o Prefeito Municipal de Fortaleza a denominar de Antônio Macêdo uma rua desta capital.

PAÇO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE FORTALEZA, em 30 de setembro de 1959.

Gal. Manuel Cordeiro Neto
Prefeito Municipal

Amauri de Castro e Silva —
Secretário de Obras Públicas

Prefeito Municipal de Fortaleza autorizado a conferir o prêmio de Cr\$ 10.000,00 ao Jornalista do Ano credenciado junto à Câmara Municipal de Fortaleza e Cr\$ 10.000,00 ao jornalista de Melhor Reportagem sobre assuntos do Município de Fortaleza.

Parag. 1.º — A escolha do Jornalista do Ano e Melhor Reporter será efetuada entre os Vereadores da Câmara Municipal de Fortaleza, em votação secreta, até o dia 30 de Novembro de cada ano.

Parag. 2.º — A entrega dos referidos prêmios pelo Sr. Prefeito Municipal de Fortaleza, em sessão especial de abertura dos trabalhos, na Câmara Municipal de Fortaleza.

Art. 2.º — A despesa decorrente do pagamento do prêmio instituído pela presente Lei constará do dotação orçamentária da Câmara Municipal de Fortaleza, no exercício seguinte ao ano em que for conferido referido prêmio.

Art. 3.º — A presente Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

PAÇO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE FORTALEZA, em 30 de Setembro de 1959.

Manuel Cordeiro Neto
General
Prefeito Municipal

LEI N. 1.419, DE 30 DE SETEMBRO DE 1959

Institui prêmio para o Jornalista do Ano e o Melhor Reporter, e dá outras providências.

A CÂMARA MUNICIPAL DE FORTALEZA DECRETA E EU SANCIONO A SEGUINTE LEI:

Art. 1.º — O Exmo. Sr.

o Exmo. Sr. Prefeito Municipal de Fortaleza a denominar de "Travessa 3 de janeiro" a uma pequena rua compreendida entre as de nome Braga Torres e Santa Teresinha, no bairro de Arraial Moura Brasil, nesta capital.

Art. 2.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

PAÇO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE FORTALEZA, em 30 de Setembro de 1959.

Gal. Manuel Cordeiro Neto
Prefeito Municipal

Amauri de Castro e Silva —
Secretário de Obras Públicas

Secretaria de Saúde e Assistência

O SECRETARIO DE SAÚDE E ASSISTÊNCIA, Dr. Raimundo Bezerra Ferreira, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE, tornar sem efeito a Portaria n. 17 de 3 de Junho de 1959, desta Secretaria, que suspendeu por 30 (trinta) dias, o Motorista Ref. XAI ELIEZER GONDIM MONTEIRO, lotado no Hospital do Pronto Socorro da Secretaria de Saúde e Assistência, sendo convertida em multa a suspensão.

CIENTIFIQUE-SE, ANOTE-SE E CUMPRE-SE.

SECRETARIA DE SAÚDE E ASSISTÊNCIA, em 21 de Setembro de 1959.

PORTARIA N. 40

O SECRETARIO DE SAÚDE E ASSISTÊNCIA, Dr. Raimundo Bezerra Ferreira, no uso suas atribuições legais,

RESOLVE, de acordo com o art. 283, item II, combinado com o art. 286 dos Estatutos dos Funcionários do Município de Fortaleza, suspender por 5 (cinco) dias, o Telefonista Diarista — ALFREDO FERREIRA dos SANTOS, lotado no Hospital do Pronto Socorro da Secretaria de Saúde e Assistência, a partir

do dia 29 de Setembro do corrente ano.

Cientifique-se, anote-se e cumpra-se.

SECRETARIA DE SAÚDE E ASSISTÊNCIA, em 29 de setembro de 1959.

Dr. Raimundo Bezerra Ferreira — Secretário de Saúde e Assistência

PORTARIA N. 41

O SECRETARIO DE SAÚDE E ASSISTÊNCIA, Dr. Raimundo Bezerra Ferreira, no uso suas atribuições legais,

RESOLVE, tornar sem efeito a Portaria n. 40 de 29 de setembro de 1959, desta Secretaria, que suspendeu por 5 (cinco) dias, o Diarista ALFREDO FERREIRA DOS SANTOS, lotado no Hospital do Pronto Socorro da Secretaria de Saúde e Assistência. Sendo a referida suspensão convertida em multa.

Cientifique-se, anote-se e cumpra-se.

SECRETARIA DE SAÚDE E ASSISTÊNCIA, em 30 de setembro de 1959.

Dr. Raimundo Bezerra Ferreira — Secretário de Saúde e Assistência

